

Universidade Federal da Grande Dourados
Faculdade de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

GABRIEL DOS SANTOS LANDA

**A construção da imagem dos povos indígenas e produtores rurais nos
jornais *online* da região sul do estado de Mato Grosso do Sul**

Dourados – MS

2018

GABRIEL DOS SANTOS LANDA

A construção da imagem dos povos indígenas e produtores rurais nos jornais *online* da região sul do estado de Mato Grosso do Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados, como parte dos requisitos finais para a obtenção do título de Mestre em Antropologia, na área de concentração em Antropologia Sociocultural.

Orientador: Prof. Dr. Levi Marques Pereira

Banca Examinadora: Profa. Dra. Simone Becker, Prof. Dr. Antonio Hilario Aguilera Urquiza e Rosa Sebastiana Colman

Dourados – MS, 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L253c Landa, Gabriel dos Santos

A construção da imagem dos povos indígenas e produtores rurais nos jornais online da região sul do estado de Mato Grosso do Sul / Gabriel dos Santos Landa -- Dourados: UFGD, 2018.

124 f. : il ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Levi Marques Pereira

Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Indígenas. 2. Produtores Rurais. 3. Imprensa online. 4. Conflito Agrário.
I. Título.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.
©Todos os direitos reservados. Permitida a publicação parcial desde
que citada a fonte.**

"Se você não cuidar, os jornais farão você odiar as pessoas que estão sendo oprimidas, e amar as pessoas que estão oprimindo." - Malcolm X

AGRADECIMENTOS

Aos professores do PPGant, assim como aos técnicos, pela competência e dedicação que sempre mostraram ao longo do meu trajeto no programa. Especialmente ao Pedro que sempre se mostrou tão presente e atencioso.

Ao meu orientador, o professor Levi Marques Pereira que sempre se esforçou para auxiliar no desenvolvimento deste trabalho, sempre sugerindo materiais que pudessem contribuir com o desenvolvimento deste.

À professora Simone Becker e ao professor Hilário Urquiza, por aceitarem participar das bancas e me ajudarem com diversas indicações e leituras, ajudando a enriquecer e aprofundar as discussões deste trabalho.

Aos colegas do PPGant, com quem pude desenvolver grandes discussões e ter muitos momentos de alegria, especialmente Thaiane, Raul, Daniele, Marlene, Rodrigo e Amon.

À minha vó e ao meu tio, que sempre me apoiaram e me ajudaram em tudo, sempre me dando forças e proporcionando momentos incríveis.

À Cristiano, Daniele, Flavio, Mariana e Renan, que embora tão distantes, sempre pareceram estar tão perto.

Ao pessoal do Sucata Cultural e da Raq's Salima, que sempre faziam os dias ficarem melhores e a alegria se tornar algo espontâneo. Agradecimento especial à Camila por ser uma professora de inglês incrível e uma grande amiga, tem inclusive contribuído com os trechos em inglês presentes neste trabalho.

À Carlos, Gabrielle, Igor, Plínioh, Samuel, Sara, Vinicius, Willian por serem grandes amigos que me ajudaram a não ficar em Pânico todas as vezes que o stress batia.

E por último e mais importante, à minha mãe, a pessoa mais inteligente e incrível que conheço, que sempre me apoiou em todas minhas decisões e me ajudou muito ao longo de todo esse trajeto e de muitos outros que percorri. Sem ela com certeza eu não teria chego até aqui.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE NOMENCLATURAS.....	9
LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE ANEXOS.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO DA DISPUTA TERRITORIAL E POLÍTICA ENTRE PROPRIETÁRIOS E INDÍGENAS NO SUL DO MS.....	21
CAPÍTULO 2 – DIÁLOGOS ENTRE JORNALISMO E ANTROPOLOGIA E A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA.....	33
2.1 – Uma análise sobre o início da pesquisa.....	33
2.2 – Os caminhos realizados.....	41
2.3 – A escolha dos sites abordados.....	42
2.4 – O material teórico abordado.....	49
2.5 – O conflito como algo além do dualismo.....	51
2.6 – O impacto esperado.....	53
CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE PROPRIETÁRIOS E INDÍGENAS NA MÍDIA <i>ONLINE</i> NO MS.....	55
3.1 – Análise da imprensa.....	55
3.2 – Comentários.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
Bibliografia.....	101
ANEXOS.....	112

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DOS POVOS INDÍGENAS E PRODUTORES RURAIS NOS JORNAIS ONLINE DA REGIÃO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RESUMO

A investigação tem como principal objetivo, analisar as fronteiras sociais produzidas, reforçadas e reproduzidas pelos jornais *online* localizados em cidades da região sul do estado de Mato Grosso do Sul em relação aos povos indígenas que habitam esta região, e os seus antagonistas históricos, os produtores rurais. Ao longo da pesquisa foram analisados os editoriais e temas jornalísticos que receberam mais destaque pelos veículos de comunicação *online*, através da análise das publicações nos jornais da região, nos anos de 2016 a 2018. Atenção especial foi dada à forma como indígenas e produtores rurais foram apresentados e abordados nas notícias publicadas pelos meios de comunicação. Foram analisados os jornais *online* de maior representatividade da região estudada, como *Dourados News*, *Caarapó News*, *Midiamax*. Utilizo ainda o jornal *Correio do Estado*, sediado na Capital do MS e, também, em alguns casos, foram analisadas matérias de jornais de amplitude nacional, como *UOL* e *GI* que, de alguma forma, servem como contraponto ou como contribuição para análise dos temas analisados. A metodologia adotada foi a identificação e análise de notícias publicadas pelos jornais entre os anos de 2016 e 2018, aplicando procedimentos de pesquisa que permitissem identificar como a imprensa tem se posicionado nas questões que envolvem o conflito entre os segmentos identificados nas matérias como produtores rurais e indígenas no MS. Para a construção do referencial teórico recorri a autores da Antropologia e da Mídia que realizaram estudos sobre a construção das imagens nos meios *online*. A pesquisa conclui que fatores econômicos e um senso-comum local, encompassados por uma forte ideologia anti-indígena, estão em sintonia e em sinergia com a maneira como tais jornais abordam os conflitos, seja através do posicionamento nos editoriais, seja na maneira de determinar a pauta. Resulta a produção/reforço de uma imagem extremamente desfavorável aos indígenas e enaltecida dos produtores rurais, refratária ao reconhecimento dos direitos territoriais indígenas.

Palavras-chave: Indígenas; Produtores Rurais; Imprensa *online*; Conflito Agrário

ABSTRACT

The main objective of this investigation is to analyze the social boundaries produced, reinforced and reproduced by the *online* newspapers located in cities of the southern region of the state of Mato Grosso do Sul in relation to the indigenous peoples that inhabit this region, and their historical antagonists, landowners. Throughout the research, editorials and journalistic themes that received the most attention by *online* communication vehicles were analyzed, through the analysis of the publications in the region's newspapers, from 2016 to 2018. Special attention was given to the way in which indigenous and landowners were presented and addressed in the news published by the media. I analyzed the most representative *online* newspapers in the region studied, such as Dourados News, Caarapó News, Midiamax. I also used the newspaper Correio do Estado, headquartered in the capital of the state of Mato Grosso do Sul and, in some cases, articles from national newspapers such as UOL and G1 have also been analyzed, which in some way serve as a counterpoint or as a contribution to the analysis of themes studied. The methodology adopted was the identification and analysis of news published by the newspapers between 2016 and 2018, applying research procedures that allowed to identify how the press has been positioned in the issues that involve the conflict between the segments identified in the topics/subjects/subject-matter/reports as landowners and indigenous peoples in MS. For the construction of the theoretical referential I turned to authors of Anthropology and Media who carried out studies on the construction of images in the *online* media. The research concludes that economic factors and a local common sense, and balanced by a strong anti-indigenous ideology, are in syntony and synergy with the way these newspapers approach conflicts, either through editorial positions or determining the agenda. It results in the production / reinforcement of an image extremely unfavorable to the indigenous peoples and the uplifting of the landowners, refractory to the recognition of indigenous territorial rights.

Keywords: Indigenous; landowners; *Online* Press; Agrarian Conflict

LISTA DE NOMENCLATURAS

AGU – Advocacia Geral da União

AMP-MG - Associação do Ministério Público de Minas Gerais

ASIE – Ação Saberes Indígenas na Escola

BPM – Batalhão de Polícia Militar

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CNV – Comissão Nacional da Verdade

DEM – Democratas

DOF – Departamento de Operações de Fronteira

DSEI - Distrito Sanitário especial Indígena

EUA – Estados Unidos da América

FADIR – Faculdade de Direito

FCH – Faculdade de Ciências Humanas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IP – Internet Protocol / Protocolo de Internet

IVC - Instituto de Verificador de Circulação

MPF - Ministério Público Federal

MS - Mato Grosso do Sul

MT - Mato Grosso

NEPO – Núcleo de Estudos da População

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PC – Polícia Civil

PF – Polícia Federal

PM – Polícia Militar

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PPGAnt – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

RID – Reserva Indígena de Dourados

SEJUSP - Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

TI – Terra Indígena

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE FIGURAS

1 - Número de vagas de emprego disponíveis na agropecuária brasileira em 2016.....	15
2 - Notícia no site MS News sobre Reintegração de Posse em Caarapó.....	37
3 - Prisão de advogado por escrever falas racistas em jornal.....	39
4 - Texto referente à prisão de advogado por escrever sobre racismo.....	40
5 - Notícia do Site Caarapó News.....	43
6 - Capa da Revista <i>Veja</i> sobre o Xingu.....	60
7 - Notícia sobre decisão judicial por assassinato de indígena.....	69
8 - Notícia sobre mobilização policial no jornal Dourados Agora em 25/04/2017.....	74
9 - Notícia sobre mobilização policial portal online do CIMI em 25/04/2017.....	75
10 - Notícia sobre mobilização policial no jornal Dourados Agora em 25/04/2017.....	75
11 - Notícia sobre protesto de indígenas em 15/08/2017.....	78
12 - Notícia sobre protesto de indígenas em 01/08/2017.....	79
13 - Notícia sobre protesto de indígenas em 24/07/2017.....	80
14 - Notícia sobre protesto de indígenas em 15/08/2017.....	81
15 - Notícia sobre protesto de indígenas em 24/07/2017.....	84
16 - Notícia sobre protesto de indígenas em 18/08/2016.....	85
17 - Comentários do UOL sobre Dia do Índio.....	86
18 - Comentários do UOL sobre Dia do Índio.....	92
19 - Comentários no Caarapó News sobre manifestações dos indígenas.....	94
20 - Comentários da notícia publicada pelo portal online do jornal G1 MS em 25/07/2016.....	95

ANEXOS

I – Mobilização de mais de 200 policiais busca drogas e encontra armas de brinquedo.....	112
II – ONU se preocupa sobre questão indígena no Brasil.....	112
III – Suicídio de indígenas.....	114
IV – Caso de advogado que pronunciou falas racistas aos indígenas.....	117
V – Notícias que podem complementar a percepção sobre o posicionamento dos jornais.....	129
VI – Comentários dos internautas sobre o conflito por terras no MS.....	123

INTRODUÇÃO

A proposta da dissertação tem como objetivo analisar o modo como é noticiado o conflito que envolve etnias e fronteiras sociais e culturais. Na dissertação, pretendo analisar os jornais *online* da região sul do estado de Mato Grosso do Sul, como estes se posicionam frente aos conflitos agrários em toda região, assim como investigar a maneira que as populações indígenas são retratadas nas notícias. Também pretendo identificar como os fatores de natureza econômica, política e cultural influenciam na produção de tais notícias.

O estudo possui como principal meta, analisar as fronteiras sociais criadas, reforçadas e reproduzidas pelos jornais *online* localizados em cidades da região sul do estado de Mato Grosso do Sul em relação aos povos indígenas que habitam atualmente esta região e os seus antagonistas históricos, os proprietários de terra. Ao longo da pesquisa serão analisados os editoriais e temas jornalísticos que receberam mais destaque pelos veículos de comunicação *online*, através da análise das publicações nos últimos anos, mais especificamente entre 2016 e 2018.

Atenção será dada a forma como determinados grupos foram representados nas notícias veiculadas, entre estes as populações indígenas e os produtores rurais, e como o conflito gerado pela disputa territorial existente foi retratada nos periódicos da região, reforçando esta fronteira e divisão social. Ao mesmo tempo será dada ênfase aos conflitos agrários e como os jornais *online* da região sul do estado se posicionaram em relação às disputas por terras.

Os meios de comunicação por serem formadores de opinião e por muitas vezes sofrerem pressões de poderes dominantes, isto faz com que acabem formando a opinião pública a partir destes condicionantes, que neste caso são os interesses econômicos e políticos dominantes da região. Não é difícil encontrar casos de grupos hostilizados ou representados de forma negativa, tanto na imprensa, quanto em registros oficiais dos governos. No Mato Grosso do Sul, os conflitos por terras ocorrem em diversas regiões do estado, o que inevitavelmente influenciam a opinião pública local e atraem a atenção dos jornais de MS.

Busco identificar como estas situações influenciam no modo como os meios de comunicação *online*, noticiam os conflitos por terras e o entendimento do direito territorial dos povos indígenas. A intenção é descobrir se razões de ordem econômica e

o interesse de terceiros, afetam a maneira como os jornais abordam os conflitos que envolvem as populações indígenas.

Entre os fatores que buscarei identificar ou relacionar com a maneira como as populações indígenas aparecem na mídia do sul do MS, está o preconceito contra estes povos, assim como a pouca fundamentação de identificações e classificações do senso comum, que entre seus argumentos, está à crença de que os Guarani-Kaiowá, Terena, entre outras populações, não podem ser consideradas indígenas, pois possuem um contato diário com a população branca, capitalista ocidental.

Não focarei em casos específicos, como assassinatos, protestos, disputas de terra, etc. Pois tenho como ideia principal, perceber o tratamento dispensado aos diversos casos e diferentes temáticas e não apenas uma parcela das notícias / eventos. Acredito que através desta ampla análise, poderei fazer uma relação mais aprofundada sobre como os indígenas aparecem na mídia como um todo, e não apenas em uma ocasião específica.

Um dos fatores que a população branca usa como argumento para justificar seu preconceito contra os indígenas tem como base uma questão financeira e a economia local. Significativa parte da população se posiciona contra os indígenas, simplesmente porque estes estão do lado oposto ao dos produtores rurais. Tal situação gera uma polarização ideológica. Os defensores do agronegócio baseiam-se principalmente em argumentos positivistas e progressistas, alegando que o agronegócio enriquece o Brasil, enquanto os indígenas seriam uma barreira para este avanço. Com a chegada da CAND, os indígenas foram percebidos como empecilho e não como originários da terra por aqueles que vinham para o MT em busca de trabalho e terras, décadas depois, tal pensamento mantém-se o mesmo.

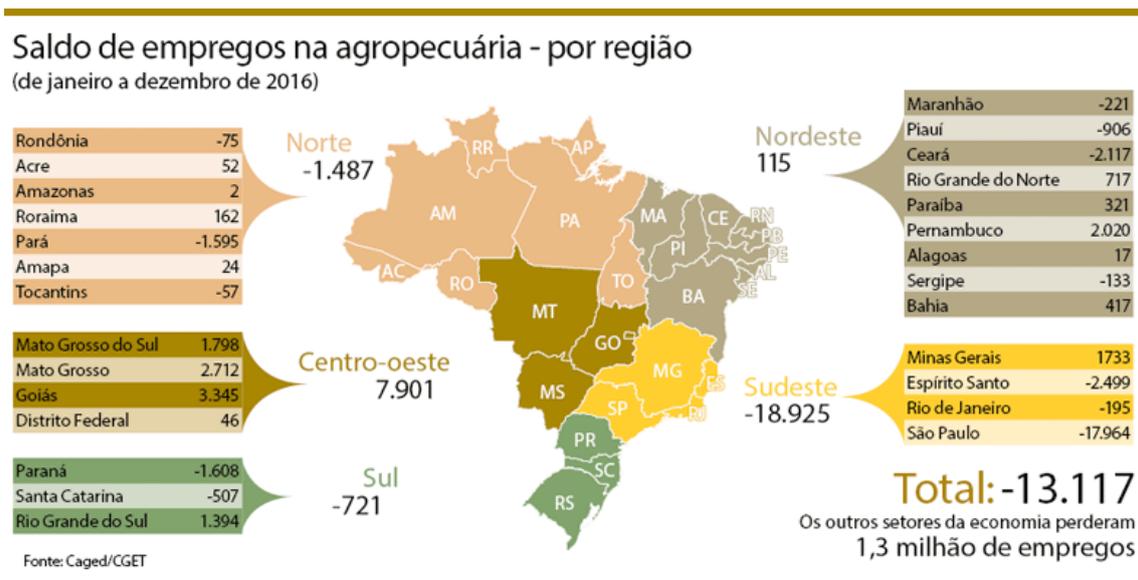
Pesquisas já realizadas demonstram que as populações indígenas nunca foram abordadas de maneira positiva pelos jornais da região. Em sua dissertação, Abreu analisa que desde o seu início, o jornal *O Progresso* manteve duras críticas aos povos indígenas e suas reivindicações por terras, e não medindo esforços para deixar clara sua posição. Com o aumento do desemprego e a situações econômica cada vez piores no Brasil¹, os defensores do agronegócio usaram isso para reforçar o argumento de que os

¹ Especialistas em economia acreditam que a crise econômica no país teve origem em 2014 com deterioração das contas públicas, dívida externa altíssima, assim como o início da Operação Lava-Jato, realizada pela PF (Polícia Federal), ajudou a prejudicar a situação do país com outros

produtores rurais devem ficar com as terras, e não os indígenas, já que apenas o seguimento dos proprietários rurais, é quem realiza o progresso econômico do país.

A notícia “Agronegócio espanta a crise e gera empregos no interior” publicada pelo site do Globo Rural, defende que o agronegócio vai contra a crise financeira e de empregos no país em 2017, e gera novos empregos, enquanto outros setores só demitem (notícia pode ser encontrada na sessão de Notícias Utilizadas). O tópico “Em Três Lagoas (MS), fábricas de celulose devem contratar cerca de 3 mil profissionais entre 2017 e 2019” argumenta sobre estes fatores. Outro site especializado no assunto, o Canal Rural, também argumenta que a crise ajudou a mostrar que o agronegócio é vantajoso economicamente ao Brasil. O canal Globo Rural inclusive disponibiliza gráfico de informações, reforçando como o agronegócio resiste a situação do desemprego.

Figura 01 – Número de vagas de emprego disponíveis na agropecuária brasileira em 2016:



Fonte: Globo Rural em 28/02/2017

Analisarei estas questões e seus defensores através de suas opiniões nos comentários nos sites de notícias. Acredito ser de grande importância a análise das opiniões dos leitores, pois segundo o *Reuters Institute Digital News Report* de 2013, o Brasil é considerado o país com maior número de notícias com opinião, é o povo que

países. Mais detalhes podem ser encontrados na matéria *Entenda a Crise*, realizado pela Agência Brasil, disponível no referencial de notícias utilizadas.

mais as compartilha e comenta em redes sociais, os brasileiros também são os mais ativos no *Facebook* em número de postagens. Tais dados deixam claro que o brasileiro tem o costume de manifestar suas ideias na Internet. A análise dos comentários indica o posicionamento de grupos e indivíduos sobre assuntos, já que estes se reforçam nas redes sociais.

Ao focar nos comentários, buscarei analisar o que as pessoas comentam em notícias que envolvam os indígenas e suas manifestações. Tentarei identificar quais fatores as fazem ter tais opiniões e como estas são expressas na rede.

Pretendo analisar os jornais *online* da região sul do estado de MS, com foco na maneira como eles se posicionam sobre os conflitos agrários em toda região que abrange vários municípios de MS como Caarapó, Dourados, Japorã, Antônio João, Amambai, entre outros, investigando a maneira como as populações indígenas são retratadas nos noticiários locais, principalmente nas mídias *online*, aliado à identificação dos fatores que possam influenciar nas representações dos indígenas nos meios de comunicação.

Como metodologia para o desenvolvimento desta dissertação, utilizei textos de antropólogos, sociólogos e estudiosos de *mass media*, assim como analisarei matérias jornalísticas publicadas por jornais *online* da região e quando necessário, de âmbito nacional que de alguma forma possam colaborar com a pesquisa.

Busco focar nos jornais *online*, pois este segmento tem crescido nos últimos anos. Segundo o Instituto de Verificador de Circulação (IVC), os jornais impressos mais vendidos no país, tiveram queda de 15% no primeiro semestre de 2016. Segundo o mesmo instituto, o único jornal que aumentou nas vendas foi o Zero Hora. O Global E-Book Report analisou que o comércio de livros eletrônicos no Brasil já movimentava mais de 30 milhões de reais por ano. Em setembro de 2016 a Folha de São Paulo já possuía mais vendas acessos via *online* do que com exemplares impresso vendidos.

Estatísticas do IBGE informam que o Brasil chegou a 73 milhões de internautas em maio de 2010, dos quais, 6,1% seriam da Região Centro-oeste, onde se localiza o estado de Mato Grosso do Sul. A Internet chega ao Brasil em 1991, pouco tempo depois, o jornalismo *online* teve início, tendo se popularizado entre 1995 e 1996. O *Jornal do Brasil* foi o primeiro a fazer uma cobertura completa no espaço virtual no país em 1995. Ele foi disponibilizado integralmente na web em 28 de maio, seguido por *Zero*

Hora, do grupo RBS, em junho do mesmo ano. No Mato Grosso do Sul o jornalismo *online* teve início com o site de notícias Campo Grande News, fundado em 04 de março de 1999. “O computador mudou tudo. O mundo tornou-se hoje um lugar diferente até mesmo para as pessoas que não têm acesso à tecnologia da informação” (HARRIS, 1995, p. 1). Com as convergências, novas tecnologias, novos recursos como hiperlinks e outros, tornaram os jornais *online* muito mais atrativos e vantajosos do que seu predecessor impresso, para a população. Com o aumento de acesso aos *online* e diminuição de vendas em impressos, parti do princípio que atenção especial deve ser dada a este segmento, já que tem atraído a sociedade e é o futuro da imprensa e conseqüentemente, onde haverá significativa parte das publicações que envolvem populações indígenas e representações.

Em minhas pesquisas em artigos e periódicos da área, percebi que ainda existem poucas pesquisas que envolvam antropologia e mídia *online*, acredito que tais análises sejam necessárias e mereçam especial atenção e estudo aprofundado. Por isso decidi abordar este tema.

A situação dos indígenas em Dourados é extremamente polêmica e frágil. Em 09/01/2018 o Ministério Público Federal (MPF), divulgou juntamente com Defensorias Públicas da União e do Estado de Mato Grosso do Sul ajuizaram ação civil pública para que os governos sejam obrigados a implementar políticas públicas de enfrentamento ao uso de drogas na Reserva Indígena de Dourados.

Um relatório apresentado pelo Distrito Sanitário especial Indígena (DSEI/MS) mostrou que as condições sociais e econômicas afetam diretamente na saúde juntamente com Defensorias Públicas da União e do Estado de Mato Grosso do Sul ajuizaram ação civil pública para que os governos sejam obrigados a implementar políticas públicas de enfrentamento ao uso de drogas na Reserva Indígena de Dourados (O Progresso, 10/01/2018)

Mais de uma vez o MS ficou conhecido pelos ataques aos povos indígenas. O descaso do Estado para com eles se tornou não apenas notícia mundial, como também analisado como uma preocupação para a ONU e para conselhos de Direitos Humanos, como já abordado anteriormente.

Questão indígena domina avaliação da ONU sobre direitos humanos no Brasil 06/05/2017 / Caarapó News
Correio do Estado/Folhapress

Diversos países questionaram o Brasil sobre as políticas públicas voltadas para os povos indígenas, tema que dominou a sessão desta sexta-feira (5) no Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra (Suíça) que realizou a Revisão Periódica Universal do país.

É a terceira vez desde a criação do conselho, em 2006, que o Brasil é avaliado pelos Estados-membros da ONU. A revisão acontece a cada quatro anos e meio e, nela, o país avaliado deve apresentar um relatório que responda como implementou as recomendações feitas na revisão anterior.

Mais de 30 países, entre eles Alemanha, França, Austrália, Áustria e Rússia, fizeram recomendações ao Brasil para proteger os indígenas de todas as formas de violência e promover a demarcação de terras. A reunião ocorreu cinco dias após um ataque a índios do povo Gamela, no Maranhão, que deixou mais de dez feridos -um corre o risco de perder as mãos.

Segundo o relatório da ONU para esta revisão, "os riscos que enfrentam as populações indígenas são maiores do que nunca desde a adoção da Constituição de 1988".

Entre esses riscos está a PEC 215, emenda constitucional que transfere do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de demarcar terras indígenas. A ONU recomenda a rejeição da proposta, que atualmente tramita na Câmara.

A ministra de Direitos Humanos, Luislinda Valois, que representou o governo brasileiro na sessão, repudiou a "violência contra os povos indígenas" e afirmou que o governo está comprometido em dialogar com as comunidades para garantir a demarcação de terras indígenas.

ATAQUES

Além da questão indígena, teve destaque entre os questionamentos dos países os ataques a defensores de direitos humanos no Brasil.

No ano passado, a Comissão Pastoral da Terra registrou 61 mortes (entre elas está casos em Mato Grosso do Sul), 200 ameaças e 74 tentativas de assassinatos relacionadas a conflitos por terra e recursos naturais -números que estão no segundo pior patamar em 25 anos. Em 2017, 19 pessoas já morreram.

Também foram feitas recomendações ao Brasil em temas como a violência policial, o sistema carcerário e as consequências sociais e ambientais do desastre de Mariana, em Minas Gerais, após o rompimento de uma barragem de minérios em 2015.

Na sessão, o Brasil se comprometeu a reduzir a população carcerária em 10% até 2019 -segundo dados do Ministério da Justiça, havia 622 mil detentos no país em 2014.

Acredito que tais dados devem ser levados em conta para realizar estudos sobre os indígenas no Brasil e no MS, pois fica evidente como esta população sofre não apenas fisicamente, devido à problemas como fome, desnutrição, doenças e outros males físicos, como também de transtornos mentais como depressão. Estes povos tiveram que se adaptar muito rapidamente e perder o contato com muitos de seus

costumes tradicionais à força, como abordarei no capítulo 1. Levei isto em conta ao escolher trabalhar a construção da imagem destes povos na imprensa e sob os olhos da população em geral, pois são outros agravantes que os prejudicam ainda mais. Embora os jornais locais que analisei tenham divulgado as publicações do MPF sobre a difícil situação enfrentada pelos indígenas da RID, até onde analisei, tais pautas não foram iniciativas dos jornais. Não percebi casos em que a imprensa por livre e espontânea vontade tenha investigado tais casos, apenas os divulga quando algum órgão externo tenha percebido tal questão e então a tenha divulgado.

A presente dissertação está dividida em três capítulos. No Capítulo 1, “Contexto histórico da disputa territorial e política entre proprietários e indígenas no sul do MS”, abordarei como o conflito agrário teve início nesta região do país (MS e antigo MT), e como isto se reflete até hoje no modo de vida das populações indígenas e como a sociedade brasileira os enxerga e baseia seus preconceitos baseados em pensamentos já existentes e recorrentes no início do século passado. Acredito que tal análise é importante pois entendendo o contexto e o início dos conflitos, pode-se entender o porquê das disputas de terra estarem da forma que estão, assim como entender o que aconteceu para entender os fatos de hoje.

No capítulo 2 “Diálogos entre jornalismo e antropologia e a construção do campo da pesquisa”, explanarei sobre os caminhos percorridos ao longo da pesquisa, como me interessei pelo tema da pesquisa, como comecei a elaborar o projeto e quais foram as trilhas teóricas e no campo das ideias que considere importante seguir para elaborar este trabalho, quais critérios usei no desenvolvimento de cada capítulo e o porquê de ter dado tais ênfases nos temas abordados, os critérios utilizados na seleção das fontes, as abordagens dadas, etc.

Para finalizar, no capítulo 3, “A construção da imagem de proprietários e indígenas na mídia *online* no MS” apresentarei o que outros pesquisadores já desenvolveram sobre este assunto. Iniciarei as análises de notícias e derivados, que de alguma forma remetam à questão indígena na região. Buscarei justificar mais detalhadamente a importância deste trabalho e como a representação de uma parcela da população em redes sociais ou matérias jornalísticas pode ter uma forte influência no pensamento de toda uma população e como isto pode afetar a parcela representada. Apresentarei como este tema possui ligação com os primórdios da Antropologia e como as ideias dos principais teóricos da área podem me ajudar no desenvolvimento desta

pesquisa. Analisarei diversas notícias publicadas por jornais *online* de MS, buscando perceber seja nos textos, títulos, fotos, falas utilizadas, como as populações indígenas são representadas pela mídia local e como a população em geral reage a esta abordagem e como isto reflete nas populações indígenas. Neste capítulo também analisarei como os jornais percebem cada um dos lados da questão, tanto dos indígenas quanto dos produtores rurais, como os jornais tendem a se posicionar e como isto pode ser percebido nas notícias publicadas. Acredito que este capítulo será o mais relevante, pois é nele em que farei as análises das notícias e refletirei sobre o que for encontrado.

CAPÍTULO 1

CONTEXTO HISTÓRICO DA DISPUTA TERRITORIAL E POLÍTICA ENTRE PROPRIETÁRIOS E INDÍGENAS NO SUL DO MS

A disputa pelas terras no MS não é uma questão recente, tal conflito intensificou-se desde o início do século passado. Para explicar as questões que envolvem o assunto, basear-me-ei em pesquisadores que dedicaram grande esforço em entender o início da problemática no Mato Grosso do Sul (na época ainda Mato Grosso) e como isto gerou um legado negativo para as populações indígenas na região desde então.

A retirada dos povos Guarani e Kaiowá de suas terras tradicionais teve início com as oito demarcações do governo federal para as reservas indígenas. As reservas foram criadas pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) entre 1915 e 1928, contando com cerca de 18.124 hectares. Os índios foram confinados (termo criado por Brand para se referir ao caso) no sul do MS, o que os prejudicou em diversas questões, como políticas, organizações sociais e religiosas, abordarei o assunto mais à frente.

Entre os anos de 1915 e 1928, o Governo Federal demarcou oito pequenas extensões de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani, perfazendo um total de 18.124 ha, com o objetivo de confinar os diversos núcleos populacionais dispersos em amplo território ao sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Essas reservas, demarcadas sob a orientação do Serviço de Proteção aos Índios, SPI, constituíram importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e conseqüente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas (BRAND, 2004, p. 138).

Tais populações indígenas originalmente ocupavam vastas áreas da região sul do estado de MS. Ocupando as matas, próximos de rios. Ao serem confinados em reservas, tiveram todo seu modo de vida alterado à força. Seus costumes de caça e pesca, as relações interpessoais e parentais também sofreram fortes influências negativas, já que estes povos valorizavam os núcleos familiares e até mesmo a localização das casas eram escolhidas de maneira a se ficar próximo da família e daqueles com que se tinham relações. As escolhas de onde seriam as aldeias também não eram feitas de maneira aleatória. Buscava-se córregos, assim como regiões com solos propensos para a agricultura. As aldeias tinham geralmente entre 50 e 200 integrantes.

Os Kaiowá e Guarani ocupavam um amplo território situado entre o rio Apa, Serra de Maracaju, os rios Brillhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a fronteira com o Paraguai. Agrupavam-se, nesse território, especialmente em áreas de mata, ao longo dos córregos e rios, em pequenos núcleos populacionais, integrados por uma, duas ou mais famílias, que mantinham entre si inúmeras relações de casamento, tendo à frente os chefes de família mais velhos, denominados de *tekoaruvicha* (chefes de aldeia) ou *iianderu* (nosso pai) (BRAND, 2004, p. 138-139).

Para entender parte das origens dos conflitos, devemos analisar o passado da região. Com o fim da Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), as terras da região onde hoje se encontra o MS foram delimitadas e as novas fronteiras criadas. A Companhia Matte Larangeira possuía domínio de grande parte das terras da região, muitos indígenas trabalhavam para tal empresa, em trabalhos árduos nas lavouras. Raposo (2018), faz um ótimo resumo da situação, tomando como base historiadores e antropólogos que elaboraram análises mais aprofundadas e detalhadas.

Em MS, o convívio, nem sempre amistoso, entre os Guarani e os não-indígenas se intensificou com o fim da guerra da Tríplice Aliança (1864-70). Primeiramente como trabalhadores dos ervais sob concessão da Companhia Matte Larangeira, mas, também, como empregados das fazendas de gado que se espalharam, principalmente, pela região sul do então estado de Mato Grosso, os Guarani foram submetidos a regimes de trabalho árduos e aviltantes. Em 1910, o já citado Serviço de proteção ao Índio (SPI) teve papel fundamental na submissão dos indígenas. A política integracionista fundamentava-se na compreensão dos indígenas como povos em estágios civilizacionais atrasados, inferiores, retrógrados e, portanto, caberia ao Estado acelerar o desenvolvimento desses povos inserindo-os como trabalhadores nas sociedades modernas (RAPOSO, 2018, p. 56).

Diversas empresas chegaram no então Mato Grosso com o objetivo de explorar os recursos locais. A empresa era uma das maiores da região, conseguiu as terras através de arrendamentos e aquisição das mesmas. A Matte Larangeira controlava grandes extensões territoriais, ela monopolizou a produção ervateira, algo que movimentava muito dinheiro na época.

...extrativistas que ocupavam vastas extensões de terras. Dentre essas empresas, estava a Companhia Matte Larangeira. No caso, vale lembrar que a Matte Larangeira era um dos maiores empreendimentos então existentes no sul do antigo Mato Grosso. Foi instalada na década de 1880, quando Tomás Laranjeira conseguiu, através do Decreto Lei nº. 8.799, de 9 de dezembro de 1882, a permissão do governo imperial para explorar a erva-mate, planta tida como “nativa” da região, explorando-a por mais de meio século. Em razão disso, essa empresa monopolizou a produção ervateira e controlou grandes extensões de terra, através de arrendamentos e de aquisição, onde se encontravam os ervais nativos (MACIEL, 2005, p. 30).

A Companhia, mesmo sem a intenção, acabou de certa forma protegendo as terras indígenas, segundo diversos autores. Lutti (2009) faz um breve compilado destes estudos em sua dissertação de mestrado. Segundo os pesquisadores, pelo fato da Companhia não ter interesse na posse da terra, isso fez com que as primeiras demarcações de terras indígenas tivessem ligação direta com a história da Matte Laranjeira. Como explica a autora:

Apesar de ter havido grande participação de mão-de-obra indígena nos ervais, e controle sobre o território ocupado pela Companhia, é quase um consenso entre autores que trataram este assunto, entre eles Brand (1997), Pacheco (2004), Ferreira (2007), Silva (2005), que até certo ponto, a Cia Matte Laranjeira acabou protegendo as áreas indígenas por não ter interesse pela posse da terra. Isto muda com o fim do contrato de arrendamento, pois a partir daí, ela passa a ser proprietária, e não apenas arrendatária...Porém, mesmo considerando este desinteresse pela terra no primeiro momento da exploração ervateira, não podemos deixar de considerar a relação entre a expansão das atividades da Companhia, e as primeiras reservas demarcadas a partir de 1910. A primeira reserva demarcada fica no município de Amambay, Benjamin Constant, criada em 1915. Posteriormente, foram demarcadas a de Dourados (Posto Indígena Francisco Horta, em 1917), e Caarapó (*Tey Cuê*, 1924), seguidas por outras demarcações. Além disso, se a exploração da erva não significa de imediato a expropriação das terras indígenas, ela irá significar algumas limitações na reprodução do modo de vida dos índios Guarani e Kaiowá da região, inclusive no que se refere as formas tradicionais de mobilidade (LUTTI, 2009, p. 27).

Ao longo das décadas, a política de confinamento foi ampliada na região do então MT. Na década de 1940, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi criada, a meta era atrair pessoas para habitarem esta região do país. Com a vinda destes novos colonos, o governo brasileiro forçou uma maior mobilização dos indígenas para as reservas, deixando suas terras livres para o uso desta população que chegava. Estes colonos investiram principalmente em agricultura e pecuária, atividades econômicas que necessitam de vastas terras. Tal processo foi trabalhado ao longo das décadas seguintes, usando o lucro, as atividades agropecuárias e a movimentação financeira como justificativa para retirar os povos indígenas de suas terras originais e os confinando em pequenos espaços de terra pré-selecionados pelo Estado brasileiro.

Dando sequência ao processo de ocupação do território indígena por não-índios, em 1943, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, CAND, que tinha como objetivo possibilitar o acesso à terra para milhares de famílias de colonos, migrantes de outras regiões do país. A instalação dos colonos em território indígena provocou de imediato, problemas diversos e graves, pois questionou a presença indígena e impôs a sua transferência para outros espaços. A partir

da década de 1950, especialmente, acentua-se a instalação de empreendimentos agropecuários nos demais espaços ocupados pelos Kaiowá e Guarani, ampliando o processo de desmatamento do território. Parte significativa das aldeias é destruída a partir deste período, acentuando-se o processo de confinamento nas reservas. A introdução da soja, a partir da década de 1970, junto com a ampla mecanização da atividade agrícola em toda a região, dispensou a mão-deobra indígena e provocou o fim das aldeias refúgio nos fundos das fazendas, onde os Kaiowá e Guarani resistiam. Compromete a biodiversidade, substituindo os restos de mata, capoeiras e campos pela monocultura da soja (BRAND, 2004, p. 140).

Com as forçadas mobilizações, estes povos tiveram drásticas mudanças em seu modo de vida. Eles precisaram desenvolver formas alternativas de vida, já não podiam caçar, pescar ou até mesmo plantar como antes, seja por não terem mais onde caçar, pescar ou terem espaços adequados para a agricultura à que estavam acostumados a desenvolver, seja por razões culturais, sistemas de crenças baseados em ligações espirituais com as matas em que habitavam anteriormente.

Não foram apenas seus sistemas de adquirir alimentos que foram alterados com o processo do confinamento. Segundo BRAND (2004) tais povos também tiveram suas autonomias em relação as resoluções de suas questões diminuídas, já que agora não são mais “donos de si”, mas precisam de aprovação do Estado para realizarem ou não, diversas atividades ou solucionar problemas internos da comunidade. O autor destaca que em torno da metade da população indígena com menos de 18 anos, nasceu dentro do confinamento, ou seja, já nascem marcados pelas transformações ocorridas durante a história recente destes povos no Brasil.

Toma-se fácil compreender os complexos problemas relacionados à administração desses novos espaços constituídos pelas reservas. Como já destacado acima, o desafio maior decorrente do processo de perda territorial refere-se às dificuldades em adequar a sua organização social a essa nova situação marcada pela superpopulação, sobreposição de famílias extensas e pelas transformações de ordem econômica. Com a imposição, pelo SPI, da figura dos capitães, estes se sobrepõem aos *tekoaruvicha*, que perdem espaço, vendo reduzidas suas funções de aconselhamento e de articulação das relações pessoais e com o sobrenatural (BRAND, 2004, p. 141).

Segundo o autor, os indígenas eram numerosos nos trabalhos na Companhia Matte Larangeira, mas esta possuía interesse em esconder dados sobre o número de trabalhadores. Segundo BRAND, em Iguatemi, por exemplo, os índios eram mais numerosos do que os paraguaios, mas os dados eram omitidos, já que um elevado número de indígenas na região comprova que as terras eram ocupadas, ao contrário do que queriam que a população brasileira acreditasse. (BRAND, 1997, p. 65).

Diversos conflitos internos também foram surgindo devido aos confinamentos forçados. Enquanto anteriormente as famílias estavam próximas, assim como as pessoas com que ela estabelecia relações, aqueles que não se gostavam ou possuíam conflitos, moravam distante. Com o confinamento, todos foram espremidos em pequenos espaços, favorecendo a ocorrência de conflitos, já que famílias rivais passaram a ter proximidades que anteriormente eram evitadas. Não apenas isso, mas líderes de aldeias também foram juntados, o que também acabou gerando outros tipos de rivalidades e situações negativas.

Como citado anteriormente, as organizações sociais dos Guarani e Kaiowá sofreram impactos negativos devido aos confinamentos em reservas indígenas. Não foram apenas as relações internas que foram drasticamente alteradas, o contato com os *Karai* (a forma como denominam os brancos), também influenciou negativamente nas sociedades indígenas. Agora eles precisam se adequar à serviços assalariados, devido a falta de qualificação exigida, muitos foram e ainda são obrigados a assumirem cargos insalubres ou indesejados pelos brancos, ou ao menos também abraçado pelos *Karai* da periferia, com pouca qualificação, etc.

Atualmente, o Mato Grosso do Sul, possui a segunda maior população indígena do país, segundo dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), 73.295 pessoas das etnias Guarani-Ñandeva, Guarani-Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinau, Guató, Ofaié e Kamba, ficando atrás apenas do Amazonas, que reúne 168.680 indígenas.

Os conflitos atuais entre índios e produtores rurais são resultado de um processo de colonização, iniciado em 1892, que gerou o que Brand (1997, p. 91) caracteriza como “confinamento” dos indígenas das etnias Kaiowá e Guarani. Primeiramente, o Governo Federal concedeu a Companhia Matte Larangeiras uma extensão de terra para a exploração da erva-mate, que foi se ampliando com o passar dos anos, até alcançar extensão de 5.000.000 ha. (MALDONADO, 2014, p.18).

Ao longo dos anos, os povos indígenas estão conseguindo adequar-se ao padrão de trabalho exigido pela sociedade ocidental. As novas gerações da população indígena no MS e no Brasil enfrentam diversas contradições culturais, segundo BRAND (Pg. 144), pois a proximidade de centros urbanos favorecem o contato com o ensino tradicional do ocidente, assim como são influenciados à ingressar em universidades e buscarem por empregos e metas econômicas que eram originalmente dos *Karai*. Os

jovens são obrigados a buscarem por novos espaços, devido ao confinamento, já que não podem mais exercer o mesmo modo de vida de seus avós. Segundo Brand, uma parcela da população jovem desconhece a realidade dos conflitos e o histórico dos confinamentos e como estes se iniciaram, nem mesmo os contextos que trouxeram à realidade atual e pelo que seus antepassados passaram.

Nesse contexto, para as gerações mais jovens, a terra não tem o mesmo significado que tem para seus pais, razão porque muitos parecem hoje preferir os espaços das reservas que, pela sua localização e infra-estrutura, oferecem uma série de atrativos considerados relevantes. Talvez esse fato permita compreender a crescente opção dos jovens indígenas pelo assalariamento, seja como professores e agentes de saúde, seja como trabalhadores nas usinas de produção de açúcar e álcool, contribuindo, ainda, para a decadência da atividade agrícola nas reservas indígenas. Verifica-se nos cursos com professores indígenas, o desconhecimento dos jovens sobre sua história recente, em especial, o processo de criação das reservas indígenas e posterior confinamento (BRAND, 2004, p. 144-145).

Segundo Pereira (2010: 116), as populações Kaiowa que viviam na região do atual MS, foram expropriadas de suas terras a partir dos anos 1890, fator que se manteve por décadas. O deslocamento de tais populações foi um fator que à longo prazo gerou novos conflitos, seja de caráter religioso, devido ao apego à terra e às crenças sobre os seres místicos e ancestrais que nelas habitam, como de caráter político interno, gerado pelo conflito entre mais de uma liderança no mesmo local.

Ressalta-se, que Mato Grosso, sobretudo na região sul do Estado, fica impedido à colonização de determinadas áreas, a exemplo da criação extensiva de gado nas grandes pastagens locais e a presença de empresas deslocadas de sua base territorial, elas se viram constrangidas a se territorializarem no interior das oito pequenas reservas indígenas demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), entre as décadas de 1915 e 1928. Nas décadas seguintes, essas reservas se constituíram em espaço de recolhimento das comunidades que perderam suas terras tradicionais, fenômeno para o qual o historiador Antônio Brand cunhou o termo “confinamento” territorial (Brand, 2007), que passou a ser utilizado pela maior parte dos estudiosos do processo histórico recente destas comunidades (PEREIRA, 2010, p.117).

É ingenuidade pensar que com os avanços judiciais resolveriam todas as questões enfrentadas pelos povos indígenas na região e no Brasil, pois embora com a Constituição de 1988, os povos indígenas tenham recebido reconhecimentos e acesso à direitos que antes não possuíam, a população em geral e até mesmo a classe política continuava com posicionamentos contrários à estes povos, e como abordarei mais adiante, apenas mudanças de leis não são suficientes para que os indígenas possuam tranquilidade ou mesmo um acesso fácil aos seus direitos, se aqueles ao seu redor são

contrários à suas lutas, problemas como racismo e preconceito continuam sendo bem reais.

A situação jurídica muda radicalmente a partir da promulgação da Constituição de 1988 que assegura aos índios o direito de terem suas terras reconhecidas e demarcadas pelo Estado Brasileiro. Entretanto, as lideranças indígenas tiveram de enfrentar o desafio de superar a condição de fragmentação de suas comunidades, resultada de anos ou décadas de exílio de suas terras. Vale lembrar que mesmo com as mudanças no modo de se pensar a nação brasileira, estabelecidas na nova constituição, o cenário político local ou regional continua apresentando uma conjuntura política refratária ao reconhecimento dos direitos indígenas (PEREIRA, 2010, p.118).

É importante ter em mente que para os Guarani, o *Tekoha* possui um significado espiritual, sendo muito mais do que apenas uma casa ou o local em que habitam. Estes são também os locais onde habitam seus ancestrais, seu deuses, onde possuem ligação espiritual. Como já analisado por Mota e Pereira:

As retomadas de *Tekoha* divergem do modo de apropriação e uso do território do agrohidronegócio sucroalcooleiro. Para os Guarani e *Kaiowá* o retorno aos seus territórios parte da necessidade de reprodução de seus modos de viver, em aproximação e comparação ao modo de vida reproduzida pelos antigos e/ou ancestrais em seus *Tekoha* (MOTA; PEREIRA, 2012, p. 14).

Tendo a percepção sobre a importância do *Tekoha* para os Guarani, podemos levar em conta também sobre o que significa para estes povos o fato de serem retirados de suas terras originárias. Para eles, primeiramente, a terra é muito mais do que simplesmente usado para se plantar ou viver em cima, mas algo que permeia toda sua cultura e modo de vida “não se trata apenas de um recurso natural, pois é muito mais que isso, é um recurso sociocultural, que tem a ver com a vida coletiva desses grupos” (AGUILERA URQUIZA; NASCIMENTO, 2013, p. 57).

Depois de retirados de suas terras originais e sendo depostos de toda ligação cultural, espiritual e econômica que possuíam com esta, enfrentam um novo problema logo em seguida. A chegada em uma outra área. As relações de poder e sociais serão totalmente diferentes. As lideranças perderam seu status, não raro serão postos próximos a famílias com quem possuem rivalidades, o que pode gerar diferentes formas de conflitos internos, como mostra Pereira (1999):

Deixar a terra em que vive [...] implica necessariamente ter que ir viver numa área superlotada demarcada como reserva, e assumir a condição de inferioridade social em relação aos habitantes do local. Estarão como que exilados em terra estranha, seus líderes não serão reconhecidos pelos líderes

locais e serão alvo predileto para as acusações de toda ordem (PEREIRA, 1999, p.213).

Buscando explicar a ligação entre os indígenas e o papel apresentado pelo SPI, Lutti (2009) se atenta aos acontecimentos. Embora intitulada e teoricamente tomada como tal, um órgão que visasse proteger os povos indígenas, o SPI na verdade buscava convencer os índios a migrarem para as reservas, sendo esta mesma instituição, responsável pelo uso de força, caso fosse contrariada e os indígenas se recusasse, a realizar os “pedidos”. Como escreve a autora:

Como podemos verificar, os colonos exigiam que fosse feita a retirada dos indígenas dos locais onde estavam instalados e o SPI, que deveria garantir as áreas indígenas, não atua em benefício deles, e sim no sentido de “aconselhar” os indígenas a se mudarem para a reserva. Quando os indígenas resistiam, o próprio SPI era o encarregado em transportar os índios até os postos indígenas fazendo uso da força. Conduzir os índios aos postos indígenas foi a maneira encontrada para liberar as terras para a exploração econômica, de tal forma que a resistência era tomada como uma recusa à ordem, um ato subversivo, digno de punição (LUTTI, 2009, p. 29-30).

Outro conceito importante e que deve ser levado em conta é a ideia dos índios “aldeados”. Isto diz respeito aos índios que, para os órgãos do Estado responsáveis, teriam se “enquadrado” no sistema e no esperado destes povos, em uma busca de “civiliza-los”. Os índios que se submetiam às regras impostas pelo SPI e FUNAI por exemplo, receberiam assistência do governo, seja médica, educacional, entre outras. O mesmo não acontecia com os índios que não se submetiam a tais normas, os “desaldeados”. Estes já não teriam as “regalias” e “comodidades” entregues pelo Estado e pelo homem branco.

Índios “aldeados” eram aqueles que viviam nos Postos, nos quais deveriam receber assistência oficial em saúde e educação e apoio em programas econômicos. Nesta área teriam a “proteção” do estado e a garantia do usufruto das terras demarcadas, “trabalhando, plantando, e cuidando dos filhos”, como argumentavam os administradores do SPI. [...] Os “desaldeados”, por sua vez, vivem fora das unidades administrativas, não recebem assistência do governo e os funcionários da FUNAI não se sentem responsáveis por eles (ALMEIDA, 2001, p. 23).

Os indígenas tem reclamado constantemente de novos posicionamentos do governo, novos indicativos de descaso e medidas que vão contra suas lutas, sem nunca apresentarem propostas que possam os beneficiar, mas apenas beneficiando os grandes produtores rurais. Anteriormente, um dos órgãos que mais defendia o cumprimento dos

direitos indígenas, a Advocacia Geral da União (AGU), nos últimos anos, criou mecanismos que desencadearam ordens de despejo e de reintegração de posse contra os povos indígenas, segundo aqueles que estão em constantes lutas pelos direitos de seus povos.

Publicado em julho pela advogada-geral, Grace Mendonça, e adotado pelo presidente Temer para todos os órgãos federais, o parecer 01/2017 teria, conforme as lideranças indígenas, a função de manter o quadro de não-reconhecimento dos direitos ao território como está. O dispositivo obriga toda a administração pública, inclusive a Fundação Nacional do Índio (Funai), a obedecer as condições estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (Roraima). “Na prática, o parecer paralisou as demarcações de vez”, afirma em nota o Instituto Socioambiental (ISA). Mas a tese do marco temporal faz pior do que isso: como uma estratégia do governo Temer e da bancada ruralista capaz de deflagrar a desocupação das áreas retomadas e favorecer ordens de despejo violentas, ela tende a produzir um drástico retrocesso, se não houver ampla reação nacional e internacional (JORNALISTAS LIVRES, S/P, 14/01/2018).

Outra forte questão que tem provocado preocupação entre os indígenas é o Marco Temporal. O Marco é uma tese jurídica que restringe os direitos territoriais dos povos indígenas. Ele determina que apenas as terras sob posse dos indígenas até a data em que a Constituição Federal foi promulgada, em 05 de outubro de 1988, devem ser consideradas terras indígenas, todas aquelas em que estavam sob posse de fazendeiros, não devem ser tomadas como tal. Tal encaminhamento é injusto aos povos indígenas, já que desqualifica todas suas lutas após esse período, assim como comete um total descaso com aqueles (a grande maioria) em que as terras haviam se tornado propriedade dos produtores rurais. O Marco Temporal é um visível descaso do Estado para com tais povos, deixando evidente seu posicionamento de não se importar com estes povos, suas culturas, tradições e direitos humanos.

O debate sobre o Marco Tempo temporal ganhou extrema relevância para os povos indígenas e para as populações quilombolas em julho de 2017, pois neste período o presidente Michel Temer assinou o parecer GMF-05, da Advocacia-Geral da União (AGU). Tal documento determina que todas as demarcações de terra realizadas a partir de tal data, deveriam seguir os procedimentos encontrados no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, ou seja, adotariam um Marco Temporal, assim como também vedaria análises e revisões de terras que já foram demarcadas. Tal caso ganhou forte repercussão entre aqueles preocupados com os direitos dos povos indígenas e quilombolas, já que tal decisão poderia ser extremamente prejudicial a eles e nem um

pouco justa, já que evidenciaria um descaso ao contexto histórico vivido por tais populações. Jornais especializados na área ou acompanhantes da temática, expuseram os acontecimentos, assim como visavam esclarecer ao público tais situações, e o que estava por trás de tais decisões.

A assinatura do parecer se deu logo após a presidente do STF, Cármen Lúcia, pautar o julgamento desta quarta-feira 16. Segundo Eloy, a intenção de Temer, cada vez mais atrelado à bancada ruralista, era tornar o marco temporal a prática oficial do governo na demarcação de terras. “Isso fica expressamente claro a partir do momento que, um dia antes da publicação deste parecer, o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), membro da FPA [Frente Parlamentar da Agropecuária], publica um vídeo que dizendo que ‘já estava tudo acertado’ e que sairia um parecer vinculante e que eles iam sumular o Marco Temporal”, disse (Carta Capital, S/P, 2017).

A percepção sobre como a imprensa trata a questão indígena é abordada de forma principal ou ao menos tangencial por diversos autores que pesquisam os povos indígenas no Brasil. Em sua tese de doutorado, a historiadora Landa (2005), analisa que havia uma abordagem preconceituosa por parte da mídia, que visava atender aos interesses do senso comum da região, auxiliou na maneira como a população local se posicionou em relação às reivindicações e manifestações.

A forma preconceituosa, equivocada e baseada no senso comum, como foi apresentado o conflito na mídia escrita, representada pelos jornais locais e da região sul do estado, contribuiu para que o restante da população se posicionasse francamente desfavorável às reivindicações indígenas (LANDA, 2005. P. 285).

Ao pesquisar os acampamentos dos povos indígenas nas retomadas, Lutti (2009), escreve como os acampamentos podem ser entendidos como um mecanismo de resistência. Podemos entender então que de diversas maneiras os indígenas ainda tem se manifestado, buscado seus direitos das mais diversas maneiras existentes e que não tem se submetido simplesmente ao que a população branca ao redor espera deles.

Neste sentido, podemos afirmar do ponto de vista sociológico, que os acampamentos configuram uma comunidade tanto étnica quanto política. Isto porque existe neles uma organização – ação - de seus membros, e esta organização tem como objetivo a guarda e reconquista dos territórios tradicionais. Para isso suportam uma situação de absoluta precariedade, principalmente nos acampamentos, o que limita o número de moradores no local (LUTTI, 2009, p. 47).

A autora também busca explicar quais fatores influenciam na decisão da ocupação de determinada terra e como o movimento se desenvolve a partir daí. Fatores internos e externos aos acampamentos são levados em consideração, seja a fome que ocorre no interior ou a demora do judiciário a tomar uma providência.

A decisão de ocupação provavelmente é influenciada por diversos fatores, tais como: a) a pobreza encontrada nos acampamentos; b) a demora da FUNAI em dar um parecer quanto à possibilidade de identificação e demarcação de suas terras; c) os conflitos com os produtores rurais. Neste caso, o estopim ocorreu quando, de acordo com o grupo, o dono da fazenda mandou colocar fogo em seus barracos, concretizando a decisão de reocupação, conforme eles escreveram no documento levado ao MPF: “*Casique Rogério acuzo que fazendeiro queimou baraco quarta fera 4 ora da manha por este motivo que nos já vamo na nossa aria, queimaro a terapa10*” (DOC. 03). Entretanto, devemos ter sempre presente que a reorganização da comunidade e a motivação para a ocupação se dá sempre pela identificação com o espaço reivindicado (LUTTI, 2009, p. 55).

É facilmente percebido que neste capítulo busquei base em autores de diversas áreas dentro das Ciências Humanas. O problema neste tipo de estudo, é que ele é desmerecido, seja pela população brasileira em geral, seja até mesmo dentro da Ciência. Maciel (2005), aborda como os estudos que envolvem os povos indígenas tendem a não serem bem vistos, embora estes sejam alvo de estudo de diversas áreas.

Apesar da questão indígena hoje ser uma discussão que perpassa várias áreas do conhecimento, como a História, a Antropologia, a Arqueologia, ainda não é levada a sério e nem discutida com a profundidade que merece em muitas áreas do conhecimento, não sendo inclusive considerada por grande parte da população brasileira (MACIEL, 2005, p. 29).

Com este capítulo, busquei realizar uma breve introdução na história dos povos indígenas que vivem e viveram na região em que realizo esta pesquisa, para a partir de então desenvolver as outras etapas. Acredito que entender o contexto histórico em que estes povos e esta população se encaixam, ajuda a entender como chegamos até o presente momento, assim como compreender quais foram os fatores que ocorreram ao longo das décadas / séculos que fizeram com que a discussão sobre a abordagem da imprensa sobre as manifestações seja importante até mesmo em 2018.

Tendo como base quais foram os acontecimentos passados, o que se passou com os povos indígenas ao longo destes anos, faz com que possamos entender como chegaram na situação em que se encontram atualmente. Sendo assim, mais fácil

entender o porquê de realizarem suas manifestações, suas reivindicações, assim como entender que os locais retomados não são escolhidos a esmo, mas são locais que possuem uma ligação histórica com estes povos. Entendendo estes fatores, acredito que podemos continuar a pesquisa e focar no que está acontecendo nos dias de hoje.

CAPÍTULO 2

DIÁLOGOS ENTRE JORNALISMO E ANTROPOLOGIA E A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA

2.1 – Uma análise sobre o início da pesquisa

Neste capítulo, abordarei minha trajetória no jornalismo e na antropologia, como busquei conciliar os dois temas, perceber como a visão da comunicação de massa poderia ajudar nos estudos dos povos indígenas e na forma como estes são percebidos na sociedade.

Sei que não é possível (e nem mesmo pretendo) me “converter” totalmente para a antropologia e o estudo isolado das ciências sociais, busco na verdade, analisar pelo viés da comunicação social e da antropologia. Graduei-me em jornalismo em 2014, durante o percurso da graduação, estagiei em jornais de Dourados, pude fazer análises que foram importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Tive como motivação estudar este tema, pois percebi que a mídia não era parcial ao abordar este assunto. Diversos estudos mostram tal situação, por isso resolvi focar nos jornais *online*, pois este setor ainda é pouco estudado. O assassinato do indígena Simião Vilhalva em 29/08/2015, na terra indígena de Ñande Ru Marangatú, no município de Antônio João, foi um dos acontecimentos que me fizeram escolher este tema. Na época eu trabalhava em um pequeno jornal de Dourados, era o único formado em Jornalismo no ambiente. Na época, tanto os profissionais que trabalhavam no jornal, quanto jornalistas da editoria policial que repassavam as informações, alegavam que ele tinha sido assassinado pelos próprios indígenas para culpar os produtores rurais. Na notícia “Indígena morre após chegada de produtores rurais em Antônio João”, aborda que ele estava perto de um córrego, quando foi encontrado morto, não no meio de testemunhas. Tal fato fez com que alguns duvidassem da veracidade dos relatos feitos pelos indígenas Para a Polícia Civil (PC) e Polícia Militar (PM).

Acredito que se um caso de assassinato é colocado em cheque, outros assuntos com certeza não receberão o devido valor também. Ao longo do texto trabalharei estes assuntos mais a fundo, citarei também trabalhos que já desenvolvi em que em um dos

casos, percebi que problema de saúde pública, como a água na RID não recebe o devido valor nem pelos órgãos responsáveis (prefeitura e câmara municipal) como pelos órgãos que deveriam fiscalizar estes casos (mídia). Segundo o CIMI: “Existe uma crise humanitária na Reserva de Dourados se arrastando há pelo menos duas décadas. Os 16 mil indígenas Guarani Kaiowá e Terena vivem confinados em três mil hectares e buscam terras para “desafogar a situação”.

Em Dourados ainda mantem-se o pensamento de que “lugar de índio é na aldeia”, acredito que a História poderá me auxiliar a entender o porquê de tal fato. Os indígenas não são bem aceitos pela população da região, muitas vezes taxados como inimigos e não como brasileiros natos, sendo que estão aqui desde muito antes daqueles com antecedentes europeus (como eu e talvez você).

O MPF reconhece que a Reserva Indígena de Dourados (RID) passa por total descaso dos poderes estatais responsáveis. Altos índices de violência, homicídios, educação precária, problemas com moradia, altíssimos níveis de suicídio, o MPF classificou como um flagrante caso de discriminação.

A Reserva Indígena de Dourados tem a maior concentração de população indígena do país, cerca de 13 mil habitantes. Para o MPF, a população é tratada com “indiferença hostil”, fundada, na maioria das vezes, em motivos discriminatórios. Tal descaso estatal reflete nos índices de violência. Com base nos dados oficiais, entre 2012 e 2014, o Brasil teve taxa média de 29,2 homicídios por 100 mil habitantes. Em Mato Grosso do Sul, a taxa foi de 26,1. Entre os indígenas de MS este número sobe para 55,9. Já os indígenas da Reserva de Dourados enfrentam uma taxa de homicídios de 101,18 por cem mil habitantes. Os indígenas da região de Dourados morrem por homicídio a uma taxa quase 400% superior aos não indígenas de MS (MPF, 09/01/2018).

Outros jornais de Dourados também publicaram tais declarações do MPF, porém a matéria não pode ser encontrada no site do *Dourados Agora*, como pode ser visto nos anexos deste trabalho. Tais falas de um Órgão tão importante deixa evidente como a RID passa por situações gravíssimas, que inclusive poderiam ser tratadas como descaso dos direitos humanos. Mais adiante abordarei alguns exemplos disto e como a mídia local tratou tais acontecimentos, como a falta de água na reserva em julho de 2016.

No mesmo período, outro caso ganhou repercussão na imprensa local e nacional, o altíssimo índice de suicídio entre os indígenas no Brasil, tendo a RID no topo deste triste ranking. O Instituto Humanista Unisinos (IHU) divulgou dados relativos à estes

casos, o relatório dos dados foi publicado pelo CIMI. Segundo os relatos, a taxa de suicídio entre os indígenas é o triplo da média nacional.

Nos últimos 16 anos foram registrados 782 suicídios nas comunidades indígenas brasileiras, o que significa uma “variação” de 30 a 73 casos por ano, diz a antropóloga Lucia Helena Rangel à IHU On-Line. Segundo ela, o relatório recentemente publicado pelo Conselho Indigenista Missionário – Cimi demonstra que o quadro de suicídios entre os Guarani-Kaiowá que residem no Mato Grosso do Sul não se alterou em quatro décadas, mas também sugere que esse fenômeno não é restrito a essas comunidades. “A situação preocupa muito porque em 2016 houve 30 casos de suicídios no Alto Solimões”, informa (IHU. UNISINO, S/P, 16/01/2018).

Sei que através deste estudo, não estarei “desenvolvendo a roda”, nem é minha intenção. Estou ciente de que o estudo dos indígenas na mídia é um tema já estudado por diferentes áreas e sob diferentes pontos de vista e focos. Baseado nisso, pretendo não analisar casos específicos, temas fechados, mas perceber como a questão indígena em geral tem aparecido nas publicações dos jornais *online* da região sul do MS.

Acredito que este possa ser o diferencial deste trabalho, o foco nos jornais *online* desta parte do estado, e analisando casos gerais. Com isto, buscarei identificar se existe um padrão entre todas as publicações e as percepções da mídia e da população local através delas. Seja através dos comentários, das imagens publicadas nas notícias, elaboração do texto ou o próprio título das matérias jornalísticas.

Diversos fatores me influenciaram na escolha deste tema como pesquisa, como estágio entre 2011 e 2012 no Rede de Saberes, Programa de incentivo à indígenas no Ensino Superior, trabalhar na assessoria de imprensa da Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE), uma ação federal que busca promover a formação continuada de professores da educação escolar indígena.

Não apenas o fato de ter trabalhado em contato com comunidades indígenas me fizeram perceber a importância deste estudo, mas durante a graduação, assim como no estágio em jornais, percebi que os profissionais da área não abordavam o caso nem como está nos manuais de jornalismo, nem com uma imparcialidade ou pensamento crítico sobre. O que pude perceber era um preconceito as vezes velado, as vezes escancarado de muitos (não podemos dizer todos) os profissionais de imprensa que atuam na região.

Estagiei em um jornal *online* da cidade em 2012, acontecimentos da época foram importantes para que eu pudesse perceber alguns fatos do jornalismo *online* na região de

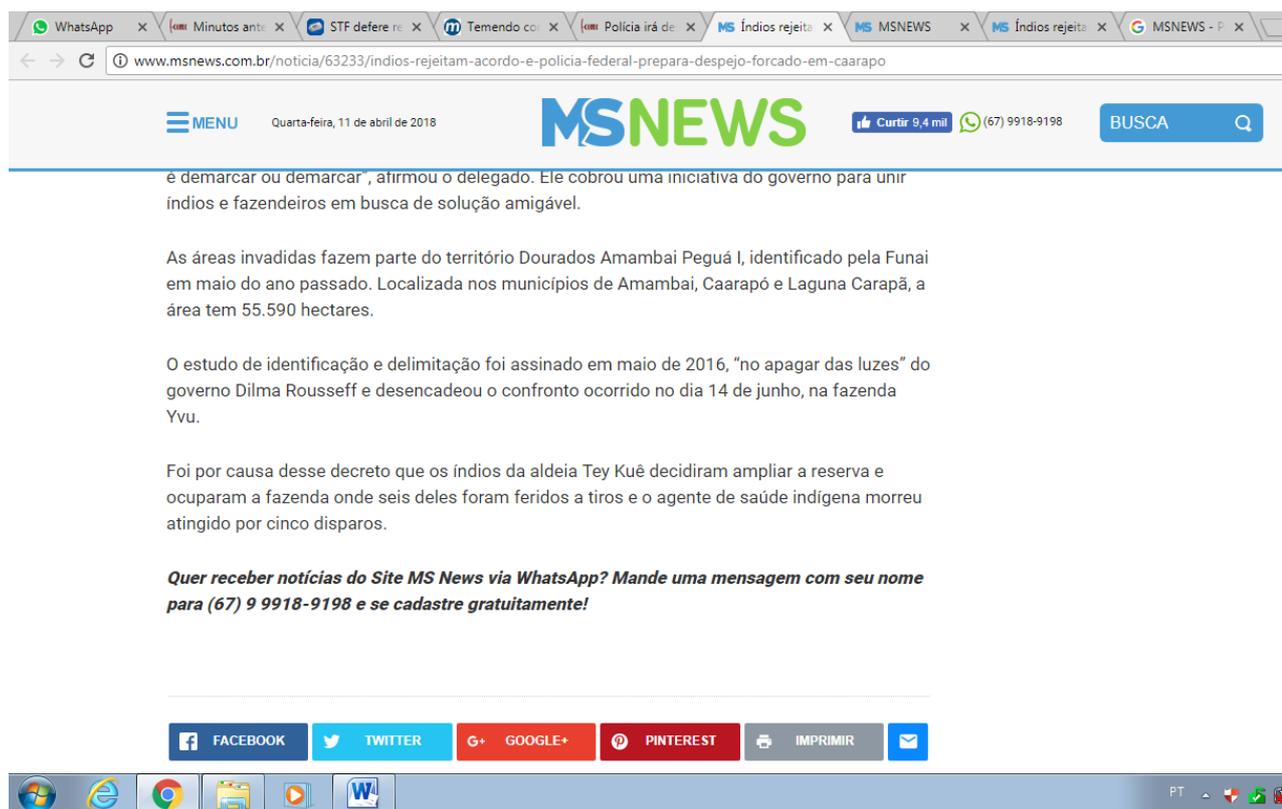
Dourados. A demarcação de uma possível nova área indígena próxima à cidade na época, fez com que o jornal divulgasse diversas notícias sobre as atualizações do caso e consequentemente atraindo grande número de acessos. A população se pronunciou nos comentários, a má abordagem do jornal, junto com o racismo da população local acabou gerando centenas de comentários. Tais comentários indicavam um racismo tão vigente e despreocupado com consequências, que o jornal recebeu intimações judiciais do MPF. Segundo o órgão, o jornal não estava sendo responsável ao divulgar tais comentários recheados de ofensas, racismo, preconceito a tal ponto que poderia ser considerado cúmplice de tal pensamento, já que não barrava tais falas.

Após estes incidentes, o jornal começou a ser criterioso quanto aos comentários aprovados para aparecerem nas notícias. Algumas vezes eram editados pelo jornalista, com algumas falas retiradas, em outros casos, o comentário era ignorado, por medo de caso aprovado poder gerar outro processo judicial. Antes da análise prévia dos profissionais que atuavam no jornal, algumas matérias que envolviam um conflito por terras, algumas matérias chegavam a receber mais de cem comentários.

Devido à atuação do MPF de investigar e denunciar os jornais que não barravam falas racistas ou mesmo às faziam, um cuidado maior começou a ser tomado por parte dos jornalistas da região. Por esses motivos, hoje em dia se encontra menos comentários do que há seis anos atrás. Já me deparei diversas vezes com notícias sobre indígenas ou conflitos de terras que possuíam a sessão de comentários bloqueada pelo jornal, exatamente por saberem que comentários em tais notícias poderiam gerar desentendimentos entre os leitores do *site* e trazer prejuízos ao jornal.

Atualmente, tal sistema de “defesa” pode ser encontrado em diversos meios de comunicação da região. Em notícia que se refere ao processo de reintegração de posse da Terra Indígena (TI) Dourados - Amambaiegua I, que faz limite com a reserva Tey’i kue em Caarapó, e cujo relatório de identificação e delimitação foi publicado em 2016, os comentários do portal de notícias MS News, localizado no município de Vicentina, não existe espaço para comentários. A reportagem foi publicada em 06 de abril de 2018, período em que tal conflito estava em toda a mídia local e de periódicos focados em temática indígena. Mesmo assim, não há espaço para a realização dos comentários.

Figura 02: Notícia no site MS News sobre Reintegração de Posse em Caarapó:



Fonte: MS News em 06/04/018

As questões históricas encontradas pelos indígenas no MS, desenvolveram situações tão extremas, que atualmente podem ser consideradas atrocidades contra a humanidade e tentativa de genocídio, segundo as definições de Direitos Humanos Internacionais. A professora Jocelyn Kestenbaum da *Cardozo Law School*, nos EUA, especializada em Direitos Humanos e Saúde Pública, proferiu em conferência denominada “Os conflitos territoriais indígenas no contexto de risco para crimes a atrocidade: uma análise pelas lentes da prevenção” realizada na Faculdade de Direito (FADIR), que contou com presença de antropólogos, historiadores, e outros membros tanto desta faculdade quanto da FCH, na UFGD em 24/01/2018. A pesquisadora afirmou que a situação encontrada pelos indígenas no MS e no Brasil como um todo, pode ser considerada como crimes contra os direitos humanos e atrocidades. Segundo ela, fatores que levam à esta conclusão são principalmente a exclusão destes povos, preconceitos dirigidos por sua identidade, crimes contra eles por sua identidade, assim como descaso do Estado sobre tais acontecimentos. Em tal conferência percebi a importância do meu trabalho e de como o racismo e preconceito enfrentados pelos

povos indígenas no MS são vistos como graves problemas no mundo inteiro, menos no estado em que estes habitam.

O principal foco do estudo não será relacionado às fronteiras físicas, mas as fronteiras sociais existentes no estado e reforçadas pela mídia local. A mídia pode, conscientemente ou não, influenciar e reforçar padrões e estereótipos já estabelecidos, assim como moldar costumes. Assim, busca-se investigar como a mídia dos jornais *online* do Mato Grosso do Sul abordou as notícias relacionadas às questões de conflitos agrários, e como estereótipos, conceitos e (pré)conceitos foram abordados, representados e apresentados nos jornais.

[...] a comunicação, decididamente, molda a cultura porque, como afirma Postman, " nós não vemos ... a realidade ... como "ela" é, mas como são nossas linguagens. E nossas linguagens são nossos meios de comunicação. Nossos meios de comunicação são nossas metáforas. Nossas metáforas criam o conteúdo de nossa cultura." Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo (CASTELLS, 1999, p.414).

Um caso que ficou famoso em Dourados, e que é usado de exemplo de como os órgãos responsáveis podem sim punir falas racistas na imprensa, é o processo de racismo contra o advogado criminalista Isaac Duarte de Barros Júnior. O advogado publicou um texto de Opinião no Jornal O Progresso, na edição de final de semana, 27 – 28 de dezembro de 2008. A matéria intitulava-se “índios e o retrocesso...” (Matéria pode ser encontrada na íntegra nos anexos), nela o autor chama os índios de vagabundos, malandros, vadios, bugres, entre outros termos pejorativos. Ele também acusa os indígenas de assassinarem pessoas que não concordem com pedágios clandestinos, que segundo ele, são feitos cotidianamente. O caso tornou-se tão emblemático que ficou famoso na região e citado até mesmo em nível nacional. O portal de notícias, Jusbrasil, assim como a Associação do Ministério Público de Minas Gerais (AMP-MG), que focam em notícias relacionadas ao mundo jurídico, publicaram uma notícia sobre o caso, inclusive afirmando que é um caso raro e inédito no Brasil.

Figura 03: Prisão de advogado por escrever falas racistas em jornal:

Advogado é condenado a dois anos de prisão por racismo ao escrever que índios são malandros e vadios

 RECOMENDAR

 COMENTAR



Publicado por Associação do Ministério Público de Minas Gerais

há 7 anos

 75 visualizações

A Justiça Federal de Dourados condenou o articulista Isaac Duarte de Barros Júnior, do jornal O Progresso, de Dourados, no interior do estado, a dois anos de reclusão, no processo em que foi acusado de preconceito racial contra os indígenas. A ação foi proposta pelo procurador da República Março Antonio Delfino de Almeida no início de fevereiro de 2009, depois de receber denúncias dos índios de que em artigo publicado no dia 27 de dezembro de 2008 sob o título "Índios e o retrocesso...", o autor disparava frases pejorativas e ofensivas à população indígena. A condenação é inédita em Mato Grosso do Sul e rara no país.

Fonte:AMPGMG em 11/04/2011

Não apenas no mundo jurídico, mas na sociedade do MS o caso ganhou repercussão. O motivo? Um “intocável” advogado criminalista foi punido por falas racistas na mídia. Tal fato fez com que a população desfavorável aos indígenas percebesse que não poderiam simplesmente destilar ódio a seu bel-prazer, haveria graves consequências, mesmo se fosse um notável profissional da área do Direito. Claro que outros órgãos e nomes de peso saíram em sua defesa, o então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Fábio Trad, hoje deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD), alegou que Isaac havia simplesmente utilizado de seu direito de liberdade de expressão.

Figura 04 – Texto referente à prisão de advogado por escrever sobre racismo

O artigo em questão foi objeto de denúncia que o Ministério Público Federal (MPF) impetrou contra o autor, pela incursão no delito previsto no artigo 20, § 2º, da Lei nº 7.716/89; ou seja, praticar e induzir a discriminação e o preconceito de raça ou etnia através de meio de comunicação social. Crime para o qual a lei estipula a pena de dois a cinco anos de detenção, além de multa.

De forma surpreendente, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seccional Mato Grosso do Sul saiu em defesa de Barros Jr., divulgando uma nota de repúdio à Ação Penal proposta pelo MPF e designando dois advogados para defender o acusado. Fábio Trad, então presidente da OAB-MS e hoje deputado federal, declarou à imprensa considerar injusto e arbitrário o enredamento do caso em ação criminal. Em sua opinião, esta medida feria o preceito constitucional da liberdade de expressão e manifestação de pensamento.

A atitude corporativista da entidade em oferecer uma proteção ao advogado criminalista, causou perplexidade na época, já que o esperado era que a ordem repudiasse a conduta de seu afiliado. Isso nos deixou a sensação de que os poderosos e influentes estão sempre blindados.

Fonte: AMPGMG em 11/04/2011

Com esta punição e o Ministério Público observando falas racistas na mídia *online*, os comentaristas e jornais começaram a tomar mais cuidado e deixaram de realizar falas racistas declaradas, hoje em dia encontramos frases que buscam tangenciar o racismo, mas buscando não deixá-lo tão evidente. Trago isso mais aprofundado no próximo capítulo.

Não é a toa que um advogado (como grande parcela da população) douradense, se sinta livre para destilar ódio e preconceito contra os povos indígenas, acreditando que não haveria consequências, como abordado anteriormente, a história da cidade e da região foi moldada com a opressão destas populações. Até hoje, é possível ver o legado disto como um orgulho da região, aqueles que chegaram aqui no passado e auxiliaram na dizimação e confinamento dos povos indígenas, hoje são homenageados com estátuas, nomes de ruas, etc. Abreu (2017), jornalista e antropólogo, trabalhou uma temática semelhante a minha, mas focou seus estudos sobre o jornal *O Progresso*, e não aos jornais *online*, tendo uma trajetória de análise semelhante, ele percebeu ao analisar o passado da cidade para entender a atual abordagem midiática em que os indígenas são

invisíveis para a história oficial local, enquanto “pioneiros” e colonos são tomados como heróis e desbravadores corajosos que merecem serem lembrados. :

A simbologia de Dourados deixa a cidade pouco acolhedora para os indígenas, que também é uma maneira outra de coloca-los dentro dos limites da reserva. Não se enxergar pertencente a cidade que foi construída dentro de seu território, deve ser uma sensação muito estranha. Na praça Antônio João, principal da cidade, há diversas fotografias que contam a história de Dourados, a única referência que se tem dos indígenas é uma fotografia da primeira escola da Missão Kaiowá (ABREU, 2017, P.70).

2.2 – Os caminhos realizados

Uma questão que tive dificuldade de resolver por um bom tempo foi sobre qual seria o material analisado. Junto com orientador e outros professores que me auxiliaram, tivemos a impressão de que uma análise cronológica poderia não ser a melhor forma de analisar os casos e desenvolver este trabalho. Acredito que a melhor forma de escolher todo o material disponível seja separar as notícias analisados por temas, como conflitos por terras, comentários dos usuários da internet, percepções da mídia e outros personagens sobre os casos, etc. Cheguei a esta conclusão, pois, abordarei diversos casos que ocorrem em mais de uma cidade e que podem ser distintos, mesmo quando ocorrem na mesma reserva, assim como há também análise de publicações de outros estados. Fazendo com que tópicos baseados em espaço geográfico não seja o mais eficaz, assim como uma distinção cronológica, tendo em vista que existem espaços distintos de tempo entre diversos casos, mas nem por isso podem ser considerados anacrônicos ou que um não possua relações com o outro, então conclui que uma abordagem puramente baseada no tempo também não seja a forma mais adequada para esta análise.

Concluindo este raciocínio, o modo utilizado foi a análise dividida por temática, pois estas podem ter mais em comum e trabalhadas de maneira mais significativa e concisa. Mais adiante também abordarei o critério para a seleção do material teórico usado no desenvolvimento do projeto, assim como os jornais escolhidos para terem as matérias analisadas, quais comentários dos internautas considereirei serem pertinentes, etc.

2.3 – A escolha dos sites abordados

Uma difícil questão que enfrentei ao longo da escrita desta dissertação foi a escolha de quais sites seriam analisados. A região sul de MS possui diversos sites que poderíamos chamar de independentes, ou seja, pequenos jornais criados por jornalistas que por diversos motivos, seja não encontrar um emprego no Jornalismo na cidade em que vive, seja tentar abrir seu próprio negócio, acabam criando seus próprios periódicos *online*, muitas vezes são profissionais pouco capacitados e acabam contratando pessoas sem experiência nem formação na área. Quando contei este fato à profissionais do jornalismo e estudantes da Comunicação Social em evento da área que ocorria na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em 2016, os participantes acharam estranho e até mesmo cômico a falta de profissionalismo existente entre os jornalistas do sul do estado que chegam a realizar estes atos. Muitas vezes são jornais sem estrutura, verba, capacidade técnica para realizar um serviço de excelente qualidade, como se é esperado em qualquer área ou profissão.

Foquei estudos nestes jornais e nesta prática, chegando a dedicar parte de artigos neste jornalismo amador existente em Dourados e na região. O amadorismo por parte destes profissionais que abrem esses pequenos jornais pode ser percebidos nos erros ortográficos, nas notícias mal elaboradas, falta de fontes adequadas, pouca ou nenhuma investigação e aprofundamento sobre o assunto, diagramações falhas do portal do site, entre outros fatores.

Percebe-se a existência de jornais *online* mais recentes que não possuem jornalistas formados ou com experiência na área, trabalhando em suas redações. Isto acaba refletindo uma visível inexperiência sobre o assunto, como páginas mal diagramadas e notícias com diversos erros de grafia, entre outros erros evitados e criticados pelos manuais referentes a um jornalismo técnico (LANDA, 2016, p. 11).

Além de levar em consideração fatores como o amadorismo existente nos jornais, posicionamentos políticos, etc, levei em conta uma questão relativa a mim e a como eu poderia selecionar o material dos sites e de quais sites. Existem diversos estudos focados em apenas um jornal ou com ênfase em poucos. Em sua dissertação de Mestrado, Abreu (2017) focou seus estudos apenas no jornal *O Progresso*, como eu busco analisar os jornais *online* da região como um todo, encontrei a dificuldade de

analisar o que poderia ser considerado de suma importância em cada um dos portais de notícias.

Fatores que levei em consideração foram os jornais mais acessados, aquelas notícias que deixavam claro o posicionamento do jornal, aquelas que mesmo sendo uma matéria jornalística e não opinativa, deixava claro o pensamento do editorial do jornal e não se preocupa com uma imparcialidade. Como podemos ver no caso abaixo.

Figura 05: Notícia do Site Caarapó News:



Fonte: Caarapó News em 31/08/2017

A imagem acima deixa claro que o jornal não se preocupou em disfarçar seu posicionamento direto sobre o caso. Embora os indígenas lutassem para retomar uma área, a Dourados Amambai Peguá I, identificada pela Funai em maio de 2016, o jornal usa termos como “invasão”, enquanto o correto para este caso seria uma “tentativa de retomada”, a imagem utilizada na notícia foi retirada da Assessoria de Comunicação da PM, as fontes entrevistadas falam em favor dos produtores rurais, não havendo um cuidado em ouvir o lado dos manifestantes indígenas. O jornal teria de, no mínimo, fazer referência ao procedimento administrativo da FUNAI, que reconheceu a terra como indígena.

Não houve uma preocupação por parte do jornal em abordar os indígenas e os questionar sobre a demora judicial que eles enfrentam em conseguir o direito de retomarem uma terra declarada como indígena há mais de um ano do ocorrido. Não existem notícias que questionem tal demora por parte da Justiça ou que tenha um foco no descaso que os indígenas enfrentam por parte do Estado brasileiro nestes casos.

Buscando discutir a questão no campo das teorias da comunicação, Mauro Wolf (2003), trabalha o conceito de *agenda-setting*, também conhecido como teoria do agendamento no jornalismo. Esta teoria aborda que a mídia não influencia sobre o que devemos pensar de determinado tema, mas sim, indica sobre quais temas a sociedade deve debater, refletir, opinar, se preocupar, etc.

A evolução desse paradigma está ligada a hipótese da agenda-setting, pois em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo. Além disso, o público tende a conferir ao que ele inclui uma importância que reflete de perto na ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (WOLF, 2003, P. 143).

A noção de que os meios de comunicação de massa possuem interesses ligados ao Mercado, não é novidade. Ao proporem a noção de Indústria Cultural em meados dos anos 40 e 50 do século XX, sociólogos propunham que os meios de comunicação de massa possuíam como principal objetivo o “engodo das massas”, propor o que a população deveria acreditar, prender os indivíduos em espaços sociais pré-moldados e impedir que as pessoas sejam autônomas, incapazes de tomar decisões por si.

Tal pensamento pode justificar em parte muito do que acontece com a mídia brasileira e sul-mato-grossense em relação à causa indígena, já que o interesse de Mercado e comércio pende à favor do agronegócio e daqueles que acreditam que seriam prejudicados economicamente, caso as reivindicações dos índios em relação às suas terras de origem, fossem devidamente garantidos.

Os próprios jornalistas e editores dos veículos de notícias podem ser influenciados por seus pensamentos sobre os conflitos e as questões indígenas, devido às suas proximidades com o tema e opiniões já formadas sobre o assunto, o que afetaria até mesmo a utópica ideia de que a imprensa não se posiciona em questões e conflitos sociais.

A internet, assim como os meios de comunicação de massa, não é apenas uma ferramenta avulsa, um objeto simplesmente informativo. Ela reflete a sociedade em que está inserida, assim como as mídias em geral, as pessoas são influenciadas, assim como influenciam a internet. Fazendo dela, um ciclo que altera e sofre alterações das dinâmicas sociais.

A internet na vida da sociedade em rede mostra que ela é mais do que apenas uma ferramenta gerencial e organizacional: é também o espelho do ser humano, ao refletir todas as ações dele além do campo virtual. Deste modo, como o reflexo se altera conforme os movimentos da sociedade em rede, esse instrumento ganha vida e se transforma mutuamente junto com essa sociedade (CASSIANO, 2011.S/P.).

Tal fato permite entender que tanto as notícias, assim como o *feedback* daqueles que as acessam, como os comentários nos jornais, não são soltos e sem significação, mas são o reflexo do pensamento daquela população que acessa o jornal, assim como é o posicionamento do próprio meio de comunicação.

Tais percepções sobre o indivíduo como superior à sociedade e merecendo maior destaque nos moldes do capitalismo liberal também podem ser identificados como influências na percepção que a população do MS tem sobre os povos indígenas. Não é incomum encontrar no meio da sociedade branca, falas como “índio não gosta de trabalhar”, “eles não merecem a terra, porque não plantam”, “índio não produz”. Indicando que a população do estado, segue este pensamento do indivíduo como uma ferramenta de Mercado, e como tal, deve gerar dinheiro, para poder ser merecedor de qualquer coisa na sociedade ocidental, fazendo com que suas lutas por direitos sejam questionadas.

Quando ocorrem as disputas por terras e pelos direitos tradicionais, parte da população mostra-se totalmente contra os indígenas, baseando-se nos moldes capitalistas, alegam que estes não merecem direitos diferenciados, pois os direitos não se baseiam em um interesse econômico ou mercadológico. Isto acaba auxiliando na continuação de tais discursos baseados em uma ignorância sobre o assunto e um racismo institucional, seja por parte do Estado ou dos meios de comunicação, que muitas vezes são administrados por pessoas que também auxiliam na continuação destes discursos de ódio.

Pode-se concluir que tais pensamentos e preconceitos tornam-se presentes nas notícias referentes aos conflitos agrários e pelas terras tradicionais no estado, pois a

população desconhece as origens dos conflitos, assim como as situações sociais dos envolvidos, como também ignora a sua ignorância sobre o assunto, mantendo a continuidade de um discurso de ódio, tal qual os interesses econômicos dos envolvidos. Ambos afetam a maneira como a mídia local se refere aos conflitos, colocando em cheque as lutas destes povos, ou argumentando que eles estão equivocados em lutar pelas suas terras tradicionais. O desconhecimento dos envolvidos em relação aos conflitos, auxilia na perpetuação de discursos de ódio e preconceito contra os povos indígenas no MS, principalmente quando estes lutam por seus direitos, ou de alguma forma, enfrentam o *Status Quo*.

Tais formas de construir a imagem na imprensa, podem influenciar os indígenas diretamente, principalmente pelo status de verdade absoluta que o jornalismo carrega consigo em meio à população e opinião-pública. Para Benetti (2007), o jornalismo ancora-se em certas ilusões, como a de que tudo publicado em um jornal é uma verdade absoluta, propaganda e jornalismo não se misturam, a mídia é imparcial, entre outras. Tais pensamentos podem acentuar o poder de construir um conceito sobre uma população nos meios de comunicação de massa, já que o leitor desavisado ou ignorante sobre o tema, acreditará que os índios atrapalham o progresso e que sua cultura tradicional é um mal até a eles mesmo, caso este leitor elaborar seu pensamento e opiniões através de um jornal que busque transmitir estas ideias.

A base de contrato de leitura entre jornalistas e leitores é a noção de que o jornalismo é um discurso comprometido com a verdade. Associadas a essa noção principal existem outras noções, não menos importantes, que ao final, traçam a imagem de um campo cujo capital essencial é a credibilidade (BENETTI, 2007, p. 38).

Ao longo da dissertação, utilizei exemplos de jornais de outros estados, que possuam relevância nacional, como *Veja* e G1, assim como sites focados em casos específicos, como o portal de notícias do CIMI. Acredito que nestes casos é importante usar como exemplo casos de jornais que não sejam da região inicialmente proposta. Pois contribuem para o desenvolvimento crítico sobre a atual situação do conflito pelas terras no MS, sem comprometer em nada a temática, mas pelo contrário, contribuindo para uma análise mais elaborada e melhor embasada. Como a mídia *online* tem um alcance muito maior do que os meios de comunicação tradicionais, como o jornal impresso, por exemplo, acredito que os casos de notícias de outras localidades podem sim contribuir nas discussões propostas, pois preenchem diversas lacunas, assim como

tornam mais ampla a forma de analisar a mídia brasileira como um todo, quando esta aborda os povos indígenas e suas demandas.

Nos meios de comunicação, percebe-se que as populações indígenas não são tão ouvidas quanto a população não índia, principalmente em casos que envolvam conflitos de interesses especialmente com proprietários de terras, como as lutas pelos seus direitos tradicionais. Tais buscas por direitos acabam sendo consideradas por parte da sociedade de MS como “baderna”, “vandalismo”, entre outros termos do mesmo calão. As mídias, como o jornalismo *online*, chegam até mesmo a por em cheque a veracidade e legitimidade dos movimentos sociais e manifestações realizadas por este segmento da população na região.

Em meu caso, acredito que, como um graduado na área de comunicação social e tendo contato com teorias em relação a um jornalismo ético, imparcial, que se preocupa em ouvir todos os lados de um conflito, assim como dar o mesmo peso e voz para aqueles que estão situados em cada lado das disputas, faria com que o leitor tirasse suas próprias conclusões em relação aos fatos.

Na prática, porém, não é difícil encontrar notícias que fujam totalmente deste padrão teórico e técnico, tornando-se perceptível ao leitor mais atento, que determinados jornais não são imparciais e contrariam todo um modelo existente sobre a produção de notícias jornalísticas.

Tendo em vista estes fatores, acredito que o afetar e ser afetado pelo campo, dirá respeito à pesquisa em sites jornalísticos que noticiem conflitos por terras que envolvam povos indígenas, e como minha formação e atuação na área de comunicação social poderão influenciar, ao menos subjetivamente em minhas percepções em relações às fotografias apresentadas nas notícias, assim como as construções dos textos e abordagens específicas dadas nas diferentes notícias. Buscando entender ao menos teoricamente, como a sociedade não indígena local percebe os povos indígenas e por que frequentemente esta se refere negativamente a estes grupos que residem não apenas no MS, mas em todo o Brasil, e como isto pode impactar nas publicações jornalísticas veiculados no estado.

Não é difícil encontrar casos de grupos hostilizados ou apresentados de forma negativa tanto na imprensa quanto em registros oficiais de governos. No Mato Grosso do Sul, os conflitos por terras ocorrem em diversos municípios do estado, o que

inevitavelmente influencia a opinião pública local e atrai a atenção dos jornais de todas as regiões de MS.

Os próprios jornalistas e editores dos veículos de notícias podem ser influenciados por seus julgamentos sobre os conflitos e as questões indígenas, devido a proximidade com o tema e opiniões já formadas sobre o assunto, o que afetaria até mesmo a hipotética ideia de que a imprensa não se posiciona em questões e conflitos sociais e conflitos de interesses.

As percepções dos autores podem ser identificadas no contexto em que se encontram os indígenas de MS, pois muito de sua identidade e história podem ser percebidas através de seu idioma tradicional e suas falas em diferentes momentos e contatos com a sociedade envolvente e com outros povos.

Percepções deste teor sobre o indivíduo como superior à sociedade e merecedor de maior destaque nos moldes propugnados pelo capitalismo também podem ser percebidos como influenciadores da percepção que a população do MS tem sobre os povos indígenas, como tal, deve gerar dinheiro, para poder ser merecedor de bens na sociedade ocidental, fazendo com que suas lutas por direitos sejam questionadas pela sociedade envolvente, brasileira e sul-mato-grossense, pois esta percepção é generalizada.

Quando ocorrem as disputas por terras e pelos direitos tradicionais, a grande maioria da população mostra-se totalmente contra os povos indígenas, baseando-se nos moldes neo-liberais, alegando que estes não merecem possuir direitos diferenciados, pois tais direitos não se baseiam em um interesse econômico ou mercadológico. Diálogos que acabam sendo passados adiante por parte do Estado e da sociedade civil ou mantido e alimentado pelos meios de comunicação, que podem ser administrados e mantidos por pessoas que possuam interesses em silenciar as demandas indígenas e sua busca por direitos negados até o momento pelas autoridades políticas do país.

Concepções baseadas na ideia de que os indígenas não são merecedores de direitos, pois não colaborariam com o capitalismo em sua forma plena, podem ser encontrados nas falas populares, conversas informais e até mesmo de maneira subjetiva nos meios de comunicação do MS, principalmente aqueles que possuem uma maior interação com o público, como rádios e jornais *online*.

Ao analisar as publicações dos jornais *online* da região sul do estado de Mato Grosso do Sul, serão avaliados os jornais mais antigos das cidades da região,

como o Dourados News, em Dourados, e Caarapó News, em Caarapó. Estudar publicações jornalísticas vai além das matérias publicadas, pois análises históricas, sociais e antropológicas entre outras, podem ser realizadas com estes materiais, pois o jornalismo possui ligação com a sociedade na qual está inserido, como explica a jornalista Jaqueline Deolindo.

O jornalismo, particularmente, ao articular técnicas e linguagens específicas para representar os acontecimentos, imediatos ou não, media a relação indivíduo-sociedade e fornece aos cidadãos uma possibilidade de integrar-se a um mundo cada vez mais dinâmico (DEOLINDO, 2013, p.8).

Ao longo do estudo, serão analisados jornais de cidades da região sul do MS, como Amambai, Mundo Novo, Eldorado, Ponta Porã, Dourados, Itaquiraí, Naviraí e Jutí, assim como Caarapó e Japorã. Sendo estas, cidades com representativa população indígena ou próximas a cidades que possuem histórico de conflitos. Um jornal *online* de cada município será analisado, e serão priorizados os primeiros jornais *online* de cada cidade. Atenção especial será dada às notícias relacionadas aos conflitos agrários no estado, fundamentalmente aqueles que envolverem dois segmentos distintos da população, que no presente projeto, são os povos indígenas e os proprietários de terras da região destacada.

2.4 – O material teórico abordado

Uma dissertação não seria uma dissertação sem uma boa base teórica, logo, apenas as análises dos sites de notícias não são o suficiente, existe outro material tão importante quanto, a fundamentação teórica do projeto. Trabalharei tanto autores da Comunicação Social quanto da Antropologia e Filosofia para poder desenvolver um projeto amplo e aberto a diversos olhares e análises.

Acredito que a escolha dos autores abordados ao longo do projeto seja uma etapa fundamental para um resultado positivo, pois uma escolha equivocada destes pensadores pode não responder questões importantes ou as responder de maneira equivocada, o que pode ser algo ainda pior.

A perspectiva teórico-metodológica da pesquisa visa realizar uma análise da imprensa, e como esta possui um importante papel para se compreender diversos aspectos de uma sociedade e o tempo na qual ela se enquadra, como valores morais, culturais e o ponto de vista político da época, como explica a jornalista Priscila Viudes.

A imprensa pode ser uma importante ferramenta para a compreensão da sociedade, em função do largo alcance e de sua influência na maneira como as pessoas apreendem a realidade e dão sentido para os fatos. Na historiografia, os estudos que utilizam a produção midiática como fonte histórica são considerados recentes, assim como outros métodos que foram adotados para responder as demandas sociais que transformaram a disciplina a partir da década de 70 (VIUDES, 2009, p. 26).

Para explicar os conceitos de poder e de como este poder tem influência na forma como a sociedade encara aquele que é diferente e outras formas de vida, utilizarei Butler e Foucault, pois considero que os posicionamentos destes autores trazem importantes contribuições para a discussão que proponho, assim como explicam diversas questões que abordarei ao longo deste trabalho.

Usarei como base para a análise dos jornais, outros pesquisadores que trabalharam com esta temática anteriormente e que podem colaborar para encontrar respostas e pontos de vista para a problemática abordada, por exemplo, citando diversos estudiosos da mídia brasileira para entender como funciona a imprensa nacional e local e como isto influencia na forma como o conflito entre os indígenas e os produtores rurais são apresentados nos meios de comunicação da região e do país. Com este trabalho, busco complementar tais estudos.

Um estudo realizado anteriormente com uma proposta semelhante foi de Rafael Abreu, também jornalista e antropólogo formado pelo Programa de pós-graduação em Antropologia (PPGAnt) pela UFGD em 2017. Com o trabalho intitulado “A temática indígena no jornal O Progresso: Dilemas e impasses entre direitos indígenas, Estado e sociedade civil”. Em sua dissertação, ele faz um importante lembrete sobre como os povos indígenas do Brasil têm sido oprimidos e vêm sofrendo pela mão do Estado há décadas, ao ponto da própria Comissão Nacional da Verdade (CNV), observar o caso com maior atenção.

Os estudos sobre os povos indígenas e o período da ditadura são muito escassos, pois há uma enorme ausência de registros sobre diversos acontecimentos. A comissão Nacional da Verdade (CNV) instituída em 2012, com finalidade de apuração de violação de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, no seu relatório final separou

um capítulo só para as violações ocorridas com os povos indígenas (ABREU, 2017, p.90).

Ao longo do texto, citarei outros historiadores, pois considero que a análise histórica e contextual destes casos não pode ficar restrita ao capítulo 1, mas deve estar presente ao longo do texto, pois como abordado anteriormente, o contexto histórico da região reflete até hoje na forma de vida dos indígenas, os espaços que eles ocupam, o porquê da mídia abordar suas demandas da maneira que o faz, etc.

2.5 – O conflito como algo além do dualismo

Temos o costume de polarizar ideias, conceitos, lados de um conflito, etc. Embora muitos pesquisadores, a imprensa, opinião pública (como mostrado neste mesmo estudo), o conflito entre produtores rurais e indígenas não pode ser interpretado como figuras totalmente opostas, não se trata apenas de dois lados em uma disputa, existem diversos fatores e situações que de certa forma, influenciam em suas buscas.

Envolvidos nesta disputam, existem diversos interessados, ou pelo menos que acreditem em um lado, sejam os políticos, ONGs, a própria população, imprensa, entre outros. Devemos perceber que existe uma multiplicidade de “interesses” e envolvidos em todas estas questões, Viveiros de Castro aponta a importância de se perceber as variedades de fatores e como a antropologia deve olhar para tal.

Uma "ontologia plana" (DeLanda 2002), enfim, onde o real surge como multiplicidade dinâmica imanente em estado de variação contínua, como um metassistema longe do equilíbrio, antes que como manifestação combinatória ou implementação gramatical de princípios ou regras transcendentais, e como relação diferenciante, isto é, como síntese disjuntiva de heterogêneos, antes que como conjunção dialética ("horizontal") ou totalização hierárquica ("vertical") de contrários. A essa planaridade ontológica vem corresponder uma epistemologia "simétrica" (Latour 1991): assiste-se ao colapso, na verdade, da distinção entre epistemologia (linguagem) e ontologia (mundo), e progressiva emergência de uma "ontologia prática" (Jensen 2004) dentro da qual o conhecer não é mais um modo de *representar* o desconhecido, mas de *interagir* com ele, isto é, um modo de criar antes que um modo de contemplar, de refletir ou de comunicar (D. & G. 1991) (VIVEIROS DE CASTRO, 2009, p. 111).

Como apontado por Viveiros de Castro, diversos pontos de fala aparecem nas questões sociais, no caso da disputa de terras entre os indígenas e produtores rurais,

seríamos levianos em acreditar que apenas dois lados produzem discursos. Como apontei anteriormente, o próprio Estado aparece no conflito, mostrando seus interesses, afetando os indivíduos e o sistema em si, para interesses próprios.

Obviamente, diversos possuem poder neste conflito, seja o Estado com o poder das leis e de “encaminhar” as ações de acordo com o que achar necessário, sejam os grandes produtores rurais, que detém o capital, ou a própria imprensa (a principal estudada neste trabalho), e como esta pode influenciar os diversos envolvidos. Foucault aponta para como aquele que detém o poder produz um discurso e como este pode afetar a todos os envolvidos. Para o autor, o poder daqueles que podem de alguma forma controlar a vida da população e do indivíduo, conseguem mudar este e a forma como ele enxerga o mundo e as situações à sua volta.

Todos conhecem as grandes transformações, os reajustes institucionais que implicaram a mudança de regime político, a maneira pela qual as delegações de poder no ápice do sistema estatal foram modificadas. Mas quando persona mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana (FOUCAULT, 2015, p. 74).

Outros autores abordam ideias semelhantes, apontando para a importância de se perceber não só o que pode ser considerado diferente mas igual entre os envolvidos. Podemos considerar que bem ou mal, todos eles possuem interesse na terra em si, dela buscam viver, produzir seu sustento, então podemos até mesmo considerar este um ponto em comum entre eles.

Os autores Deleuze & Guattari, para explicar os conceitos envoltos nas questões de pluralidades de discursos e “lados”, tomam base no rizoma. Pois este é um caule que não cresce em unidade, em apenas uma direção, mas se ramifica, possuindo vários pontos, de certa forma independentes um do outro. “Ele (rizoma) não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual cresce e transborda” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.15).

Buscando compreender as questões envolvidas no conflito por terras no MS e no Brasil segundo as análises de Deleuze & Guattari, Foucault e Viveiros de Castro, podemos perceber então que existe uma pluralidade de discursos e pontos de vista sobre o conflito agrário no MS, fazendo com que seja simplório classificá-lo simplesmente

como indígenas x produtores rurais. Os referenciais teóricos apresentados por esses autores nos permitem superar o dualismo, muito frequente nas notícias dos jornais, para abordar uma pluralidade de fatores, tornando a análise mais densa e plural.

2.6 – O impacto esperado

Explanei sobre quais bases teóricas usei, como defini a escolha do material estudado e o cenário do jornalismo na região sul do MS, agora quero explicar qual a importância que vejo neste trabalho e de que forma ele pode contribuir para os estudos da antropologia vinculada aos estudos da mídia. Assim como esclarecer com embasamento científico, o impacto das abordagens da imprensa sobre a vida dos indígenas, da sociedade e de como esta os enxerga.

Ao longo da pesquisa, busquei analisar como determinada parcela da população é apresentada e abordada pela mídia e como isto afeta na forma como este grupo é compreendido pela sociedade. Os indígenas e seus direitos foram apresentados de forma correta nos jornais? Foram apresentados com o mesmo peso se comparados aos direitos dos proprietários que disputavam as terras? Fatores econômicos influenciaram de algum modo? Para responder a estas questões, estudos antropológicos devem ser realizados.

Os antropólogos são um tipo de cientista social para quem a socialidade não é apenas o objeto ou o objetivo da investigação, mas o principal, se não o único, meio de pesquisa. O cerne da questão é a disposição para viver uma experiência pessoal junto a um grupo humano com o fim de transformar essa experiência pessoal em tema de pesquisa que assume a forma de um texto etnográfico. Nesse sentido, a característica fundamental da antropologia seria o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal (GOLDMAN, 2006, p.167).

Acredito que com este trabalho, posso complementar os estudos existentes sobre a maneira como os indígenas são apresentados na mídia regional e nacional, porém, acredito que um grande diferencial deste trabalho seja a análise focada em jornais *online* e a análise de comentários dos internautas.

Através dos comentários (e respostas aos comentários) dos internautas que acessam os sites analisados, podemos desenvolver uma profunda análise sobre como a

sociedade enxerga a proximidade com os povos indígenas, como esta se manifesta sobre sua cultura, seus modos de vida, etc.

Com tal análise, também é possível refletir sobre como a mídia influencia e se influencia tais pensamentos, mas não se limitando apenas à mídia, mas questionando inclusive a participação do Estado nestas questões que envolvem os povos indígenas e os produtores rurais. A mídia é capaz de moldar a opinião pública? Até que ponto? E o Estado? Fica neutro ou também, através de diversos meios, se manifesta no conflito e busca moldar a opinião pública de acordo com seu interesse? Tais questionamentos já foram realizados por outros antropólogos e estudiosos da imprensa, por isso, ressalto novamente, busco neste trabalho analisar tais fatores no âmbito da mídia *online* da região, focando estudos e ênfase na população local.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE PROPRIETÁRIOS E INDÍGENAS NA MÍDIA *ONLINE* NO MS

3.1 – Análise da imprensa

O Jornal existe com o objetivo de informar de maneira verídica os fatos ocorridos, apresentar todas as opiniões e ideias dos envolvidos em qualquer disputa, conflito ou questão, sem se posicionar a favor ou contra, pois o jornalismo não deve ter interesses particulares, mas sim, informar o cidadão, de forma correta, “Sendo o jornal uma empresa que produz e divulga notícias, não pode seguir interesses criados, nem outros interesses além do seu interesse de informar”, (GRADIM, 2000, p.17). Entretanto, o oposto pode ocorrer, e os jornais, por diversos motivos, se posicionam favoráveis ou contra causas ou ideias. O “Manual da Redação da Folha de S. Paulo” (2001, p. 28), afirma que:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse (FOLHA DE S. PAULO, 2001).

Os meios de comunicação por serem formadores de opinião e por muitas vezes sofrerem pressões de poderes dominantes, como nesta questão, acabam formando a opinião pública a partir destes condicionantes, que neste caso são os interesses econômicos e políticos dominantes da região e as normas governamentais influenciando a maneira de noticiar, sendo que os jornais também possuem interesses próprios sobre determinada situação. De Luca e Martins (2006) afirmam que a imprensa tem o poder de pautar o que deve ser considerado importante para a sociedade, em que fatores esta deve prestar atenção.

Jornais, revistas, rádios e televisões são empresas e, portanto, também buscam lucros. De outra parte, negociam um produto muito especial, capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas. Elas não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público (DE LUCA; MARTINS, 2006, p.11).

O jornalismo *online* é caracterizado pela velocidade, em oposição ao jornal impresso, pois não precisa esperar para que todas as principais notícias do dia sejam apuradas e o editor-chefe sancione a impressão do exemplar diário. O jornal *online* é rápido, pode ser postado no portal de notícias enquanto o repórter ainda está no local do ocorrido, já não precisa gastar tempo se locomovendo até a redação do periódico. Devido a isto, as notícias se tornaram mais imediatas, o leitor também tem pressa, a pirâmide-invertida e o lead ficam mais visíveis neste novo jornalismo, as principais informações vem no início da matéria, fazendo com que jornalista e leitor, ganhem tempo priorizando o crucial.

Consoante a importância dada ao acontecimento, as notícias aumentam em número e detalhe, dando uma visão mais em pormenor do que se passou. Ao (sic) princípio, a informação é dada em traços gerais, consistindo preferencialmente na resposta sumária às perguntas que tradicionalmente enformam um lead: quem, o quê, quando, onde, porquê. Depois vêm as notícias subsequentes completando e pormenorizando a informação (BARBOSA, 2007, p.99).

Não é difícil encontrar casos de grupos hostilizados ou representados de forma negativa tanto na imprensa quanto em registros oficiais dos governos. Devido a isto, ao longo da pesquisa, buscar-se-á responder como os jornais *online* do sul do estado se posicionam em relação aos conflitos agrários e o que motiva os interesses por meio dos jornais. “...embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam” (LIMBERTI, 2012, p. 46).

A análise de periódicos é importante, como explica a jornalista Priscila Viudes, pois é possível fazer ao mesmo tempo análises midiáticas, sociais e históricas, pois são documentos que representam a realidade da época em que foram elaborados,

A imprensa tem um valor cada vez mais recorrente enquanto fonte histórica por ser uma forma de representação da realidade. O estudo das representações passou a ter grande destaque na moderna historiografia, que dialoga com outras disciplinas na medida em que se propõe a estudar novos objetos, como é o caso da imprensa. Nessa perspectiva, o documento tem a função de revelar quais mecanismos são utilizados para representar a realidade, superando a ideia de que a fonte deve ser fiel à realidade. Assim, os periódicos devem ser considerados como importantes fontes históricas (VIUDES, 2009, p. 30).

Investigar o principal foco dado pelos jornais *online* de determinada região, na abordagem de certas questões e como se posicionam diante delas, pode indicar o que o

público deste jornal, ou seja, as pessoas da região querem ler e como estas interpretam ou são levadas a interpretar estas mesmas questões. Em “As Palavras e as Coisas”, o filósofo francês Michel Foucault, busca abordar como os critérios a serem abordados foram selecionados e o porquê destes terem sido abordados, ao invés de outros. Isto, pode com facilidade ser percebido na imprensa, pois podemos buscar entender porque algumas matérias foram enfatizadas e tiveram determinados encaminhamentos, deixando outros fatos de fora, como isto é influenciado pela sociedade sobre a mídia e como estas escolhas influenciam a sociedade.

...segundo qual espaço de identidades, de similitudes, de analogias, adquirimos o hábito de distribuir tantas coisas diferentes e parecidas? Que coerência é essa [...]? Pois não se trata de ligar consequências, mas sim de aproximar e isolar, de analisar, ajustar e encaixar conteúdos concretos; nada mais tateante, nada mais empírico (ao menos na aparência) que a instauração de uma ordem entre as coisas; nada que exija um olhar mais atento, uma linguagem mais fiel e mais bem modulada; [...]: de fato não há, mesmo para a mais ingênua experiência, nenhuma similitude, nenhuma distinção que não resulte de uma operação precisa e da aplicação de um critério prévio (FOUCAULT, 2002: XV).

O estudo da mídia é de suma importância para analisar uma determinada sociedade e seu contexto, pois os meios de comunicação de massa influenciam a sociedade, mas também são moldados por interesses particulares e de grupos, e isto influencia na construção da imagem de diversas questões e situações, tendo isto em vista, ao analisar os jornais da região sul do estado de Mato Grosso do Sul.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980, p.19).

Os jornais serão analisados pela maneira como abordam a realidade que elaboram e buscam mostrar aos seus leitores ao publicar as notícias, não se restringindo apenas os fatos, mas também ao contexto no qual estavam inseridos. Jornais *online* são periódicos que divulgam os últimos acontecimentos, e o que é considerado importante pela redação, mas com o tempo, tornam-se arquivos históricos. Como documentos históricos os jornais podem responder diversas questões relacionadas a determinadas épocas e sociedades.

Um documento é dado como documento histórico em função de uma determinada visão de uma época. Isso introduz no conceito de documento um dado importantíssimo: o documento existe em relação ao meio social que o conserva (PINSKY, 2009, p. 21).

Serão analisadas as publicações dos primeiros jornais *online* de alguns municípios da região sul de MS, referentes a conflitos sobre as retomadas de terras consideradas tradicionais pelos povos indígenas, ocorridos entre os anos de 2014 e 2015, devido a um significativo número de casos nestes anos, como exemplo o conflito ocorrido em Antônio João entre agosto e setembro de 2015 que causou a morte do líder indígena Guarani-Kaiowá Simião Vilhalva. Casos como este, que se tornaram manchetes por vários dias e repercutiram por todo o estado. Ao longo das investigações, serão quantificadas as falas dos indígenas e dos produtores rurais, quais os órgãos públicos e privados envolvidos e como o governo se posicionou em cada conflito.

Outro fator apresentado pelos autores é a acusação de que as populações indígenas seriam um entrave ao progresso do que seria considerado pelos acusadores, de uma verdadeira sociedade humana, que não viveria da barbárie. Como uma das hipóteses para o desenvolvimento do trabalho, busco encontrar uma relação entre o preconceito existente na sociedade, se esta considera os indígenas do Mato Grosso do Sul, como atrapalhadores do progresso do estado e do país e como isto influenciaria as publicações dos meios de comunicação sobre estes, na região sul do estado, que possui um significativo número de indígenas.

O tema da transformação também é recorrente, tanto encontrado pelos autores em sua obra, quanto nas falas da população de MS. O que indica que não apenas nos anos 70, mas ainda hoje, parte da população acredita que os povos tradicionais não possuam uma cultura. Outro fato que se mantém, é a ajuda de outros órgãos e profissionais à causa indígena e a proteção por suas terras e direitos tradicionais.

Em pesquisa semelhante à realizada por mim, Raposo (2018), ao escrever sua dissertação de mestrado, buscou entender como são realizados os enquadramentos jornalísticos no MS sobre o conflito entre indígenas e produtores rurais. Dando enfoque aos grandes jornais impressos do estado, chegou a conclusões semelhantes as que tenho alcançado ao longo desta pesquisa.

O enquadramento sugerido colocava-os como estranhos, diferentes dos pioneiros, desbravadores, tenazes, vocacionados sul-mato-grossenses: os proprietários rurais. No segundo texto, a estratégia é reposicionar os indígenas. Agora são “brasileiros que podiam estar lado a lado”, injustiçados

historicamente pelos colonizadores europeus, desde que não obnubilados por ideologias exógenas (RAPOSO, 2018, p. 70).

Segundo o mesmo, é possível perceber que ao serem retratados na mídia do MS, é criada uma dicotomia de ideias, onde há o bem e o mal. Tal polarização nas publicações analisadas pelo mesmo, posicionam os indígenas como “vilões”, aliados à grupos terroristas ou à interesses do Estado para prejudicar os produtores rurais. Já estes são tratados como “bonzinhos”, heroicos, justos e que “carregam a economia do país nas costas”.

O enquadramento geral dos fatos acentua a polarização apresentada nos editoriais, principalmente, vinculando atributos morais aos personagens envolvidos. Fica clara uma delimitação entre o “bem” e o “mal”, o “certo” e o “errado”. Mas a composição dos polos antagônicos varia. Observamos uma ambiguidade na caracterização e posicionamento dos indígenas que vão desde a mais contundente desqualificação moral até a comiseração e indulgência. Ora os indígenas são posicionados junto ao governo federal, às fações terroristas, aos militantes, aos grevistas, aos sem-terra, ora são deslocados para o campo dos inocentes e vitimados por ações dos “maus.” (RAPOSO, 2018, p. 76).

A publicação de uma reportagem na revista *VEJA*, em junho de 1999, que busca usar o caso de populações tradicionais que se preocupam com o ecossistema da região e vivem em matas protegidas, como um argumento para estes também serem aptos para administrarem um processo de extrativismo nessas terras. Ou seja, um caso em que a mídia é utilizada para justificar a retirada dos direitos tradicionais dos povos indígenas sobre a terra, buscando um viés econômico, positivista e progressista e questiona a eficácia das terras indígenas como uma unidade de conservação ambiental. Busco descobrir se esta relação e subordinação da mídia para interesses de terceiros, pode ser encontrada nas mídias *online* da região sul do MS.

Figura 06: Capa da Revista *Veja* sobre o Xingu:



Fonte: Revista *VEJA* em 1999

Em “Políticas Culturais e Povos Indígenas”, CUNHA (2016) demonstra que povos como os Kisêdgê, possuem um receio sobre o contato com o branco, pois temem que seus conhecimentos e sua cultura sejam perdidos, tendo conhecimentos substituídos pelo do outro, e que com o passar do tempo, o seu conhecimento tradicional seja perdido.

Tal receio pode ser encontrado atualmente em muitas falas de rezadores e mestres tradicionais, entre os povos indígenas de MS. Muitos destes mestres,

argumentam que a juventude perdeu o contato com a sua cultura tradicional e está se apossando da cultura do branco, e isto faz que com o tempo, sua cultura Guarani, Kaiowá, seja extinta.

A autora explica como as políticas baseadas nos direitos culturais podem afetar o contato entre os brancos e os índios. No entanto, Cunha argumenta que ninguém simplesmente “vira índio” ou “vira branco”, por se aproximar da cultura do outro, e expõe o contraste entre o “ser” e o “virar” o outro. Tal discurso aparece no MS, não apenas na fala dos mestres tradicionais indígenas, mas também entre a população não indígena, que alega que estes não devem ter seus direitos culturais e tradicionais respeitados, pois o contato com os brancos teria feito com que estes perdessem sua identidade tradicional, assim, perderam a cultura indígena e deveriam viver como brancos, não tendo nenhum direito diferencial, como à cultura ou sobre suas terras ancestrais.

Quando referido ao aspeamento da cultura, o fraseamento “virar índio” não visa produzir um contraste entre “ser” e “virar”. Com isso, espero escapar a ideia de que a indianidade possa ser uma questão d substância identitária. A expressão “virar índio” extrai seu rendimento do contraste com o “virar branco” e capta um movimento de fuga em que, posta como devir, a indianidade se coloca como alteridade (CUNHA, 2016, p. 260).

Tendo estes fatores em vista, um dos meus objetivos com a realização do projeto de dissertação, é buscar entender se o modo como a população branca e não indígena do MS percebe a cultura destes povos, influencia no modo como as reivindicações e manifestações destes povos é percebida pela população do estado, e conseqüentemente, se influenciam no modo em que a mídia *online* aborda suas manifestações e representa suas causas.

Uma das maneiras encontradas pela Antropologia para buscar explicar as sociedades, foi analisar as situações particulares dos grupos e enfatizar as diferenças entre diversos povos. O que não quer dizer que seja um conceito fechado e totalmente delineado. Muito se discute sobre as culturas particulares, como o grupo influencia o indivíduo e vice-versa.

Estes fatores podem ajudar a pensar sobre a construção da imagem dos conflitos agrários no MS e a participação dos povos indígenas nas manifestações. Pois os próprios antropólogos não possuem um consenso sobre o que é uma cultura ou uma sociedade, por serem questões amplas e extremamente profundas, mas também

próximas e conhecidas pela população em geral, pois mesmo um leigo nas áreas das ciências humanas, conhecem termos como cultura e sociedade.

Tal familiarização com os conceitos acaba fazendo com que tais pessoas acreditem que possuam conhecimento sobre o assunto e possam opinar e argumentar sobre as questões indígenas com propriedade, mas acaba sendo apenas um engano, baseado em uma ignorância sobre a própria ignorância sobre o assunto.

Toda essa ignorância sobre as questões relativas às sociedades, culturas e povos indígenas, pode acabar refletindo no modo como os meios de comunicação retratam o assunto, ainda mais se isto for de encontro à alguém que tenha interesses próprios em relação aos conflitos agrários, como grandes produtores rurais que financiam os jornais da região e tem seu negócio ameaçado pelas demandas indígenas por seus direitos tradicionais à terra.

Os estudos em relação aos indígenas na imprensa já ocorrem há décadas percebe-se amplamente que as análises da imprensa, seja através dos textos, da abordagem jornalística ou das fotografias, tendem a mostrar o indígena como atrasado, aculturado, símbolo de regresso, etc.

Nos anos 90 já se percebia como a representação dos índios na mídia nacional era realizada de maneira tendenciosa. Helouise Costa (1994, p. 90) percebe que a revista *O Cruzeiro* mostrava o índio como uma figura retrógrada e que atrasa o desenvolvimento do Brasil. A revista até mesmo pagou viagens para que alguns indígenas conhecessem o “progresso” existente e ao longo das matérias, busca deixar claro ao leitor, como o índio “deixou de ser índio” e prefere as comodidades e costumes dos brancos, usando como exemplo, um tradicional casamento cristão entre indígena e branco, coberto pelo periódico. A revista também busca esclarecer que até mesmo por questões de saúde, acesso à tecnologia e estilo de vida, os indígenas deveriam aceitar a cultura brasileira totalmente e renegar sua tradição.

As três reportagens apresentadas maream uma tomada de posição bem definida, na qual a superioridade da nossa civilização é mostrada ao nível da tecnologia, da ciência e da cultura, de forma quase didática. O percurso da análise evidencia que a edição uniformizava o resultado final das fotorreportagens, independentemente da posição individual dos fotógrafos (COSTA, 1994, p. 90).

A autora aborda que tendo seu projeto editorial atualizado em 1943, *O Cruzeiro* foi um pioneiro no país em relação ao fotojornalismo. Tal modelo visa unir imagem

com o texto escrito, as fotografias foram ganhando espaço no jornalismo, pois auxiliam no entendimento do leitor, assim como facilitam para que uma imagem de teor local, possa ser entendida e significada como algo universal.

A autora identificou que imagem e texto não podem ser separados, quando se trata da construção da imagem de um povo, pois um complementa o outro, a imagem não pode ser colocada sozinha, já que isto pode abrir espaço para diversas interpretações, mas deve vir junta de um texto, que direciona o pensamento do leitor, e deixa clara a interpretação necessária sobre a situação. Tal conjunto, texto e imagem, são necessários para transmitir a ideia sugerida pelo jornal.

Os conflitos pelas terras e a busca por direitos individuais foram ignorados nas publicações dos anos 40 e 50, preconceito, depressão, fome, mal-estar por terem sido retirados de suas terras não eram temas abordados, o foco era a dificuldade em integrar o índio na sociedade brasileira, e a teimosia deste em não aceitar a cultura considerada superior e mais interessante pelo meio de comunicação.

Em cima do trabalho de Costa, outro artigo foi publicado 20 anos depois, analisando quais mudanças ocorreram ao longo das décadas em relação à forma como os povos indígenas são apresentados na imprensa brasileira, mas desta vez, o veículo de comunicação analisado foi a revista *Veja*, e não mais *O Cruzeiro*.

O trabalho de Bonin e Ripoll (2014) indica que as fotorreportagens realizadas pela revista *veja*, principalmente no ano de 2013, visavam catalogar, assim como antes, o índio como um selvagem, não civilizado, desordeiro, caótico, selvagem. Uma antítese perfeita para o agronegócio, apresentado como organizada, civilizada, pautada na ordem e no avanço econômico.

As autoras percebem que após 20 anos, a construção da imagem dos indígenas por parte dos jornais analisados, não sofreu alterações. As publicações, fotos e textos ainda buscam mostrar o modo de vida “pré-histórico” adotado pelos índios brasileiros, a revista busca criticar fortemente como isto pode ser um fator de risco à própria vida, negando antibióticos e novos métodos de saúde, segundo a reportagem. O título da matéria analisada é “Nosso povo na selva”, já deixando clara a intenção da *Veja* em classificar os índios como selvagens, atrasados culturalmente e não integrados na sociedade. Estas foram às mesmas conclusões feitas por Costa 20 anos antes.

... esse mesmo índio é apresentado como manipulável, ingênuo, subjugado aos desejos de organizações e atores sociais cuja ideologia os condenaria a viver em um mundo “medieval”. Como contraponto a esse “índio sem futuro”, são constituídas histórias de sucesso, que incluem a criação de gado, o plantio de grãos em associação com produtores rurais, a aquisição de bens de consumo e tecnologias – uma inclusão excludente, que projeta a vida indígena num ideal de produção em larga escala, como se esta fosse a única alternativa, e desconsidera as complexas questões sociais e ambientais aí implicadas (BONIN & RIPOLL, 2014, p. 171).

Como não poderia deixar de ocorrer, os índios são tratados como invasores de terra, ladrões com objetivos de atacar a ordem do país, ao mesmo tempo a reportagem diz que eles estão nesta situação (vivendo sua cultura tradicional) pois são obrigados pelo Estado à tal, pois, se dependesse deles, se integrariam na “civilização”.

A revista também usa de exemplo, em determinada parte da reportagem, denominada “O que querem os índios”, onde utiliza casos isolados de índios que concluíram a graduação e buscam trabalhar com agricultura de larga escala, para argumentar que, o que os índios realmente gostariam, era de mexer com grandes plantações e agricultura mecanizada. Sendo totalmente integrados no modelo de agronegócio brasileiro. Segundo a revista, os outros indígenas não tomam tal atitude, pois são pressionados pelo Estado e outras instituições que teriam interesses próprios em forçar essas populações a ficarem na sua cultura, a viver “de modo selvagem”.

A revista *Veja* também constrói e coloca em circulação representações que servem de contraponto às ideias de “atraso”, “barbárie” e de “manipulação” dos povos indígenas. Nesse caso, a revista dá destaque à representação do “índio que dá certo” – justamente quando em articulação com o agronegócio. A fotorreportagem intitulada “O que querem os índios ” ... apresenta resultados do que se indica ser “a mais completa pesquisa de opinião realizada nas aldeias brasileiras”. No texto que funciona como linha de apoio do título se afirma que a referida pesquisa revela como os índios vivem e o que eles esperam do futuro”, concluindo que “a maioria quer progredir socialmente, mas ainda depende do governo para sobreviver”(p.103) (BONIN & RIPOLL, 2014, p. 167).

A fotografia pode ser vista como uma obra elaborada por um artista, e desta forma, podemos entender que a fotografia pode refletir uma ideia que o fotógrafo buscava transmitir. Coli (2010) aborda que a obra é mais do que o artista, sendo imutável e é agência por si, transmite conceitos independentemente do autor, “...uma obra de arte condensa um pensamento, e que esse pensamento não é o do artista: é o pensamento da obra. O artista, o criador, é um indivíduo que pensa como cada um de nós, por meio de palavras e de frases:

Graças à materialidade daquilo que são feitos, um quadro, uma escultura, seja o que for, desencadeiam pensamentos sobre o mundo, sobre as coisas, sobre os homens...Essa autonomia me faz reiterar que o princípio da obra de arte como pensamento material e objetivado deixa de ser objeto, torna-se sujeito, sujeito pensante (COLI, 2010, P.67).

Em sua dissertação de mestrado, Silva (2007, 37) analisa que o primeiro jornal douradense, *O Progresso*, visava não apenas interesses econômicos, mas políticos tanto quanto. O então mestrando percebe que é comum o não reconhecimento dos índios pelo jornal, como cidadãos sul-mato-grossenses, não os identificando como tal e os associando ao atraso tecnológico e cultural.

A exclusão da questão indígena no editorial do jornal demonstra o envolvimento que os proprietários do periódico têm com os ideais promovidos pelas pessoas valorosas, numa clara demonstração de pertencimento onde sugere que a questão indígena não pertence aos assuntos relevantes da sociedade e, ao mesmo tempo, que os Guarani, no nosso caso, não são incluídos à categoria de nossa gente, demarcando a fronteira entre o *nós* e o *eles*, o que somos e o que não queremos ser (SILVA, 2007, P. 37).

Ao analisar outras notícias publicadas pelo jornal *O Progresso*, Silva (2007, p. 39) conclui que o periódico realiza um constante descaso das pautas indígenas, seja fazendo pouco caso de suas reivindicações, lutas e condições ou deslegitimando suas falas como duvidosas e colocando em questão a versão contada por eles.

Na dissertação, o autor também percebe que o jornal seleciona as pautas de indígenas para momentos distintos. Em certos pontos as manifestações dos índios e a cobertura de tais acontecimentos, podem servir como uma afronta à censura sobre a imprensa, existente no período da ditadura-militar brasileira, em outros casos, elas são uma afronta à ordem (SILVA, 2007, p. 41).

Outro fator destacado por Silva é que existe certa preferência por manifestações indígenas de outras regiões do país, pelo jornal douradense. Enquanto manifestações ocorridas em São Paulo ou Minas Gerais, podem aparecer como luta por direitos, quando ocorre no Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul, são consideradas invasões de propriedade privada, reivindicações infundadas, etc. Segundo o autor, os Guarani são a população menos destacada pelo jornal, ficando até mesmo atrás de outras etnias que habitam o estado, como por exemplo, os Terena.

O autor percebe que por muitos anos, a luta por direitos e reivindicações dos Guarani-Kaiowá foi totalmente silenciada por um dos maiores jornais do estado na

época, porém, o termo indígena, quando apresentado, era utilizado de maneira genérica, buscando depreciar toda a população, ou seja, as nomenclaturas coletivas usadas para indicar casos individuais como algo corriqueiro dentro desta comunidade, como ao referir-se ao estuprador inicialmente como indígena, para deixar claro a etnia deste, como um fator influenciador do crime.

Sobre a construção da imagem dos indígenas na imprensa e uma deturpada imagem gerada pelos meios de comunicação, Minardi (2012), assim como Silva, também percebe que em poucos casos a imprensa busca dar voz às lideranças indígenas ou buscar um representante deste povo para uma entrevista mais aprofundada. Segundo ela, quando tais lideranças são ouvidas, sem uma interferência por parte de um outro representante (não indígena) que faça uma mediação nos diálogos, aumentam as chances de suas pautas e reivindicações serem devidamente atendidas.

Para Minardi(2002), a comunicação de massa utiliza de estereótipos visando se auto afirmar como a voz dominante da sociedade. A autora escreve que a maneira como os indígenas são apresentados na mídia interfere diretamente na maneira em que eles são percebidos pela população que consulta tais meios de comunicação. Tendo a mesma percepção sobre o caso, Braga e Campos (2013) abordam que a mídia busca apresentar o indígena como um cidadão subalterno, de segunda classe, menos digno de crédito e respeito por parte da população em geral, a imagem destes, segundo os autores, é até mesmo construída de maneira opaca e impessoal. Como uma forma até mesmo de descaracterizá-los como seres humanos.

Toda construção da imagem dos indígenas pela imprensa, assim como suas representações, são antes de mais nada, discursos de poder produzidos por alguém, seja o responsável um único indivíduo com interesses próprios, um meio de comunicação que busca transmitir determinada ideia ou até mesmo o Estado buscando enfraquecer parte da população ou priorizar determinados segmentos, em prol de interesses políticos e econômicos.

Sobre o poder do discurso, Foucault (2006) argumenta que em toda sociedade, o discurso possui interesses e controles próprios. Segundo o autor, todo discurso é selecionado e controlado, assim como controlado e executado para conjurar poderes que possam dar conta de fatos, por mais aleatórios que estes sejam. Segundo ele, o discurso não é apenas algo que traduza as lutas e os sistemas de dominação, mas o próprio poder que as pessoas buscam conquistar.

O discurso, aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas no entanto, os interditos que o atingem, revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e o poder. E com isso não há com que admirarmo-nos: uma vez que o discurso — a psicanálise mostrou-o —, não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objecto do desejo; e porque — e isso a história desde sempre o ensinou — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorearnos (FOUCAULT, 2006, p. 10).

Foucault esclarece que o discurso aparece em diversos casos, contextos diferentes, mas sempre guiando a visão coletiva. Ele exemplifica que tal fator acontece por exemplo, nas disciplinas acadêmicas, como na medicina há o discurso médico, em cada área há um discurso próprio, que produz saberes e poderes. Tal discurso não é baseado necessariamente em uma verdade absoluta, mas em uma crença coletiva que lhe dá poder e atribui este discurso como o verdadeiro e o guia do pensamento.

O discurso produzido pela imprensa sobre determinado assunto, como neste caso, os indígenas e suas manifestações, não fogem do “padrão” encontrado por Foucault. Sejam as manchetes, abordagens, posicionamentos, ângulos de câmeras, tudo faz parte de um discurso, e como tal, busca transmitir uma ideia sobre determinado assunto.

Antes de analisar como o discurso da imprensa e de outros poderes tem aparecido em relação à questão indígena no MS, é preciso que fique claro que toda fala, toda abordagem possui um interesse, nenhum discurso é ingênuo e inocente, todos possuem um poder e através deste poder, visam transmitir uma cadeia de significados próprios e pré-determinados para aqueles que acessam tais falas. O discurso da imprensa é um claro exemplo de ordem e de poder exercidos com o objetivo de determinar para uma massa da população, quais verdades devem ser percebidas e quais questões devem ser levantadas sobre determinado assunto.

Como Silva percebeu o discurso produzido nos jornais sul-mato-grossenses nos anos 80, buscava identificar o índio como um selvagem que representa o oposto ao ideal do estado e do país, o tão almejado progresso econômico. Mais adiante abordarei e analisarei se houve uma mudança neste discurso e qual o atual enfoque da imprensa regional sobre a temática indígena e suas lutas por direitos.

Ao noticiar assuntos complexos, com temática política, ao contrário do que diz a crença popular, a mídia não é imparcial, nem tem como ser, como já abordei

anteriormente, há sempre, nem que seja inconscientemente, um posicionamento por parte do órgão de imprensa.

Ao analisar a percepção da opinião pública em relações às guerras, Butler (2016) constatou que nem toda vida é tomada como vida ou merecedora de importância, seja pela mídia, senso comum ou pela população em geral, existem vidas que são consideradas mais importantes que outras, por algumas a população chora e se comove, por outras não. Butler (2016) percebe que na atual política mundial, nem toda vida é tomada como um sujeito.

A autora afirma que até mesmo a utilização de vídeos e imagens de tortura em guerra usados pela mídia, também seguem um padrão militar, ou seja, para ela, atualmente não é possível separar o fatos de guerra da maneira criada pela mídia. Mostrando que entre outros fatores, a imprensa possui um papel fundamental na criação de identidade, apatia, remorso e ódio sobre determinado tema, tendo como objetivo, fazer a massa que a acompanha, elaborar determinado posicionamento sobre o assunto em questão.

Esses enquadramentos são atuantes em situações de prisão e tortura, mas também nas políticas de imigração, de acordo com as quais determinadas vidas são percebidas como vidas, ao passo que outras, embora aparentemente estejam vivas, não conseguem assumir uma forma percebível como tal. Formas de racismo instituídas e ativas no nível de percepção tendam a produzir versões icônicas de populações que são eminentemente lamentáveis e de outras cuja perda não é perda, e que não é passível de luto (BUTLER, 2016 p. 44-45).

A autora percebe que uma das violências sofridas pela população vem do próprio Estado, o mesmo Estado que negligencia saúde e direitos básicos, também usa de violência contra o povo quando necessário, tal percepção pode ser percebida facilmente em relação aos povos indígenas no Brasil.

Essas populações não raramente, possuem seus acessos à direitos básicos negados, até mesmo (se não principalmente) seus direitos tradicionais, mas quando mobilizam-se em nome desses direitos, ou quando a Justiça determina que estão equivocados, a violência é um método casual utilizado pelo Estado brasileiro.

Um claro caso do valor da vida indígena para o Estado brasileiro é do assassinato do adolescente Denilson Quevedo Barbosa, de apenas 15 anos. O indígena Guaraní-Kaiowá que foi assassinado pelo fazendeiro Orlandino Carneiro Gonçalves em Caarapó no ano de 2013. Embora o produtor rural tenha alegado disparar contra o

adolescente, a juíza alegou que ele não teve a intenção de matar. Para pesarmos a análise é simples, basta imaginar uma situação contrária, se um indígena do MS disparasse contra um produtor rural que trafega por uma TI de noite, ele seria absolvido do caso e este seria tratado como homicídio culposo?

Figura 07: Notícia sobre decisão judicial por assassinato de indígena:

The image is a screenshot of a web browser displaying a news article. The browser's address bar shows the URL: <https://www.correioestado.com.br/cidades/justica-entende-que-fazendeiro-nao-teve-intencao-de-matar-indigena/325898/>. The article's main headline is "Justiça entende que fazendeiro não teve intenção de matar adolescente indígena". Below the headline, it states "O guarani-kaiowá Denilson Quevedo Barbosa foi morto em Caarapó". The article is dated "16 ABR 2018" and is by "RENAN NUCCI". The main text of the article reads: "O fazendeiro Orlandino Carneiro Gonçalves, acusado de matar a tiro o guarani-kaiowá Denilson Quevedo Barbosa, de 15 anos, na zona rural de Caarapó, não responde mais pelo crime de homicídio doloso. Com base em análise pericial, a juíza Cristiane Aparecida Biberg de Oliveira entendeu que o autor não teve objetivo de matá-lo, apesar de ter confessado o disparo. O homem alegou que já era noite quando percebeu os cães latindo para estranhos em sua propriedade e puxou o gatilho. Os laudos necroscópicos, de local, de arama e fragmento de projétil corroboraram com as declarações, motivo pelo qual passa a responder por homicídio culposo, quando não há intenção. Porém, ainda cabe recurso à defesa da vítima. Os fatos ocorreram em fevereiro de 2013 na fazenda Sardinha,". On the right side of the page, there is a sidebar with a "CORREIO DO ESTADO" logo and a subscription offer for "R\$ 0,57". Below that, there is a section titled "Felpuda" with a small image of a woman and some text. At the bottom of the browser window, the taskbar shows icons for various applications like Internet Explorer, Google Chrome, and Word.

Fonte: Correio do Estado em 16/04/2018

Butler (2016) percebe que nem toda vida é considerada digna de reconhecimento. Individualmente ou em grupo, para ela, a individualidade pode não ser levada em conta quando o indivíduo faz parte de um grupo que não seja considerado como “digno” pelo grupo que o cerca e julga como merecedor de empatia, reconhecimento ou não. Analisando os inúmeros trabalhos publicados em relação à mídia, racismo, preconceito, etc. Não é difícil constatar que no MS existe uma fala muito forte contra os povos indígenas, preconceitos corriqueiros, cotidianos, julgando-os como preguiçosos, alcoólatras, entre outras considerações do mesmo calão.

Usando as constatações da pesquisadora, podemos observar que a vida do indígena não é considerada merecedora de reconhecimento no MS. Seus sofrimentos,

injustiças sociais, não são consideradas tragédias pelo senso comum local, pelo contrário, tanto população como imprensa, não percebem injustiças em tais casos, e há quem os considere como merecedores de tais sinas.

Pelas percepções de BUTLER (2016), ao considerar as vidas dignas ou indignas de empatia e comoção, um caso isolado pode ser considerado menos digno de compaixão, consideração, etc. Devido ao grupo em que este indivíduo se encaixa, então casos de violência contra um índio, ou um grupo limitado, entrarão nestas percepções públicas, e ao serem identificados por um grupo classificado entre os não dignos de empatia, estes serão considerados equivocados em sua causa pelo senso comum e suas vidas não serão classificadas como dignas de compaixão e até mesmo o luto pode não ser avaliado como prova de injustiça ou de comoção social, já que é a vida de alguém classificado dentro do grupo daqueles que possuem uma vida não tomada como digna de observação, pena ou dignidade. Como pode-se perceber em comentários dos sites de notícias, que classificam os índios que sofrem abusos ou ataques, como merecedores de tal sofrimento, pois teriam feito algo para merecer aquela punição.

Ao pesquisar sobre a relação existente entre antropologia e fotografia, Edwards e Hart (2004) percebem que há muitas décadas ambas as áreas se cruzam, a autora cita Malinowski (1984) e sua utilização da fotografia em campo, o que levantou outras questões, como se a imagem posada pode realmente valer como uma fonte etnográfica válida ou se esta pode ser considerada uma farsa.

Não apenas isso, os autores também visam abordar a questão: até onde uma foto vale como digno de uma análise sobre o campo e a partir de qual ponto é apenas uma montagem não real sobre um caso.

Para Edwards e Hart, fotografia e ciências sociais, embora distintas, expressam e analisam a sociedade, então podem ser utilizadas em conjunto, quando se busca entender determinados acontecimentos que envolvem de alguma forma, características de um povo ou sociedade. Segundo os autores, o objeto fotografado pode ser interpretado como a sociedade em que está inserida a imagem, o observa.

The central rationale of Photographs objects history is that a photograph is a three-dimensional thing, not only a two-dimensional image. As such, photographs exist materially in the world... as subject to additions to their surface or as drawing their meanings from presentation forms such as frames and albums (EDWARDS, & HART, 2004, p.1).

Obviamente o encontro entre antropologia, ciências sociais e antropologia não pode ser considerada sempre positiva ou mesmo justa com a realidade. A autora percebe que a fotografia também é a forma como o fotógrafo percebe o mundo, o que pode fazer com que sua visão única seja transmitida e interpretada como uma verdade absoluta. Como em casos de índios Navajo que foram apresentados como oprimidos e submissos nas fotografias. O que pode fazer com que o observador da imagem acredite que este povo é submisso (ou em outros casos, perigoso) pois o fotógrafo tinha como objetivo, apresentá-los desta maneira para as pessoas que entram em contato com a figura em questão.

Segundo Edwards, foram nos anos 90 em que as etnografias focadas na análise e utilização de fotografias aumentaram significativamente na área, contribuindo para novas formas de estudos sociais, com novas metodologias, abordagens e refletindo sobre questões que antes não eram pensadas sobre os estudos de campo. Para a pesquisadora, foi nessa época em que os etnógrafos perceberam que as fotografias são também discursos de poder, agentes políticos, instrumentos de vigilância, podendo ser usadas como fontes para contestação histórica, entre outros.

Uma das principais pesquisadoras do Jornalismo brasileiro, Cremilda Medina, acredita que entre os diversos problemas encontrados no cenário atual da área no país, estão notícias “vendidas”, como ela relata em “Notícia: Um produto à venda” (1978), como também uma baixa qualificação dos profissionais que atuam no jornalismo brasileiro dos dias de hoje.

Para a autora, pode-se encontrar baixo nível de formação nas universidades, falta de incentivo ao pensamento crítico, assim como falta de interesse destes profissionais em desenvolver tal pensamento, como há também uma falta de vontade em se capacitar ou evoluir profissionalmente, estagnando-se em serviços mal pagos e que não exigem muito (mentalmente) de tais profissionais.

...as empresas da indústria cultural brasileira, feitas uma ou outra exceção, sempre investiram mais na modernização tecnológica do que no aperfeiçoamento e qualificação de seus quadros humanos de produção de informação; o profissional médio, sem estímulos na rotina desgastante da sobrevivência, não investe, por conta própria, no crescimento e amplitude de repertório; a universidade que, em tese, deveria oferecer novos quadros, novas energias, mal se viu com a própria crise de empobrecimento e quase destruição, situação típica das ditaduras. Não há sequer um veículo de crítica dos meios (media criticism). Os poucos cursos de extensão e aperfeiçoamento são frequentados, em geral, por uma clientela que não está à frente dos processos de decisão. Estes, os editores, chefes de reportagem, repórteres especiais, permanecem preocupados com o imediato desempenho,

satisfazendo as exigências dos próprios empregos. Não são sensíveis à discussão crítica sobre a própria profissão (MEDINA, 1995, p. 22).

Esses fatores podem ser encontrados no Jornalismo de MS. Com poucos cursos de graduação no estado (apenas Campo Grande e Dourados, sendo que o curso de Dourados teve sua primeira turma formada em 2007 e a última em 2015). O que indica que existem poucos profissionais graduados na área que formaram no estado. Não é raro encontrar em jornais da região sul, nenhum profissional formado na graduação específica, o que indica um ainda menor senso crítico do que o indicado por MEDINA (1995).

A falta de profissionais específicos da área, ou aqueles formados que não buscam continuar os estudos, seja através de uma pós-graduação ou acompanhando os novidades e descobertas nas áreas da comunicação social, podem refletir em um jornalismo de baixa qualidade, com profissionais que não possuem um pensamento crítico apurado, não conseguem ou não se importam em avaliar como a maneira em que produzem a notícia pode impactar a sociedade.

O ponto de vista dos indígenas também não costuma receber grande relevância para a imprensa local, recebendo mais atenção de jornais independentes ou de outras partes do país. Em uma notícia publicada pelo Jornal Jornalistas Livres no início deste ano, (JORNALISTAS LIVRES, 14/01/2018) a entrevistada, Valdelice Véron, agradece aos jornalistas por terem dado voz à ela. Segundo a mesma, são poucos jornalistas que se preocupam em ouvir o relato dos indígenas e os publicar com a preocupação de que suas vozes estão sendo ouvidas.

“Nós seguimos demarcando as terras indígenas com luto e sangue”. A sentença é de Valdelice Verón, líder guarani e kaiowá, em depoimento para os jornalistas livres da terra indígena takwara, no Mato Grosso do Sul. Escondida na mata junto com outras lideranças para se proteger da violência dos produtores rurais, ela, a mãe e outras mulheres realizam as cerimônias fúnebres alusivas ao aniversário de morte do pai, Marcos Verón. Oito mandados de despejo com prazo para execução até o dia 24 de janeiro pesam sobre os indígenas do Mato Grosso do Sul, como uma decorrência da decisão da advocacia geral da União, assinada por Michel Temer. Até os restos mortais do “cacique dos caciques”, torturado e assassinado há exatamente 15 anos, estão ameaçados de despejo pelos produtores rurais, denuncia Valdelice (JORNALISTAS LIVRES, S/P. 14/01/2018).

O capítulo teve como objetivo indicar os referenciais teóricos em diversas áreas e como estes colaboraram na criação deste trabalho. Seja através da perspectiva de

Antropólogos, sociólogos, comunicólogos, estudiosos da mídia, etc. Apresentei alguns casos de como os indígenas vem sendo apresentados na imprensa e como diversos pesquisadores analisam esta situação.

Neste capítulo abordei principalmente a parte teórica das questões que envolvem indígenas e as construções da imagem na mídia. Será no próximo capítulo que será feita a análise em si dos casos em que os indígenas se tornaram pauta na imprensa de MS. Busquei perceber como diversos estudiosos analisam a questão e abordagens da própria antropologia sobre ela mesma e sobre os povos indígenas e como isto reflete nas abordagens atuais e como a sociedade os percebe. Tentei apresentar também como as abordagens aparecem em outras mídias, ou seja, este foi um capítulo em que tentei provar a importância desta dissertação e demonstrar que tais análises não são retiradas de questões subjetivas, mas embasadas em obras apresentadas por pesquisadores de diversas áreas, dando o suporte teórico necessário para o desenvolvimento deste trabalho.

Como visto anteriormente, as notícias são construídas nunca por acaso, mas sempre tem como objetivo indicar um posicionamento ao leitor do jornal. A construção da imagem dos produtores rurais e indígenas na mídia *online* do MS, segue esta mesma lógica.

No MS, não apenas a mídia, mas os órgãos de Estado, o posicionamento político e da população, tende a ser contra o movimento indígena, seja por preconceitos já existentes, seja pela dicotomia entre produtores rurais e indígenas, que usa o argumento econômico para posicionar a população contra os indígenas, usando o argumento de que estes iriam falir o estado e futuramente todo o país.

Caso marcante que indica o posicionamento dos órgãos oficiais do Estado, em relação aos indígenas, pode ser visto na mobilização policial em abril de 2017, em que 200 policiais, diversos veículos foram deslocados até a aldeia de Caarapó para investigar o uso de armas e substâncias tóxicas pelos indígenas. Após todo esse deslocamento, gasto de tempo, pessoal e recursos financeiros, os agentes da lei encontraram apenas duas armas de brinquedo que talvez, e apenas talvez, poderiam estar sendo usadas na realização de crimes.

Figura 08 - Notícia sobre mobilização policial no jornal Dourados Agora em 25/04/2017



Fonte: Dourados Agora, em 25/04/2017

O que torna este caso emblemático é a nítida percepção de que os órgãos de inteligência não haviam feito o trabalho básico. Não havia uma base bem fundamentada para justificar tamanho desperdício de recurso e pessoal para tal missão. Não havia uma investigação bem estruturada sobre o caso, os órgãos de segurança apenas partiram do princípio de que a aldeia indígena de Caarapó estaria lotada de armas e drogas, pois é uma aldeia indígena. Tal fato foi noticiado quase que de maneira jocosa pela imprensa local, já que não havia como justificar tal ação para um resultado tão insignificante.

No início da operação, ao não conseguirem encontrar os materiais pelas quais buscavam, os agentes passaram a destruir os acampamentos dos indígenas, com o pensamento de que tal ato auxiliaria no encontro dos materiais ilegais. Obviamente, não resultou no esperado, tal fato não foi abordado na imprensa local. O que indica que a destruição de acampamentos indígenas não possui relevância a ponto de ser noticiada nos jornais de MS. O fato foi noticiado apenas em sites especializados na causa

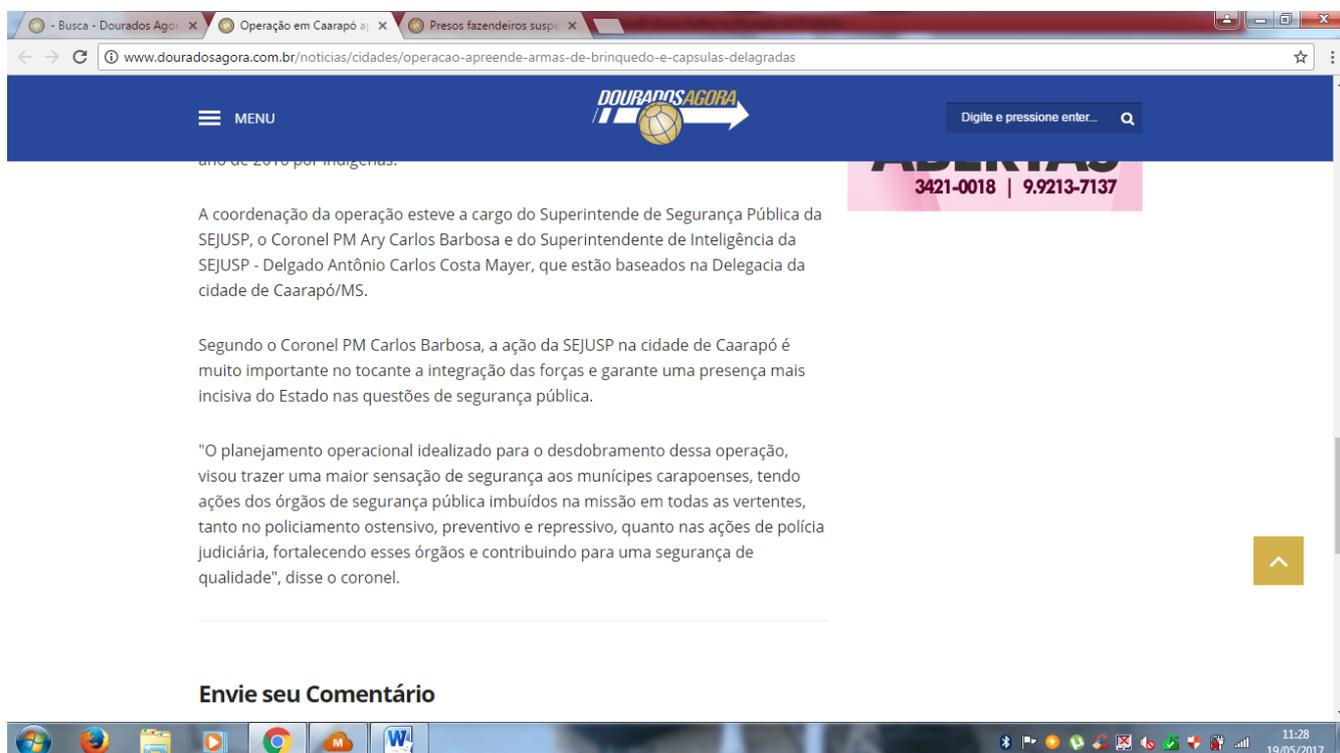
indígena, como é o caso do portal *online* do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), como pode ser visto a seguir.

Figura 09 - Notícia sobre mobilização policial portal online do CIMI em 25/04/2017



Fonte: CIMI, em 25/04/2017

Figura 10 - Notícia sobre mobilização policial no jornal Dourados Agora em 25/04/2017



Fonte: Dourados Agora, em 25/04/2017

Em tal ocasião, ficou claro que o Estado não poupou esforços para mobilizar forças policiais, sejam PC, PM, PF, e outros órgãos de Inteligência para investigar a aldeia. Em um período de claro conflitos entre produtores rurais e indígenas, em um estado dominado financeiramente pelo agronegócio, é de se estranhar tamanha mobilização, tanto pessoal quanto financeira e logística, sem realizar uma boa investigação, simplesmente porque acreditavam no fato de que na aldeia, haveria muitas drogas e armas.

A situação foi tão fora do comum, tão imprudente, que podemos comparar ao início do filme de comédia “Os Outros Caras” de 2010, em que os dois policiais interpretados por Dwayne Johnson e Samuel L Jackson causam milhões em prejuízos à cidade, em uma perseguição a um traficante de pequeno porte que carregava uma quantia insignificante de drogas ilícitas. Porém, aqui no MS, tal situação cômica, que pensamos ocorrer só em filmes de comédia, realmente aconteceu e como no longa-metragem, também causou milhares em despesas por causa de uma investigação péssima e a certeza de que se encontrará quantidades significativas de conteúdos ilegais com os investigados/ perseguidos.

É importante entender como é feita a abordagem em si, das reivindicações dos povos indígenas na imprensa. O que percebi, seja na elaboração deste texto, seja no desenvolvimento de artigos científicos LANDA (2016; 2017), é que os problemas enfrentados pelos povos indígenas ficam em segundo plano no desenvolvimento das notícias.

Os motivos que geraram suas manifestações acabam ficando no fim do texto, o que pela técnica de estruturação textual da pirâmide invertida no Jornalismo, passa a ideia de que tudo aquilo que vem no final ou próximo ao final da notícia, não possui grande relevância, ou menos do que o conteúdo abordado previamente. Há também os casos em que o motivador das manifestações nem mesmo é mencionado.

Entre os fatores que buscarei pesquisar ou relacionar com as abordagens das populações indígenas na mídia da região sul do MS, está o preconceito contra estes povos, assim como errôneas identificações e classificações do senso comum, que estão presentes e reproduzidos à exaustão nos jornais *online*. Entre seus argumentos está a ideia de que os Guarani, Kaiowá, Terena, entre outras etnias, não podem ser

consideradas indígenas, pois possuem um contato diário com populações não indígenas, o que teria feito com que estas tivessem abandonado suas “culturas” tradicionais.

As notícias focam muito mais no protesto em si e como este afeta o *status quo* do branco que está próximo, que de alguma forma será afetado. Uma rodovia fechada como forma de protesto por exemplo, acaba tendo como foco o protesto em si, as pessoas afetadas por ele, a limitação do direito de ir e vir e o incômodo gerado pelo protesto. As causas que geraram a manifestação, ou não são abordadas ou postos no fim do texto, como algo de pouca importância.

Não há uma preocupação por parte dos jornais em entender o que gerou tal protesto, o que eles pedem, o tanto que já sofreram para chegar ao ponto de tomar tal atitude. No jornalismo existe o conceito de “suíte”, ela ocorre quando o jornal desenvolve uma notícia, produzindo novas notícias a partir de uma elaborada previamente, como um desenrolar da história.

Em minhas análises não encontrei nenhuma “suíte” sobre os protestos dos indígenas, na imprensa *online* do MS. Nenhum dos jornais se preocupou em saber o que ocorria previamente na aldeia e com os povos indígenas, assim como nenhum se preocupou em saber se depois do protesto, o Estado manteve a palavra feita durante os protestos, e busca atender às necessidades por eles solicitadas.

Em julho de 2016, os indígenas de Dourados, fecharam a rodovia que liga Dourados a Itaporã, pois a aldeia estava sem água fazia dias, e isto era um caso corriqueiro. Após o problema de água ser resolvido para finalizar os protestos, nenhum jornal *online* acompanhou o caso, buscando investigar se a aldeia estava tendo a água que fora prometida anteriormente.

Figura 11 - Notícia sobre protesto de indígenas em 15/08/2017

15/08/2017 08h29 - Atualizado em 15/08/2017 10h51

Em protesto por demarcação, indígenas bloqueiam trecho da BR-262

Campo Grande News

Compartilhar 0 Tweetar

Rodovia está totalmente bloqueada. (Foto: Direto das Ruas)

negociar com os manifestantes e controlar o trânsito.

Indígenas bloqueiam neste momento trecho da BR-262, em Miranda - distante 201 km de Campo Grande, no caminho para Aquidauana. No local já há mais de um quilômetro de congestionamento.

De acordo com a PRF (Polícia Rodoviária Federal), a interdição é total e os indígenas pedem demarcação de terra e estruturação da aldeia. O protesto é pacífico, mas eles afirmam que não vão liberar a via até a chegada da imprensa.

A interdição acontece no , km 527 no trevo de acesso a Taunay. A PRF segue no local para

Tração 4x4 com seletor para até 5 tipos de terrenos. **MONTE O SEU Jeep**

CONFIANÇA PINTURA AUTOMOTIVA NACIONAIS E IMPORTADOS

- FUNILARIA
- PINTURA
- POLIMENTO

TRIÂNGULO TRIÂNGULO SOLUÇÕES URBANAS

LIMPA FOSSA DESENTUPIMENTO EM GERAL HIDROJATEAMENTO ATENDEMOS

WhatsApp Image...jpeg

Exibir todos

10:31/08/2017

Fonte: Caarapó News em 15/08/2017

A seguinte matéria em seu título e fotografia apresentada, transmite a ideia de que os indígenas são violentos. No texto o termo invasão é utilizado, e não o correto para esta situação, retomado. A junção do título, fotografia e termos específicos como “invasão”, deixam claro que o jornal percebe os indígenas como bandidos que estão invadindo uma propriedade, causando desordem e ameaçando vidas. Devemos perceber que o jornal em questão, o *Caarapó News* está localizado na cidade em que a retomada acontece, ou seja, por motivos de proximidade e muito provavelmente econômicos. É nítido o posicionamento do jornal, não analisando o porquê de tal reivindicação pelos indígenas, o que os levou a pegar em armas, depois de décadas esperando respostas do Estado. Apenas os coloca como criminosos armados que buscam roubar a propriedade de outro.

Figura 12 - Notícia sobre protesto de indígenas em 01/08/2017

The screenshot shows a web browser displaying a news article on the website www.caaraponews.com.br. The article is dated 01/08/2017 and is titled "Armados com facões, cerca de 15 indígenas ameaçam fazendeiro de morte". The main text reports that a farmer, J.C. (57), sought the Caarapó Civil Police to register a death threat against him by a group of about 15 indigenous people from the Te' Yikue village. The incident occurred on Tuesday (31) near the entrance of Fazenda Santa Maria. The article mentions that the farmer and his property, Três Corações, are near the Santa Luzia indigenous reserve. It also notes that the farmer had offered his property for the indigenous people to take their animals and leave in safety, but they refused, threatening to invade the property. The article includes a photograph of a group of indigenous people on a dirt road and a sidebar with social media sharing options and a weather forecast for Caarapó, MS, showing 17°C and 34°C.

Fonte: Caarapó News em 01/08/2017

A imagem abaixo segue a mesma perspectiva, mas nesta, existe até uma sátira feita pelo jornal. A palavra “retomada” aparece entre aspas, dando a entender que o jornal satiriza tal conceito, pois para o jornal (e para o que postou a notícia original o *Midiamax* de Campo Grande), não existe retomada, mas simplesmente invasões, deixando evidente que os meios de comunicação de MS, não analisam as situações pela ótica dos indígenas, mas buscam criminalizá-los ou debochar de suas lutas.

Figura 13 - Notícia sobre protesto de indígenas em 24/07/2017

24/07/2017 13h56

Violência marca confronto entre índios e sitiantes na 'retomada' de área Yvu Vera

Midiamax

Compartilhar 0

Tweetar

Foto: Divulgação

Um confronto entre índios e sitiantes na tarde de ontem durante a ocupação de uma área de 11 hectares da Chácara Morada do Sol localizada na Perimetral Norte próximo à entrada da Reserva Indígena de Dourados resultou em agressões físicas.

O dono da chácara, Antonio Carlos de Carvalho, de 58 anos, foi agredido e sofreu lesões na face e nas mãos provocadas por facões. Carlos Heleno de Almeida, de 31 anos, genro de Antonio também sofreu lesões.

O clima está tenso na chácara onde dezenas de índios permanecem sob a alegação de que a área pertence aos Guarani conforme decisão liminar da ministra Carmem Lúcia do Supremo Tribunal Federal. Os índios intitularam a área de terra "Yvu Vera".

Conforme informações de lideranças indígenas os sitiantes estão armando um grupo de índios da Aldeia Jaguapiru contra os da Aldeia Bororó que fica ao lado da área litigada.

Antonio Carlos registrou na manhã de hoje um boletim de ocorrência na Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (DEPAC) onde foi submetido a exame de corpo de delito. Ela alegou que um grupo de índios da Aldeia Jaguapiru que "estão em um assentamento tentaram invadir a propriedade".

Um grupo de 15 pessoas, segundo Antonio Carlos, armadas de foices e facões lhe agrediu provocando cortes nos braços, nas mãos e na face.

WhatsApp Image...jpeg

Windows taskbar icons: Internet Explorer, File Explorer, VLC, Chrome, Word.

Advertisements on the right:
- Car: Chevrolet SUV.
- Car Painting: CONFIANÇA PINTURA AUTOMOTIVA. Services: FUNILARIA, PINTURA, POLIMENTO. Phone: 3453-4022.
- Dentistry: SEM TRAUMA E SEM DOR. Odontologia Cassaro.

Fonte: Caarapó News em 24/07/2017

Podendo perceber outro tipo de abordagem pelos jornais, novamente o caso de noticiar como as manifestações destes atrapalham o *Status Quo*, e não buscando entender o que os levou até esta situação. Não há notícias focadas em explicar a perspectiva dos indígenas, mas simplesmente dando espaço a eles, quando suas atitudes atrapalham a vida cotidiana, como o bloqueio de rodovias.

Figura 14 - Notícia sobre protesto de indígenas em 15/08/2017

The image is a screenshot of a web browser displaying a news article. The browser's address bar shows the URL: www.caaraponews.com.br/noticia/85356/protesto-de-indios-bloqueia-tres-trechos-da-br-163-um-deles-em-caarapo. The page header features the 'Caarapo News' logo, a temperature display (17° MN, 34° MN), and a search bar. The article title is 'Protesto de índios bloqueia três trechos da BR-163; um deles em Caarapó'. Below the title is a sub-header 'Dourados News' and social media sharing buttons for Facebook (401) and Twitter. A photograph shows several people holding signs on a road. The main text discusses the protest by indigenous people against a vote in the STF, mentioning road blockades on BR-163. To the right of the article are two advertisements: one for 'VETERINARIO Zebu' and another for 'Cassaro' with the slogan 'e por um preço bem acessível ao seu bolso.' The browser's taskbar at the bottom shows icons for various applications and system utilities.

Fonte: Caarapó News em 15/08/2017

Em matéria publicada pelo Correio do Estado (um dos jornais de maior relevância do estado), um texto editorial com cunho político e pessoal, deixa claro o posicionamento da mídia local em relação à causa indígena. Abordando que a cultura indígena se baseia no comunismo e que estes travam uma guerra com os brancos, pois se dividem em nós e eles. Para os autores, os índios possuem privilégios e conseguem tudo o que reivindicam do Estado no mesmo instante e que os produtores rurais são vítimas de um governo que protege os índios.

Assim como no Campo Grande News, o cibermeio apresentou uma baixa quantidade de contextualização histórica sobre os conflitos de terra em Japorã. Não foi encontrada contextualização cultural para esclarecer a retomada como um ato em busca da reordenação da relação sociocultural do indígena com seu território tradicional. (MONTEIRO, 2017, p. 132).

Diante dessa narrativa, pode ser observada uma perspectiva do conflito baseada nos problemas que as ocupações causam para o agronegócio da região sul do estado de Mato Grosso do Sul. O foco em posições de fontes oficiais, como representantes de entidades produtores rurais e políticos, impede que a perspectiva dos povos indígenas seja apresentada de maneira eficiente. Ainda, foi encontrada a utilização do discurso do setor rural como

“essencial para a produção de alimentos do país”, fato que legitima a luta do produtor rural e demonstra o índio como “vilão” da sociedade (MONTEIRO, 2017, p. 136).

Luana Silva e Benedicto Neto: "O direito penal e o ódio étnico" – 24/08/2016 – Correio do Estado

A política indigenista, sem disfarce e sem melindre, se embriaga da ideologia comunista às avessas. O que na essência buscava transformação revolucionária, hoje prega a segregação eterna, pois hoje se reveste de caráter étnico.

O eles e nós antes definidos por pobres e ricos, hoje são índios e brancos; e qual é a possibilidade de uma transformação revolucionária quando o epicentro da luta é a raça? A continuar assim, inexoravelmente será uma guerra terminada pela destruição das duas “classes”.

As lutas vermelhas, já hipócritas, eram adstritas aos direitos civis. As mesmas lutas, agora étnicas, se armam com o direito penal.

Os defensores dos “direitos” dos índios batem continência ao comunismo. O executor e o fiscal da lei, de olhos vendados diante da própria lei, engatilham o instituto penal da prisão como Robin Hood numa versão indígena, escolhem lado nesta guerra ideológica subtraindo e distribuindo a liberdade.

As Cruzadas indigenistas primeiro saquearam as nossas fazendas, e agora pretendem nos destruir a dignidade.

O ordenamento jurídico veda fazer justiça com as próprias mãos, invasão de propriedade privada é crime. O Estado conta com mais de 120 propriedades invadidas por índios, destruídas, dilapidadas, incendiadas. São fatos comprovados, e não meros indícios.

Vivemos um direito penal deturpado que se presta a legitimar barbáries de um circo de horrores em que os índios, diante das câmeras, amarraram, torturaram e assassinaram o produtor Arnaldo em Douradina.

Imbuídos de onipotência diante da defesa institucional que recebem, divulgaram que retomariam fazenda por fazenda até concluir a autodemarcação de seu território, e declararam guerra ao Estado publicando uma carta prometendo que vão avançar nas invasões de propriedades privadas.

Em Caarapó invadiram e destruíram fazendas e diversos sítios de pequenos produtores, queimaram viaturas e amarraram, espancaram e encharcaram de gasolina agentes policiais.

Neste contexto, os índios estão livres e os produtores rurais, que buscam a tutela jurisdicional como máxima expressão da democracia, estão presos, e são obrigados a suportar a “aplicação da lei” com toda carga de um ódio étnico...

No editorial, fica claro que aqueles que o escreveram acham injusto que os assassinos de índios sejam presos. Argumentando que a violência utilizada pelos indígenas fica impune. O jornal novamente, como nas outras notícias analisadas, não abordou o contexto histórico da situação e o tempo em que os indígenas esperam por resultados judiciais ou avanço nos processos que, muitas vezes homologam uma terra como indígena, mas não determinam a saída dos produtores rurais ou permitem a posse dos indígenas. Enquanto o contrário é muito mais “eficaz”, contando com policiais retirando os indígenas violentamente dos locais de onde reivindicam terras. Tal situação permite que analisemos como o Estado avalia cada lado do conflito e como reage a respeito para cada um dos envolvidos. Pode-se perceber a atuação do Estado ao despejar os povos indígenas no retirada destes, de um acampamento às margens de uma rodovia pela PF em julho de 2016. Os indígenas foram retirados de seus barracos à força, tiveram seus bens espalhados pelo local.

As nove famílias guarani-kaiowá despejadas na manhã desta quarta-feira (6) a Fazenda Serrana, em Dourados, a 228 quilômetros de Campo Grande, voltaram a montar seus barracos. Dessa vez, o acampamento improvisado fica na outra margem da BR-463, em frente à propriedade da qual foram retiradas pela Polícia Federal. Reivindicado pelos índios como Tekoha Apyka'i, o território tradicional incide em parte da propriedade rural cujo dono, Cassio Guilherme Bonilha Tecchio, arrenda para a Usina São Fernando, do empresário e pecuarista José Carlos Bumlai, preso em 2015 na 21ª fase da Operação Lava Jato (Midiamax. 06/07/2016).

No ataque aos índios da fazenda Yvu, em Caarapó em junho de 2016, Jornais da região acompanharam o caso e noticiaram os nomes. O caso foi abordado pela imprensa como uma tentativa de massacre. Logo em seguida, o advogado do caso buscou julgamento em liberdade para os produtores rurais, caso que foi destaque em muitos jornais da região. O ataque foi retratado em quase todos os jornais em que analisei, os jornais localizados em cidades pequenas e com sua economia voltada principalmente para o agronegócio, não deram tanta ênfase como jornais de Dourados, Campo Grande e de outros estados. Figura

Figura 15 - Notícia sobre protesto de indígenas em 24/07/2017

Downloads x Lágrimas, revolta e morte: x

www.campograndenews.com.br/cidades/interior/lagrimas-revolta-e-mortes-marcam-a-luta-dos-guarani-kaiowa-pela-terra

ingresa

Interior

15/06/2016 20:27

Lágrimas, revolta e mortes marcam a luta dos guarani-kaiowá pela terra

O conflito de Caarapó com a morte de um índio e outros sete feridos é mais um capítulo da guerra que se instalou em Mato Grosso do Sul

Hello de Freitas, de Dourados

Imprimir Enviar Curtir Compartilhar 3,2 mil Tweetar +2 Recomendar

CLIQUE PARA AMPLIAR



Terminou às 18h desta quarta-feira (15) a espera de 30 horas pelo corpo do agente de **saúde** Clodioudo Aguiar Rodrigues dos Santos, 26, índio guarani-kaiowá morto em confronto com fazendeiros por volta de 11h do dia anterior na divisa da fazenda Yvu com a reserva indígena Tey Kuê, no município de Caarapó, 283 km ao sul de Campo Grande.

Veja Mais

- Armamento retido por índios é entregue e PF inicia investigação sobre conflito
- Corpo de índio morto durante confronto com fazendeiros é

Índios reunidos agora à noite no meio da estrada, após a chegada do corpo de Clodioudo (Foto: Hello de Freitas)

NOVO FORD KA+ 2017
MODELOS A PARTIR DE
42.990,00
Air-condicionado, direção elétrica, vidros e travas elétricos, air bag duplo.

TAXA ZERO
SALDO EM 30X
COM 69% DE ENTRADA

Fonte: Caarapó News em 15/08/2017

Figura 16 - Notícia sobre protesto de indígenas em 18/08/2016

Presos fazendeiros suspeitos de envolvimento no 'massacre' em Caarapó

Em nota, a Polícia Federal diz que não houve qualquer atraso injustificado para o cumprimento das decisões judiciais

Douradosagora - 18/08/2016 10h27

Curta 41 Tweet

O Ministério Público Federal (MPF), por meio da força-tarefa Avá Guarani, obteve a prisão preventiva de proprietários rurais envolvidos na retirada violenta de indígenas da Fazenda Yvu, em Caarapó. O ataque aconteceu em junho deste ano e resultou na morte de um índio e na lesão de outros nove por arma de fogo.

Família chora pelo filho morto em massacre

VESTIBULAR DE INVERNO 2017
PROVA DIA 24/06
UNGRAN 25 ANOS

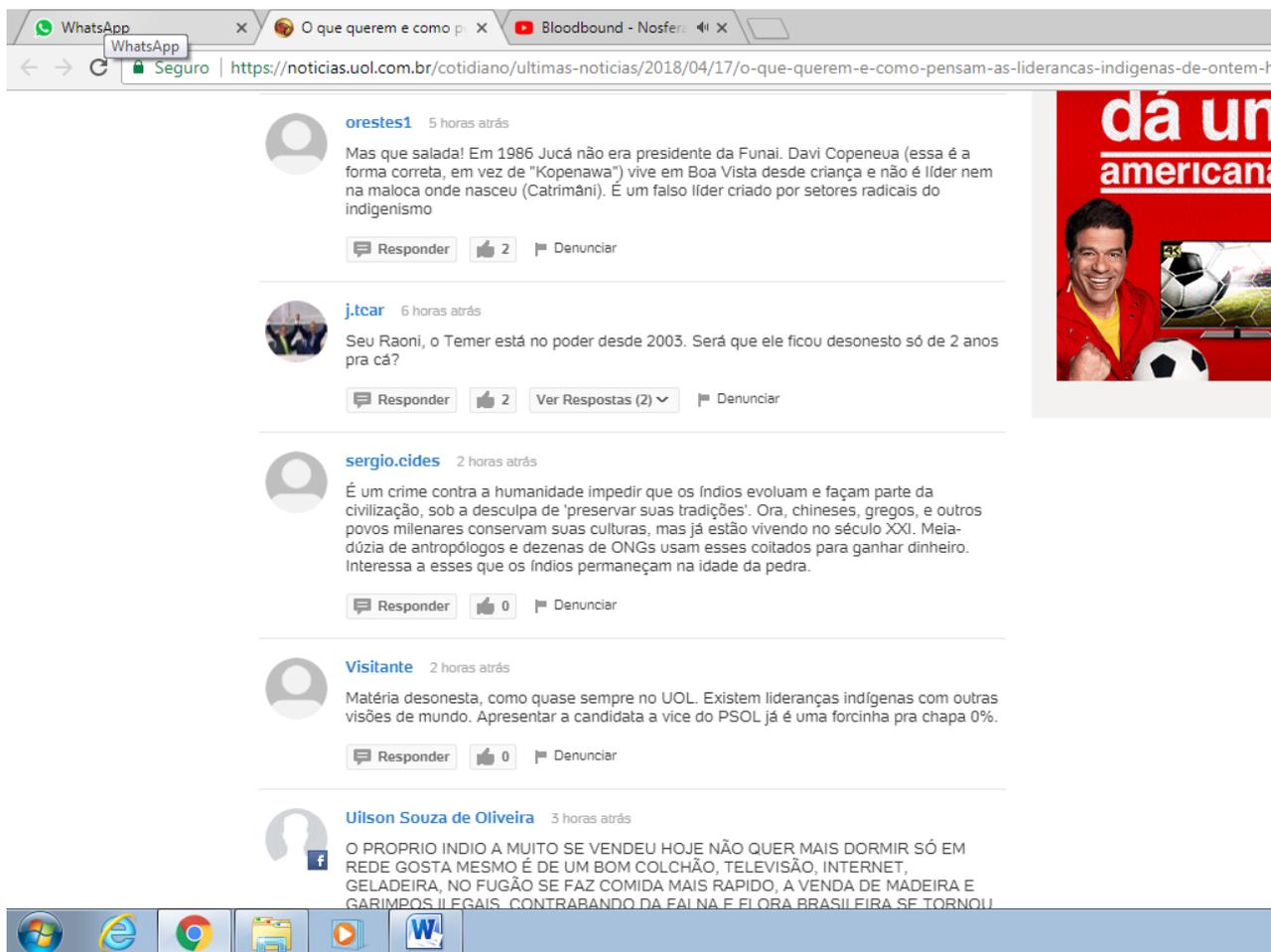
SEU SONHO
COMPRE SEU TERRENO COM ENTRADA FACILITADA
CORPAL SAIBA MAIS

Fonte: Caarapó News em 18/08/2017

Ambas as notícias foram divulgadas inicialmente por jornais de Dourados, assim como em outros jornais, a morte do indígena recebeu atenção da imprensa local e nacional, tanto nos casos em que apresentei, como em outros jornais, o assassinato de um indígena e o ataque a outros, recebeu impactante atenção da imprensa. O jornal Caarapó News deu um destaque menor ao ataque, mas divulgou notas da defesa dos produtores rurais e repostavam notícias que apresentavam a fala da defesa destes, que foram publicadas em outros jornais.

No seguinte caso, podemos perceber alguns destes elementos. O UOL é um site jornalístico de âmbito nacional, a notícia aborda o dia do índio e focava na opinião de lideranças indígenas, como estes percebem a situação de suas comunidades do atual cenário político brasileiro, o que esperam para o futuro, quais suas reivindicações e o que acreditam ser necessário para que consigam alcançar suas metas.

Figura 17 – Comentários do UOL sobre Dia do Índio:



Fonte: UOL em 19/04/2018

É possível perceber que os comentaristas podem permanecer no anonimato ao realizar suas falas, não é necessário que a pessoa exponha seu nome, nem mesmo uma foto, podendo usar codinomes como “visitante” e “j.tcar”, em apenas um dos casos há o logo do *Facebook* ao lado da foto, isso significa que apenas um dos *logins* é vinculado à rede social da pessoa, todos os outros, são *logins* independentes de uma rede social, tornando impossível saber quem realizou a fala, sem uma investigação aprofundada, com obtenção de endereço do protocolo de Internet (IP), etc. Como comparei anteriormente com as percepções de Martins (1995) sobre o linchamento, é possível neste caso presumir que um dos fatores que permitam que os comentaristas da notícia aleguem que o entrevistado seja desonesto, que os indígenas não são fiéis à suas culturas e que o próprio jornal foi desonesto ao mostrar o lado deles ao enfrentar um

posicionamento puramente capitalista, é a sensação de que sairão impunes de suas alegações, sabendo ou acreditando que não serão processados por calúnia ou difamação.

Em seu comentário “sergio.cides” afirma que os povos indígenas são atrasados e vivem como se estivessem na Era da Pedra para bem comum de outros (Segundo ele, antropólogos e ONGs), em sua opinião é um crime contra a humanidade “forçar” os povos indígenas a manter sua cultura, alegando que estes deveriam se adaptar à forma de vida ao seu redor, no caso à cultura brasileira e ao capitalismo.

É evidente que as falas são baseadas no senso-comum, sem nenhum estudo prévio sobre o assunto, colocando a opinião pessoal como uma verdade absoluta, já que estes não acreditam ou não concordam com a abordagem da matéria jornalística, que dá o protagonismo do futuro dos povos indígenas a eles mesmos, e não ao Estado brasileiro ou a interesse de terceiros.

Através das notícias e comentários analisados, percebo que as pessoas que comentam nos sites de notícias, se de alguma forma não tem uma “ligação” com os povos indígenas, como antropólogos e cientistas sociais, por exemplo, a massa de comentários vem de pessoas que se pronunciam totalmente desfavoráveis aos direitos indígenas.

Na fala analisada do usuário “sergio.cides” afirma que, segundo suas palavras, “é um crime contra a humanidade impedir que os índios evoluam e façam parte da civilização”. De princípio, já podemos alegar uma ignorância em relação á causa, segundo o artigo 3 da Declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas, “Os povos indígenas têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito determinam livremente sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.”, já o artigo 11 da mesma declaração afirma que:

Os povos indígenas têm o direito de praticar e revitalizar suas tradições e costumes culturais. Isso inclui o direito de manter, proteger e desenvolver as manifestações passadas, presentes e futuras de suas culturas, tais como sítios arqueológicos e históricos, utensílios, desenhos, cerimônias, tecnologias, artes visuais e interpretativas e literaturas (Nações Unidas, 2008, p. 07;09).

Isso significa que o crime contra a humanidade seria exatamente o oposto do dito na fala, o crime estaria em forçar-los a “evoluir” de acordo com a vontade-comum de um Estado, e desta maneira desrespeitando seus costumes, tradições e a própria vontade de uma população. Em sua fala o comentarista também alega que os povos

indígenas “não vivam no século XXI”, para ele, tais populações são forçados por outros a viverem em algo que ele considere um retrocesso e não-civilidade. Tal fala é comum nos argumentos das populações que se pronunciam contra os povos indígenas, alegando que estes são retrógrados e impeçam a evolução econômica de uma sociedade, assim como não consideram sua cultura como civilizada, mas selvagem.

A seguinte notícia enfoca as buscas por retomadas como invasões. Mostrando novamente os indígenas como invasores criminosos. A notícia é intitulada como “Invasão cresce e pelo menos uma família indígena migra por dia para Perimetral”, nela o jornal aborda a ideia de um medo antigo por parte de brasileiros, a de que os indígenas estariam se organizando, atraindo outros de várias partes do Brasil e até mesmo de outros países vizinhos, em busca de “roubar” terras de produtores, de forma organizada. O jornal douradense dá ênfase em depoimentos do BPM (Batalhão de Polícia Militar) de Dourados sobre declarações de novas famílias que chegam aos acampamentos.

Ele relata ainda que os acampamentos menores, próximo à MS-156 e na Perimetral perto de bairro residencial, a quantidade de índios tem aumentado também gradativamente. O comandante disse que como não se trata de uma atuação direta da PM, não possui a informação do quantitativo de famílias que existe em cada localidade...As invasões começaram no final do mês de fevereiro, começando pela área na Perimetral próxima à Reserva, depois no ponto próximo a bairro de residências e, por último, às margens da MS-156. Essas três áreas juntas abrangem, pelo menos, sete propriedades (Dourados News. 16/03/2016).

Nas notícias abaixo, podemos perceber a comoção de deputados produtores rurais, de partidos como DEM e PSDB em relação aos ataques à fazenda Yvu e a condenação dos responsáveis pelo massacre ocorrido em junho de 2016. Os parlamentares argumentam principalmente que há falta de provas e a falta de eficácia da Justiça. Segundo eles, poucas provas foram utilizadas para embasar a prisão dos produtores rurais acusados pelos ataques. Eles também alegam que o conflito existe porque o judiciário demora a tomar uma decisão final, em decidir a quem realmente pertence a terra.

Os deputados em questão, também são produtores rurais, conhecidos exatamente por isso e lutam em defesa de interesses do agronegócio e de quem trabalha com este. Estes fatores deixam claro a imparcialidade dos mesmos em julgar a situação, a fala de uma pessoa que é deputado e grande influente no agronegócio, ganhando tamanho espaço na mídia, deixa claro como suas palavras terão um grande peso por aqueles que o leem. Quando estes argumentam que as prisões foram realizadas sem muitas provas e

que os índios podem estar mentindo em suas declarações, só estão incentivando que o ódio contra as populações indígenas na região se agrave ainda mais. Tais falas fazem com que as pessoas que já são contra os povos indígenas e sua busca por direitos, tenham ainda mais argumentos para embasar seu ódio, alegando que estes influenciam em uma falsa justiça e usam de mecanismos ilegais para alcançarem seus objetivos.

Deputada diz que produtores rurais foram presos sem provas em Caarapó. Caarapó News 25/08/2016

A prisão de Dionei Guedin, Jesus Camacho, Virgílio Mettifogo, Eduardo Yoshio Tomonaga, o “Japonês”, e Nelson Buainain Filho, dono da fazenda Yvu, onde ocorreu o conflito, foi decretada no dia 5 de julho pelo juiz da 2ª Vara Federal em Dourados, Leandro André Tamura, a pedido do MPF (Ministério Público Federal). Todos estão detidos na penitenciária estadual de Dourados.

Segundo Mara Caseiro, as prisões foram efetuadas sem prova, o que fere a Constituição brasileira. Durante a sessão desta manhã, ela leu trechos da moção de repúdio do Sindicato Rural de Dourados que criticam esse e outros pontos.

“A justiça mandou prender pessoas sem provas de autoria, afrontando o princípio constitucional da presunção de inocência, já que até o momento esses produtores figuram apenas como suspeitos”, diz um trecho do documento.

Ainda segundo a nota divulgada pelo sindicato, os índios acusados de crimes durante as invasões seguem impunes. “A sensação é que a lei existe apenas para um lado da moeda, enquanto o outro lado pode praticar todo tipo de arbitrariedade e crime sem responder por isso na forma da lei”, diz outro trecho.

Deputados cobram ação e "ponto final" nos conflitos em Caarapó (MIDIAMAX em 23/08/2016)

Fonte: Agência AL/MS

Deputado estadual Zé Teixeira (DEM/MS) / Foto: Victor Chileno

Os conflitos históricos entre produtores rurais e indígenas em Mato Grosso do Sul voltaram a ser debatidos pelos deputados estaduais Zé Teixeira (DEM), Mara Caseiro (PSDB) e Onevan de Matos (PSDB), durante a sessão plenária desta terça-feira (23/8). Na tribuna, Zé Teixeira ressaltou que o “terror impera” nas regiões de conflito. “Precisamos colocar um ponto final nessa questão que envolve os índios e os produtores rurais”, disse. Ele

lamentou a morte de indígenas e criticou a prisão recente de cinco produtores em Dourados, pelo ataque a índios no município de Caarapó, em junho deste ano. Na ocasião, o agente de saúde indígena Clodioude Aquileu Rodrigues de Souza morreu após ter sido atingido por disparos na barriga e no peito, e seis índios ficaram feridos.

"É claro que lamentamos a morte e as agressões e lamentamos a situação dos indígenas, que vivem na penúria, mas, por outro lado, as prisões [dos produtores] foram sem qualquer critério ou provas, baseadas somente em denúncias", disse. O deputado afirmou que há uma inversão de valores e enfatizou que os produtores são "pais de família", sem antecedentes criminais e empregam cerca de 400 pessoas. "Agora, os índios entram na propriedade, matam o gado, queimam as casas e isso não é crime?", questionou. "Os indígenas não têm culpa. A culpa é da lei, mas não devem ser permitidas agressões de quem quer que seja", complementou.

Para Onevan, é preciso agilizar uma solução definitiva. "O Judiciário é muito lento e hoje a lei não garante nada, porque quem tem a terra invadida é preso e com quem invade não acontece nada", disse. Segundo ele, o clima de tensão entre produtores e indígenas continua a preocupar. "O jeito como as coisas vêm sendo encaminhadas é prejudicial a todos; a Justiça tem falhado e não sabemos onde isso vai parar", alertou. Mara Caseiro repudiou a prisão dos produtores rurais e disse que não foi respeitado o princípio da presunção da inocência (ou princípio da não-culpabilidade, segundo parte da doutrina jurídica). "O que ocorre é que uma prisão sem provas é uma grande injustiça".

Precisamos levar em consideração que deputados são representantes da população brasileira na esfera do poder Legislativo. Devido a isto, eles podem e devem ser considerados influenciadores de opiniões, isto faz com que suas falas não sejam simplesmente "opiniões soltas", mas o que dizem pode sim causar impacto na percepção e na opinião pública, não só dos seus eleitores e apoiadores, mas das pessoas em geral.

3.2 – Comentários

Este tópico tem como principal objetivo investigar como a população se manifesta nas redes sociais e nos jornais *online* que abrem espaço para comentários dos leitores das notícias. Os comentários em tais meios de comunicação são frutos da internet, são uma nova versão das cartas enviadas para jornais impressos, rádios e canais de televisão outrora. O grande diferencial destes comentários é a interatividade. Os comentaristas podem interagir não só com o jornal, mas também com outros usuários que publicam comentários ou os respondem, algo que não havia nos outros meios de comunicação.

Em comemoração ao dia nacional do índio (19/04) neste ano (2017), o jornal *online* de âmbito nacional, UOL, publicou uma reportagem focada nas opiniões de lideranças indígenas sobre a história dos seus povos, assim como suas análises da atualidade e perspectivas para o futuro destas populações.

Nos comentários da reportagem podemos encontrar novamente as chacotas com as populações indígenas, preconceito e racismo explícitos, assim como mais uma vez, “piadas” com estas culturas. Também podemos perceber que mais uma vez os comentaristas se escondem em perfis *fakes*, ou ao menos perfis que dificultem uma fácil identificação de quem produz tais falas. Em nenhum dos casos há uma foto real do usuário ou mesmo seu nome, são sempre nomes criados para serem usados nos meios *online*. São encontrados novamente os julgamentos da cultura alheia, assim como a justificativa do porquê dos povos indígenas enfrentarem as más situações em que se encontram, justificativas como “preguiça” e “não são índios de verdade”, ou seja, são discursos que tendem a se repetir.

Analisando os comentários “em defesa” dos povos indígenas, estes também estão protegidos por um anonimato permitido pelo site em questão, os dois casos analisados são dos usuários “freiphillip” e “Carlos 1987”, como aqueles analisados anteriormente, estes também não possuem foto do comentarista ou nome que facilite sua identificação, para algum possível processo judicial. A fala de “Carlos 1987” aparece no topo dos comentários do site, o que indica que foi uma das mais curtidas e acessadas. O usuário se declara descendente dos povos indígenas, que em sua fala alega que seus ancestrais tiveram suas terras usurpadas pelos europeus que chegaram nas Américas. O

mesmo usuário responde a um comentário que recebeu três *likes* e afirma que os indígenas não trabalham. Sua resposta não obteve nenhum *like* até o momento do *print*.

Figura 18 – Comentários do UOL sobre Dia do Índio:

The image shows a screenshot of a social media comment thread on UOL. It features five comments from different users, each with a profile picture, name, timestamp, text, and interaction buttons (Respond, Like, View Responses, Denunciar).

- giba san** (5 horas atrás): "Eles mesmo vendem madeira, e agora faz graça!!!" (6 likes)
- freiphillip** (1 hora atrás): "Você conhece a Legislação sobre o tema de que falou? Você já comprou madeira dos Índios?" (0 likes)
- Carlos 1987** (5 horas atrás): "Todo respeito aos meus ancestrais que seus direitos sejam garantidos e respeitados sao os vdd donos das terras diferente do invasor europeu que em 1500 roubou escravizou e usurpou as terras dos nativos" (4 likes)
- azroberto** (4 horas atrás): "O QUE ELES QUEREM, EU NÃO SEI, MAS O QUE ELES NÃO QUEREM, É TRABALHAR!!!" (3 likes)
- Carlos 1987** (3 horas atrás): "Eles vivem assim a milhares de anos ai quando chegou o invasor europeu massacrou roubou e trouxe doenças e o direito deles viven muito bem quando tinham suaa terras foram masacrados por invasores ditadura militar e hj por grileiros e fazendeiros entao antes de vin com discurso pronto que visa atacar os nativos seus costumes e cultura vai pesquisar" (0 likes)

Fonte: UOL em 19/04/2018

Em comentários publicados nas notícias, pode-se perceber que significativa parte dos internautas que publicam suas opiniões nos jornais, acreditam que os indígenas não são dignos de ficar com as terras, porque não seriam dignos delas, pois

não a usariam para fins exclusivamente econômicos, como analisei em outros artigos que escrevi durante a dissertação. (LANDA, 2017).

Analisando os comentários publicados nos jornais pelos internautas, é possível perceber que não é apenas posicionamento de parlamentar ou dos jornais, parte da população também acredita que os indígenas estão errados em reivindicar seus direitos tradicionais, segundo tal pensamento, quando os indígenas lutam pela regulamentação de suas áreas tradicionais, estariam simplesmente confrontando o sistema e agindo como criminosos. Ao comentar nas notícias, os internautas tendem a se posicionar totalmente contra os povos indígenas, mas não apenas isso, também argumentam que estes passam por tais dificuldades por vontade própria, que merecem tal fato, pois são considerados como atrasadores do progresso econômico da região. Em artigo anterior LANDA (2017), verifiquei que os internautas ao realizarem os comentários em sites de notícias, tendem a afirmar suas falas apenas quando se sentem protegidos por um certo nível de anonimato. Por isso, tendem a comentar logando no site, e não através de redes sociais, que também é uma ferramenta disponibilizada pelos jornais, visto que isto facilitaria a identificação da pessoa para caso de confronto, seja nos próprios comentários, enfrentando a postagem ou através de processo judicial (LANDA, 2017, p. 12).

Como podemos perceber na imagem a seguir, a ausência de empatia pelas reivindicações dos indígenas de Dourados em relação à falta de água potável na aldeia, ao invés de se tornar caso de comoção ou indignação em sites de notícias, tornou-se motivo de piada, como abordado anteriormente, há quem justifique tal sofrimento, alegando que eles (os indígenas) estão nessa situação por vontade própria, comodidade ou preguiça.

Figura 19 – Comentários no Caarapó News sobre manifestações dos indígenas:



Fonte: Caarapó News em 12/03/2017

Já no seguinte caso, os comentaristas se escondem sob o escudo da “piada” e do “humor” para justificarem suas falas racistas. Em um dos relatos há inclusive desmerecimento e preconceito com religiões dos povos indígenas. Novamente há o argumento de que tais populações seriam preguiçosas, usam de argumentos pejorativos e buscam justificar o porquê destes passarem fome e sofrerem descaso por parte dos órgãos oficiais e do Estado brasileiro.

Figura 20 - Comentários da notícia publicada pelo portal online do jornal G1 MS em 25/07/2016:



The image shows a screenshot of a news article header and three comments. The header is a dark red bar with a white 'MENU' icon and the 'G1' logo on the left, and the text 'MATO GROSSO DO SUL' and a 'W/MORENA' logo on the right. Below the header, there are three comments, each with a grey silhouette profile picture, a name, a timestamp 'HÁ 8 MESES', a comment text, and social media sharing icons (thumbs up, speech bubble, Facebook, Twitter, and Google+). The first comment is from Paulo Filho with 3 likes and 1 reply. The second is from I Amorim with 10 likes and 1 reply. The third is from Amaral Silva with 12 likes and 1 reply.

MENU G1 MATO GROSSO DO SUL W/MORENA

Paulo Filho
HÁ 8 MESES
Pq não fazem a dança da chuva??
3 1 • f t g+

I Amorim
HÁ 8 MESES
tem que dar serviço p/ os indiginas
10 1 • f t g+

Amaral Silva
HÁ 8 MESES
o único problema é que não querem trabalhar, a grande maioria não(podem me criticar mas moro na região e conheço a realidade, fala diferente quem acha que índio anda de cocar na cabeça e brincando de roda, são em sua maioria bebados, desocupados, estupradores dos próprios filhos e dependentes de bolsas do governo) sei doque estou falando.
12 1

Fonte: G1 MS em 18/03/2017

É importante se atentar às curtidas existentes em tais comentários, o que indica que mais pessoas compartilham de tais pensamentos, mesmo existindo *deslikes* na imagem em questão, o número de curtidas é muito maior em todos os casos apresentados.

Percebi uma significativa diferença entre o teor de comentários feitos em sites em que era necessário uma identificação, como *Facebook*, daqueles em que não se exige uma identificação clara da pessoa que realiza o comentário. Quando se pode realizar o comentário sem ter sua foto divulgada ou sem um fácil acesso à pessoa, como em sites que *linkam* redes sociais como *Facebook*, os comentários tendem a ser muito mais agressivos, explícitos, carregados de ódio ou preconceito, mas quando a pessoa é facilmente identificada, tende a realizar comentários mais amenos.

Pode-se perceber uma semelhança com os casos registrados por Martins (1995). Ao pesquisar sobre os linchamentos existentes em São Paulo, o autor percebeu que as

peças que cometiam tais crimes, o faziam, pois sentiam segurança na impunidade, pois sabiam que não seriam denunciados pelas testemunhas e que a perícia policial possuiria enormes dificuldades em conseguir provas significativas para identificar cada um dos autores. Nos meios digitais, é perceptível uma semelhança, já que ao realizar o comentário de forma que sua identificação seja mais complicada, a pessoa sente segurança, sabendo que dificilmente sofrerá represálias, como contra-ataques verbais em seu perfil pessoal ou processos judiciais, o que seria mais fácil de acontecer caso sua conta de *Facebook* fosse exposta no site. Tal certeza da “impunidade” incentiva a realização de comentários claramente ofensivos e preconceituosos em relação aos povos indígenas e suas demandas.

No próprio ato de linchar, no modo como se dão o ajuntamento dos linchadores e a formação da multidão, na sucessão dos momentos fragmentários a partir do instante em que se define um quadro de linchamento iminente até sua consumação, nos instrumentos e gestos empregados nos atos de justiça com as próprias mãos. Enfim, o instante do linchamento é em tudo igual nos diferentes tipos de grupos de ação e é em tudo igual ao modelo de comportamento irracional da massa, como explica o autor.

No caso brasileiro, em que predominam linchamentos nas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, a situação de anonimato é patente em muitas das ocorrências, embora não em todas. Dificilmente, no futuro, será possível realizar estudos detalhados de caso, como está se fazendo agora nos Estados Unidos. Mas, onde os linchamentos são praticados pela ação de grupos de vizinhança, seja no interior seja nas grandes capitais, o material disponível já indica que a própria polícia tem dificuldade para obter informações que lhe permitam caracterizar o crime e indiciar participantes. Muitas vezes, os moradores silenciam até mesmo sobre a identidade do linchado, embora saibam, evidentemente, a quem lincharam e o porquê. Mesmo tendo em conta que, no Brasil, uma significativa proporção de linchamentos é praticada por grupos de vizinhança, é preciso considerar, também, que ocorrem na maior parte em bairros de concentração de migrantes, marcados por grande mobilidade. Será difícil localizar os participantes no futuro, quando determinada distância no tempo facilitar o estudo retrospectivo das ocorrências (MARTINS, 1995, p. 302).

Busco então, comparar o linchamento e a ideia da impunidade com os comentários na internet, sendo estes talvez, uma forma de “linchamento virtual”. As pessoas que realizam os comentários acreditam que estarão impunes, pois segundo seus pensamentos, pensam como a maioria e aproveitam de sites que facilitam o anonimato para poderem expor suas opiniões acreditando que não serão encontradas e punidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, busquei apresentar diversos dados que pudessem introduzir o leitor no assunto que busco abordar, seja através de dados estatísticos coletados na Internet e nos jornais, sobre a relação dos povos indígenas com a justiça, e os números de casos existentes sobre ataques às populações indígenas no MS e no Brasil. A intenção foi apresentar um panorama geral que permitisse ao leitor se situar em relação ao desenvolvimento da pesquisa, o percurso por ela seguido e os resultados propostos.

No início desta pesquisa eu possuía outra ideia de como seria a realização do trabalho de campo e a escrita da dissertação. Inicialmente busquei analisar os jornais e as notícias através da perspectiva da representação, enquanto categoria analítica central, mas ao longo do desenvolvimento do trabalho, em conversas com meu orientador e membros da comissão de exame de qualificação, percebemos que este não seria o melhor modo de analisar e interpretar os casos, a representação poderia dar um sentido mais abrangente e menos preciso. Ao invés disso, decidimos que analisar a construção da imagem dos indígenas na imprensa seria mais adequado ao presente trabalho.

A dissertação está dividida em 3 capítulos. No capítulo 1 busquei esclarecer o contexto histórico do MS, situando os conflitos agrários, os fatores relevantes e a sucessão de fatos que produziram a situação encontrada atualmente, extremamente desfavorável aos indígenas. Acredito que a principal contribuição deste capítulo seja a possibilidade que com ele, temos de analisar a atual conjuntura do estado e sabendo o que já ocorreu até aqui e quais fatores devem ser levados em conta ao realizar uma análise sobre os povos indígenas no estado, assim como suas relações com o resto da população local. Sempre a partir do modo como essas questões se expressam na imprensa.

No capítulo 2, busquei apresentar minha experiência profissional na área do jornalismo em MS e como ela me deu a base para realizar a atual pesquisa. Foi também neste capítulo que expliquei a metodologia utilizada, através das análises dos jornais e o embasamento teórico de autores da Antropologia, Filosofia, Comunicação Social, entre outras áreas. A escolha dos jornais abordados foi uma grande questão, pois este é o meu campo, defini-lo não foi uma tarefa fácil, já que existem diversos jornais na região e casos emblemáticos, que individualmente, já poderiam gerar uma dissertação, mas neste caso, busquei apresentar apenas um panorama geral sobre as notícias divulgadas. Não

houve um caso X em que foquei, o foco do estudo foi perceber como diversos casos e situações são analisadas e divulgadas pela imprensa *online* no cone-sul do MS.

No capítulo 3 foi onde mais abordei o campo em si, a ênfase foi dada às publicações dos jornais *online* da região estudada e como são realizadas as construções das notícias, assim como os fatores que podem influenciar na abordagem do jornal. Também busquei analisar os comentários existentes nas notícias, pois através destes, podemos analisar como a população local percebe as populações indígenas, assim como as opiniões formadas. O foco nos comentários é algo até o momento pouco realizado, seja na antropologia, sociologia, estudos da mídia, entre outros. O principal diferencial é que neste estudo, podemos perceber não apenas o posicionamento do meio de comunicação analisado, mas também dos seus leitores, da população local, assim como podemos encontrar casos de discussões realizadas nestes comentários e com isto também se pode analisar quais argumentos são usadas para cada posicionamento, desta forma, é possível entender quais fatores a população leva em conta para se posicionar sobre determinado assunto.

Ao longo da pesquisa, encontrei dificuldade em delimitar o campo a ser analisado, pois neste caso, várias delimitações são possíveis, como tempo, local, acontecimentos específicos, focos aprofundados em um único conflito, etc. Junto com meu orientador e membros da banca de qualificação, concluímos que uma abordagem focada nos jornais mais acessados da região sul do MS durante os anos de 2015 e 2018 seria uma escolha mais apropriada, dada a ênfase proposta inicialmente, escolhendo e separando o material principalmente tomando como base a temática das notícias. Claro que isto não é uma conclusão fechada. Mais de uma vez cito jornais, revistas e dados de fontes que nem mesmo são do MS ou da região sul do estado, pois em tais casos, os dados em questão são totalmente cabíveis para o desenvolver do projeto. No entanto, a grande maioria dos casos analisados, entram nesta delimitação citada anteriormente, mas nada impedindo que dados de outros locais ou mesmo mais antigos, não pudessem ser úteis para abordar os problemas aqui apontados.

A população brasileira, seja em âmbito nacional, estadual ou local, tende a se posicionar contra os indígenas e suas reivindicações, nos comentários publicados em redes sociais e jornais *online*. Em tais falas, falas racistas e preconceituosas são disfarçadas ou camufladas com “humor” e sarcasmo, os usuários que publicam tais falas, o fazem, por se sentirem seguros e acreditarem que sairão impunes, já que se sentem seguros

escondidos em perfis *fakes*, assim como acreditam que a internet seja uma “terra sem lei”. O estado de MS aparece em estudo realizado pela pesquisadora Marta Azevedo do Núcleo de Estudos da População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) como o estado mais preconceituoso do Brasil. Tudo indica que esse preconceito tende a aumentar nas regiões do interior mais próxima aos conflitos entre índios e fazendeiros, como é o caso do cone sul do estado do MS.

Os jornais tendem a se posicionar em favor do capital e do agronegócio, deixando claro seu posicionamento contra as reivindicações dos povos indígenas. Podemos perceber isto na abordagem das notícias ou simplesmente na forma com que os textos jornalísticos são elaborados e pautados. Isto pode ser percebido inclusive nos entrevistados ou naqueles chamados para falar e exporem “seu lado”. Deputados ruralistas são tratados nos textos como “pessoas do povo”, atingidas pelos protestos e manifestações dos povos indígenas.

Acredito que os jornais poderiam modificar as percepções obtidas ao longo da pesquisa, com soluções pouco complexas, mas que poderiam se mostrar eficazes. A meu ver, se dessem uma voz aos indígenas, buscando não apenas ouvir o ponto de vista das populações indígenas, mas pautando notícias também segundo esta ótica, já poderia fazer uma grande diferença, poderia auxiliar para que os leitores dos jornais entendessem como os povos indígenas se posicionam sobre tais conflitos, quais suas buscas, reivindicações e percepções da realidade. Não apenas dando a eles uma pequena fala no final das notícias, como vem acontecendo, mas realmente realizar pautas jornalísticas que busquem explorar, assim como publicar notícias que possam esclarecer questões enfrentadas pelos indígenas. Soluções simples, que acredito, poderiam trazer resultados significativos, pois mostrariam o ponto de vista daqueles que constantemente são silenciados, assim como informariam àqueles que não possuem conhecimento sobre tais populações, sobre as perspectivas do outro.

Ao longo da elaboração da dissertação, principalmente no capítulo 3, acredito ter ficado evidente que tanto a imprensa *online* local, como a população, tem posicionamentos contra os povos indígenas, menosprezando suas buscas e reivindicações, buscando justificativas para o porquê de os indígenas serem menosprezados pela sociedade, mas justificativas que tiram a culpa do branco, alegando, por exemplo, falas racistas e mitos do senso comum, como “indígenas são

todos preguiçosos e alcoólatras”. A mídia tende a se posicionar alegando que as manifestações organizadas pelos indígenas não são realmente importantes e que na verdade estão atrapalhando o *status quo* local, perturbando a paz, fechando trânsito e impedindo pessoas de trabalhar, etc.

Ao longo deste trabalho, tangenciei hipóteses sobre os fatores que podem incentivar ou influenciar a maneira como a imprensa *online* local aborda os conflitos existentes entre produtores rurais e os povos indígenas, não consegui elaborar uma conclusão definitiva que esgotasse todas as implicações que estão na origem destas abordagens preconceituosas em relação aos índios. Espero que este trabalho possa auxiliar outros que busquem estudar o tema futuramente, auxiliando-os a encontrarem outras possibilidades de análises. Ao perceber que não conseguiria esgotar origem das abordagens, ao longo desta dissertação foquei esforços em analisar tais abordagens, seus desdobramentos e posicionamentos dos jornais, de seus leitores e da sociedade local.

Acredito que o diferencial deste trabalho é poder inspirar outros que visem estudar temas semelhantes, seja na antropologia, sociologia, estudos da comunicação, entre outros, seja a análise dos comentários presentes nos portais de notícias. Ao analisar os comentários, podemos entender diversos fatores, como a falta de percepção ou despreparo do jornal, que libera comentários de cunho racista, também podemos perceber o pensamento da população local sobre os povos indígenas, ou outros grupos, dependendo das análises, assim como analisar quais são os argumentos utilizados, contra ou a favor de alguma causa, percebendo os posicionamentos e os embasamentos dos grupos para tal. De todo modo, acredito que a dissertação permitiu conhecer melhor a construção da imagem nos indígenas nos jornais *online* dos municípios do sul do MS.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Rafael Rondis Nunes de. **A temática indígena no jornal O Progresso: Dilemas e impasses entre direitos indígenas, Estado e sociedade civil.** 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

AGUILERA URQUIZA, A. H.; NASCIMENTO, A. C. Povos indígenas e as questões da territorialidade. In: AGUILERA URQUIZA, A. H. (Org.). **Culturas e história dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013. p. 53-71.

ALMEIDA, Rubem Tomaz de Almeida. **Relatório de visita ao acampamento de Porto Cambira, Dourados (MS), onde estão grupos macro familiares Guarani-Kaiowa que reivindicam antigo tekoha denominado Passo Piraju.** Encaminhado Para o Ministério Público Federal de Dourados em 2004.

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital de terceira geração.** Labcom – Universidade da Beira Interior, 2007.

BENETTI, Marcia. **A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*.** Líbero, Ano X, n.20, dz. 2007, p.35-46.

BRAGA. Claudomilson; CAMPOS, Pedro Humberto. **Representações sociais, comunicação e identidade: o indígena na mídia impressa.** Revista Comunicação & Informação, v. 16, n. 2, p. 107-122, jul./dez. 2013.

BRAND, Antônio J. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os kaiowá e Guarani no MS. **Tellus**, ano 4. N. 6, Campo Grande, 2004. P 137 – 150.

BRAND, Antonio. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra.** Tese de doutorado, História da PUC/RS,1997.

BONIN, Iara Tatiana; RIPOLL, Daniela. **“Um olhar que aprisiona o outro...”: Os povos indígenas em revista, 20 anos depois.** In: Estudos Culturais & Educação: contingências, articulações, aventuras, dispersões. KIRCHOF, Edgar Roberto. WORTMANN, Maria Lúcia. COSTA, Marisa Vorraber. (org). Canoas, RS. Editora da ULBRA. 2015.

BUTLER Judith. **Quadros de Guerra.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2ª ed. 2016.

CAPELATO PRADO, Maria L. **O Bravo Matutino.** São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980.

- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à História**. 5º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 2009. **Cultura com Aspas**. São Paulo, Cosac-Naify.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela e CESARINO, Pedro. 2014. **Políticas Culturais e Povos Indígenas**. São Paulo, Cultura Acadêmica
- CASSIANO, Adriele Machado. **Ativismo a partir das redes sociais** . São Paulo, 2011. Disponível no seguinte endereço eletrônico <http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/blacc/article/viewFile/426/373>. Acesso em 9 de outubro de 2013.
- CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- COLI, Jorge. Materialidade e imaterialidade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, p. 67-78, 2010.
- COSTA, Helouise. **Um olhar que aprisiona outro: o retrato do índio e o papel do fotojornalismo na revista O Cruzeiro**. Imagens, Campinas, n. 2 , p. 82-91, 1994.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Políticas Culturais e Povos Indígenas**. Editora Unesp. São Paulo. 2016.
- DEOLINDO, Jacqueline. **Fronteiras jornalísticas: do silêncio à alteridade**. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/ Intercom, Manaus, 2013.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARRI, Félix. Introdução: Rizoma. In: **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia vol.1**. Editora 34. São Paulo, 1995.
- EDWARDS, E. & HART, J. **Photographs, Objects, Histories: on the materiality of images**. Londres: Routledge. 2004.
- FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo, Martins Fontes, 2002 [1ª ed. 1966]. 8ª ed.
- FOUCAULT, Michel, **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel, **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Editora Paz e Terra, 2ª ed. Rio de Janeiro, 2015.

GOLDMAN, Marcio. **Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica.** Etnográfica, Vol. X (1), 2006.

GRADIM, Anabela. **Manual do Jornalismo.** Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal 2000.

HARRIS, Stuart. **Cyberlive.** São Paulo: Berkeley Brasil, 1995.

IJUIM, J. K. ; AGUILERA URQUIZA, A. H. ; URQUIZA, M. G. . Imprensa, indígenas versus produtores rurais: As tensões entre o modelo desenvolvimentista e o bom viver (tekove porã). **REVISTA EXTRAPRENSA**, v. 09, p. 53-70, 2016.

LANDA, B. dos S. **Os Ñandeva/Guarani e o uso do espaço na Terra Indígena Porto Lindo, município de Japorã/MS.** 2005. 391 f. Tese (Doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LANDA, Gabriel dos Santos. O jornalismo online em Dourados – MS, origem e atualidade. **Anais evento Alcar - 3º Encontro Centro-Oeste História da Mídia. Campo Grande.** 2016.

LANDA, Gabriel dos Santos. Os conflitos indígenas e sua representação através das fotografias nos jornais online de MS. **Anais I Seminário Internacional Etnologia Guarani: diálogos e contribuições. Dourados.** 2016.

LANDA, Gabriel dos Santos. A abordagem das manifestações sociais dos indígenas da reserva de Dourados, pela imprensa online de Dourados. **Anais VI Reunião de Antropologia de Mato Grosso do Sul. Dourados.** 2017.

LANDA, Gabriel dos Santos. A abordagem da imprensa *online* nas manifestações indígenas e os comentários dos internautas sobre o assunto. **Anais IV CIAEE - Congresso Iberoamericano de Arqueologia, Etnologia e Etno-história.** 2017.

LAPLANTINE, F. **Antropologia de representações da doença:** Sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea reexaminadas à luz de uma experiência brasileira. In. JODELET, D. (Org.). *As representações sociais.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. P.241

LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. **A imagem do índio: discursos e representações.** Dourados: Editora UFGD, 2012.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade.** São Paulo, Editora UNESP, 2006.

LUTTI, Aline Castilho Crespe. **Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados - MS: (1990-2009).** Dissertação (Mestrado em História).

Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados. 2009

MACIEL, N. A. **História dos Kaiowa da aldeia Panambizinho**: da década de 1920 aos dias atuais. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – *campus* de Dourados, Dourados, 2005.

MALDONADO, Caroline Herminio. **O conflito entre os Guarani e Kaiowá e produtores rurais em MS**: análise discursiva na mídia online. Campo Grande. UFMS, 2014

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTINS, José de Souza. **As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil**. São Paulo: Estudos Avançados. 1995.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista – o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1995.

MEDINA, Cremilda. **Notícia**: Um produto à venda. São Paulo: Summus, 1978.

MINARDI, Deborah. **Mídia e Representações Sociais Indígenas**: Caso do ataque ao acampamento Guarani Kaiowá. Disponível em:

<http://www.unicentro.br/redemc/2012/artigos/30.pdf>

MONTEIRO, Everson Umada. **Os Cibermeios E A Representação Dos Povos Indígenas Kaiowá E Guarani Em Mato Grosso Do Sul**: Estudo De Caso Da Retomada Do Território Indígena *Yvy Kat*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2017

MOTA, J. G. B.; PEREIRA, L. M. O movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul: atuação do estado, impasses e dilemas para demarcação de terras indígenas. **Boletim DATALUTA**, v. 58, p. 1-15, out. 2012.

PEREIRA, Levi M. Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá Atuais. **Suplemento Antropológico**, Asunción, v. XLII, p. 121-154, 2007.

PEREIRA, Levi M. Demarcação de terras kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. **Tellus**, N 10, n. 18, p. 115-137. 2010.

PEREIRA, Levi M. **Parentesco e organização social Kaiowá**. 2009. 251 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo. Editora Contexto, 2009.

RAPOSO, Maurício. **Enquadramentos Jornalísticos dos conflitos entre indígenas e produtores rurais em Mato Grosso do Sul**: Discursos identitários como quadros de referência primários. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2018

SILVA, Lélío Loureiro da. **As representações dos Kaiowá-Ñandeva no jornal O Progresso na década de 80**. Dissertação pelo programa de pós-graduação em História, pela Universidade Federal da Grande Dourados. 2007.

VIUDES, Priscila. **Índios nas páginas d'O progresso**: representações da desnutrição infantil no jornal. PPGH/UFGD, Dourados, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2015. **Metafísicas Canibais**. São Paulo: Cosac Naify.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. **O Conceito de Sociedade em Antropologia**. A Inconstância da Alma Selvagem. São Paulo: Cosac Naify

WAGNER, Roy. 2010. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify.

WOLF, Mauro. 2003. **Teorias da Comunicação de Massa**. São Paulo: Martins Fontes.

NOTÍCIAS CONSULTADAS:

Comentários no site do G1/MS em matéria publicada em 25/07/2016

VEJA. **Manchete de capa**. Editora Abril. 1999

Luana Silva e Benedicto Neto: "O direito penal e o ódio étnico". Jornal online Correio do Estado. Por Luana Silva e Benedicto Neto. 24/08/2016. Disponível em <http://www.correiodoestado.com.br/opiniaio/luana-silva-e-benedicto-neto-o-direito-penal-e-o-odio-etnico/285195/>

Operação mobiliza 200 homens em MS e apreende duas armas de brinquedo. Jornal Online Douradosnews. Sem assinatura. 24/04/2017. Disponível em: <http://www.douradosnews.com.br/policia/operacao-mobiliza-200-policiais-e-apreende-duas-armas-de-brinquedo/1000448/>

Operação de guerra é mobilizada no MS, destrói acampamento Guarani Kaiowá e apreende duas armas de brinquedo. Site CIMI. Sem assinatura. 26/04/017. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=9239>

Em protesto por demarcação, indígenas bloqueiam trecho da BR-262. Jornal Online Caarapó News. Retirado do site Campo Grande News. 15/08/2017. Disponível em: <http://www.caaraponeews.com.br/noticia/85319/em-protesto-por-demarcacao-indigenas-bloqueiam-trecho-da-br-262>

Armados com facões, cerca de 15 indígenas ameaçam fazendeiro de morte. Jornal Online Caarapó News. Sem assinatura. 01/08/017. Disponível em: <http://www.caaraponeews.com.br/noticia/84942/armados-com-faco-es-cerca-de-15-indigenas-ameacam-fazendeiro-de-morte>

Questão indígena domina avaliação da ONU sobre direitos humanos no Brasil. Jornal Online Caarapó News. Retirado do site Correio do Estado/Folhapress. 06/05/2017. Disponível em: <http://www.caaraponeews.com.br/noticia/82460/questao-indigena-domina-avaliacao-da-onu-sobre-direitos-humanos-no-brasil>

Violência marca confronto entre índios e sitiantes na ‘retomada’ de área Yvu Vera. Jornal Online Caarapó News. Retirado do site Midiamax. 24/07/017. Disponível em: <http://www.caaraponeews.com.br/noticia/84710/violencia-marca-confronto-entre-indios-e-sitiantes-na-%E2%80%98retomada%E2%80%9D-de-area-yvu-vera>

MPF, PF e Funai seguem para área de novo conflito, 3 teriam sido baleados. Jornal Online Midiamax. Danielle Valentim e Andre Bento. 12/07/2016. Disponível em: <http://www.midiamax.com.br/cotidiano/mpf-pf-funai-seguem-area-novo-ataque-tres-foram-baleados-307778>

Protesto de índios bloqueia três trechos da BR-163; um deles em Caarapó. Jornal Online Caarapó News. Retirado do site Dourados News. 16/08/2017. Disponível em: <http://www.caaraponews.com.br/noticia/85356/protesto-de-indios-bloqueia-tres-trechos-da-br-163-um-deles-em-caarapo>

Presos produtores rurais suspeitos de envolvimento no 'massacre' em Caarapó. Jornal Online Dourados Agora. Sem assinatura. 18/08/2016. Disponível em: <http://www.douradosagora.com.br/noticias/policial/produtores-rurais-sao-presos-por-envolvimento-em-massacre-em-caarapo>

Lágrimas, revolta e mortes marcam a luta dos guarani-kaiowá pela terra. Jornal Online Campo Grande News. Hélio de Freitas. 15/06/2016. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/lagrimas-revolta-e-mortes-marcam-a-luta-dos-guarani-kaiowa-pela-terra>

Operação apreende armas de brinquedo e capsulas deflagradas: Jornal Online Dourados Agora. Sem assinatura. 25/04/2017. Disponível em: www.douradosagora.com.br/operacao-apreende-armas-de-brinquedo-e-capsulas-deflagradas

A Crise revela mais oportunidades para o agronegócio: Jornal Online Canal Rural. José Luiz Tejon Megido. 07/07/2017. Disponível em: <http://blogs.canalrural.com.br/agrosuperacao/2017/07/07/a-crise-revela-mais-oportunidades-para-o-agronegocio/>

Agronegócio espanta a crise e gera empregos no interior: Jornal Online Globo Rural. Sem assinatura. 28/02/2017. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2017/02/agronegocio-espanta-crise-e-gera-empregos-no-interior.html>

Entenda a crise Econômica: Agência Brasil. Giselle Garcia. 15/05/2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/entenda-crise-economica>

Índigena morre após a chegada de produtores rurais em Antônio João: Jornal Online Dourados Agora. Sem assinatura. 30/08/2015. Disponível em: <http://www.douradosagora.com.br/cidades/indigena-morre-apos-chegada-de-produtores-rurais-em-antonio-joao>

Circulação dos grandes jornais cai em 2016: Meio & Mensagem. Bárbara Sacchitiello. 20/02/2017.

<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2017/02/20/circulacao-media-dos-grandes-jornais-cai-em-2016.html>

Jornais e revistas têm a maior queda de vendas da história em 2016: Metropoles. Luiz Prisco. 14/02/2017. <https://www.metropoles.com/entretenimento/literatura/jornais-e-revistas-tem-a-maior-queda-de-vendas-da-historia-em-2016>

Folha digital tem acesso maior que o impresso: Associação brasileira de Imprensa. Sem assinatura. 30/09/2016. <http://www.abi.org.br/folha-tem-circulacao-digital-maior-do-que-a-impressa/>

Segundo o MPF, indígenas de Dourados são tratados com indiferença pelo poder Público: Jornal Online O Progresso. Vinícios Araújo. 10/01/2018. <http://www.progresso.com.br/caderno-a/segundo-o-mpf-indigenas-de-dourados-sao-tratados-com-indiferenca-pelo-poder-publico#.WlaYUeir0eA.whatsapp>

Reserva de Dourados tem maior taxa de suicídio do país: Jornal online Dourados News. Sem assinatura. 09/01/2018. <http://www.douradosnews.com.br/dourados/reserva-de-dourados-tem-maior-taxa-de-suicidios-do-pais/1073011/>

Reserva de Dourados tem maior taxa de suicídio do país: Jornal Online o Progresso. Sem assinatura. 09/01/2018. <http://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/reserva-indigena-de-dourados-tem-maior-taxa-de-suicidios-do-pais>

Índice de violência em reserva indígena no MS motiva ação civil pública: Site do MPF/MS. Sem assinatura. 09/01/2018. <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/reserva-de-dourados-tem-maior-taxa-de-suicidios-do-pais-mas-governos-sao-omissos>

Combate ao suicídio indígena depende de políticas de prevenção da vida e da cultura dos povos. Entrevista especial com Lucia Helena Rangel: Site do IHU. Unisinos. Patricia Fachin. 16/01/2018. <http://www.ihu.unisinos.br/575226-combate-ao-suicidio-indigena-depende-de-politicas-de-prevencao-da-vida-e-da-cultura-dos-povos-entrevista-especial-com-lucia-helena-rangel>

Na via do meio: Site do IHU. Unisinos. Sem assinatura. 10/01/2018.

<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/575084-na-via-do-meio>

MASSACRE ANUNCIADO: Luto e sangue na Terra Indígena Guarani Kaiowá.

Site Jornalistas Livres. Raquel Wandelli. 14/01/2018.

<https://jornalistaslivres.org/massacre-anunciado-luto-e-sangue-na-terra-indigena-guarani-kaiowa/>

Por que o debate do marco temporal é tão importante para os indígenas: Site da

Carta Capital. Beatriz Drague Ramos e José Antonio Lima. 16/08/2017.

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/por-que-debate-do-marco-temporal-e-tao-importante-para-os-indigenas>

Questão indígena domina avaliação da ONU sobre direitos humanos no Brasil:

Correio do Estado/ Folhapress. Sem assinatura. 05/05/2017.

<https://www.correiodoestado.com.br/brasil-mundo/questao-indigena-domina-avaliacao-da-onu-sobre-direitos-humanos-no/303376/>

Comentários de: **Ministro diz para índios que 'terra não enche barriga' e causa**

indignação: Caarapó News. Sem assinatura. 12/03/2017.

<http://www.caarapónews.com.br/noticia/80965/ministro-diz-para-indios-que-terra-nao-enche-barriga-e-causa-indignacao>

Invasão cresce e pelo menos uma família indígena migra por dia para Perimetral.

Dourados News. Sem assinatura. 16/03/2016.

<http://www.douradosnews.com.br/dourados/invasao-cresce-e-pelo-menos-uma-familia-indigena-de-outra-cidade-migra/836367/>

Após despejo, índios refazem acampamentos às margens de rodovia. Dourados

News. André Bento. 06/07/2016. [http://www.midiamax.com.br/cotidiano/despejo-](http://www.midiamax.com.br/cotidiano/despejo-indios-refazem-acampamentos-margens-rodovia-307132)

[indios-refazem-acampamentos-margens-rodovia-307132](http://www.midiamax.com.br/cotidiano/despejo-indios-refazem-acampamentos-margens-rodovia-307132)

Defesa de produtores rurais diz que prisão é desnecessária e irá pedir revogação.

Correio do Estado. Glauceca Vaccari. 18/08/2016.

<https://www.correiadoestado.com.br/cidades/defesa-de-produtores-rurais-diz-que-prisao-e-desnecessario-e-ira-pedir/284844/>

Presos produtores rurais suspeitos de envolvimento no 'massacre' em Caarapó. Dourados Agora. Sem assinatura. 18/08/2016. <http://www.douradosagora.com.br/noticias/policial/produtores-rurais-sao-presos-por-envolvimento-em-massacre-em-caarapo>

Deputada diz que produtores rurais foram presos sem provas em Caarapó.

Caarapó News. Sem assinatura. 24/08/2016.

<http://www.caaraponews.com.br/noticia/75561/deputada-diz-que-produtores-rurais-foram-presos-sem-provas-em-caarapo>

Deputados cobram ação e 'ponto final' em conflitos no campo em MS. Midiamax. Sem assinatura. 23/08/2016. <http://www.midiamax.com.br/politica/deputados-cobram-acao-ponto-final-conflitos-campo-ms-312984>

Advogado é condenado a dois anos de prisão por racismo ao escrever que índios são malandros e vadios. Site da Jusbrasil e AMP-MG. Sem assinatura. Sem data definida. <https://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/2776289/advogado-e-condenado-a-dois-anos-de-prisao-por-racismo-ao-escrever-que-indios-sao-malandros-e-vadios>

Um duro Golpe no racismo. Dourados News. Vitor Ferri Mauro. 14/07/2011. <http://www.douradosnews.com.br/especiais/um-duro-golpe-no-racismo-por-vitor-ferri-mauro/22235/>

Índios rejeitam acordo e Polícia Federal prepara despejo forçado em Caarapó. MS News. Sem assinatura. 06/04/2018. <http://www.msnews.com.br/noticia/63233/indios-rejeitam-acordo-e-policia-federal-prepara-despejo-forcado-em-caarapo>

STF defere recurso da Funai e suspende reintegração em área indígena. Correio do Estado. Sem assinatura. 09/04/2018. <https://m.correiadoestado.com.br/cidades/stf-defere-recurso-da-funai-e-suspende-reintegracao-em-area-indigena/325382/>

Após tentativa de invadir 18ª propriedade, índios bloqueiam rodovia em Caarapó. Caarapó News. Sem assinatura. 31/07/2017. <http://www.caaraponews.com.br/m/noticia/84911/forca-nacional-e-pm-atuam-em-negociacao-e-evitam-conflito-entre-indigenas-e-produtores>

O que querem e como pensam as lideranças indígenas de ontem, hoje e amanhã...

.UOL. Marina Amaral e Sofia Amaral Da Agência Pública. 17/04/2018.

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/04/17/o-que-querem-e-como-pensam-as-liderancas-indigenas-de-ontem-hoje-e-amanha.htm>

Justiça entende que fazendeiro não teve intenção de matar adolescente indígena.

Correio do Estado. Sem assinatura. 16/04/2018.

<https://www.correiodoestado.com.br/cidades/justica-entende-que-fazendeiro-nao-teve-intencao-de-matar-indigena/325898/>

Índios guaranis vivem situação de extermínio silencioso. Entrevista com Marta

Azevedo. EcoDebate. Sem Assinatura. 07/04/2010.

<https://www.ecodebate.com.br/2010/04/07/indios-guaranis-vivem-situacao-de-extermínio-silencioso-entrevista-com-marta-azevedo/>

Fontes Diversas:

OS OUTROS CARAS. Direção: Adam McKay. Sony Pictures. Estados Unidos da América. 2010. Título original: The Other Guys.

Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas. UNIC. Rio de Janeiro. 2008. http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf

ANEXOS

I – Mobilização de mais de 200 policiais busca drogas e encontra armas de brinquedo

The screenshot shows a web browser displaying a news article from Dourados News. The article is dated 25/04/2017 11h54 and is titled "Operação mobiliza 200 policiais e apreende duas armas de brinquedo". The author is Isadora Spadoni. The article text states that two toy weapons and ammunition were found during a large-scale operation involving 200 police officers in Caarapó. The operation took place on the fazendas Novilho 1 and 2, and Gauchinha. The police found 14 toy weapons, ammunition, and vehicles that had been stolen during the occupation of indigenous lands. The article includes a photo of a police vehicle and a social media sharing bar with 96 likes and 96 tweets. On the right side of the page, there are several advertisements, including "VESTIBULAR DE INVERNO 2017" for UNCRAN, "CASAS BAHIA" with the slogan "Vem, aqui você se sente em casa.", and "CORPAL" real estate services.

II – ONU se preocupa sobre questão indígena no Brasil

The screenshot shows a web browser displaying a news article from Caarapo News. The article is dated 06/05/2017 09:30 and is titled "Questão indígena domina avaliação da ONU sobre direitos humanos no Brasil". The article text states that the issue of indigenous rights dominated the evaluation of human rights in Brazil by the UN. The article mentions that 30 countries, including Germany, France, Australia, Austria, and Russia, made recommendations to Brazil to protect indigenous people from violence and promote land demarcation. The article also mentions that the UN recommends the rejection of a proposal that would transfer the prerogative of demarcating indigenous lands from the Executive to the Legislative. The article includes a photo of a conflict between indigenous people and a police officer in Caarapó. On the right side of the page, there are several advertisements, including "CONFIANÇA PINTURA AUTOMOTIVA" and "SEM TRAUMA E SEM DOR." by Cassaro.

III – Suicídio de indígenas

The screenshot shows a news website interface. At the top, there is a blue navigation bar with a 'MENU' icon, a logo for 'DOURADOS AGORA' featuring a globe, and a search bar with the placeholder text 'Digite e pressione enter...'. Below the navigation bar is a large advertisement for Continental tires, showing a car on a road and the text 'CONTINENTAL MOBILIDADE' and 'PLANTÃO DE VENDAS (67) 98447-3400'. The main content area has a breadcrumb trail: 'Início > Notícias > Dourados'. The article title is 'Reserva Indígena de Dourados tem maior taxa de suicídios do país', with a sub-headline '09/01/2018 17h05 - Por: MPF/MS'. Below the title is a large empty space with the text 'INSIRA O TEXTO DA MATERIA AQUI'. To the right of the article is a vertical advertisement for 'UNCRAN VESTIBULAR 2018' with the slogan 'UMA ESCOLHA MUDA SUA VIDA'. Below the article is a 'Comentários' section with the text 'Envie seu Comentário' and '0 comentários'. There is a dropdown menu for 'Classificar por' set to 'Mais antigos'. On the right side, there is a 'MATÉRIAS DA CAPA' section with a sub-heading 'POLÍTICA' and a snippet of text: 'Regulamentação do Uber mobilizou categorias e promoveu debates no...'. The bottom of the image shows a Windows taskbar with various application icons and a system tray on the right showing the date 'POR 2019'.

Índios e o retrocesso...

Isaac Duarte de Barros Junior*



Precisamos e urge repensarmos a nossa política indigenista no Brasil, principalmente depois que os eternos

cientistas burocratas da FUNAI começaram incentivar a perniciosa ocupação de terras produtivas sulmatogrossenses. Pois, pela vontade de alguns antropólogos lotados nessa Repartição Pública e de congressistas sem a mínima criatividade, milhares de acres fecundos podem retornar ao atraso das administrações indígenas. Se essa bobagem prosperar, com os frenéticos funcionários federais demarcando as cognominadas terras indígenas e se não for combatida essa iniciativa inócua pelas nossas autoridades na esfera federal; os índios tupinambás acabarão declarados donos do bairro carioca de copacabana e suas praias, enquanto que os índios aymorés serão os novos proprietários do vale do Anhangabaú paulista, enfim, o resto do nosso território nacio-

retirar imediatamente a tutela constitucional exercida comodamente sobre os costumes ultrapassados dos índios aculturados. Isto porque, todos os índios portadores de formação superior, automaticamente tornam-se plenamente capazes. Estes, com raras exceções, ao menor aceno político partidário, passam a praticar a política dos brancos estufando o peito, fazendo questão nos gestos, de gritarem a sua independência cultural. E já que neste país tudo se copia mesmo, não seria sem tempo se copiássemos a bem sucedida política indigenista mexicana, boliviana, paraguaia, norte-americana e de outras nações, onde os índios integram pacificamente a população na condição de cidadãos comuns. Submissos, portanto, nas obrigações legais.

Sendo descendente da família Tepes da Romênia, nem por isso, considero-me no direito legal de tornar-me um dos proprietários das terras prósperas na região da transilvânia e como advogado não me sinto no dever de pedir indenização por danos morais aos descendentes do escritor inglês Bram Stoker, pelo tudo que ele inventou a respeito dos meus familiares no seu romance.

posse de terras. A última guerra, motiva-se na disputa pelo território palestino, onde os árabes e os judeus não conseguem chegar a um acordo sobre quem seria o verdadeiro dono do território denominado como Israel pelas Nações Unidas, isto desde 1948. A razão dessa ingloria beligerância, possui como aspecto exteriorizado em todas as atitudes comportamentais : o pecúlio.

Enquanto que na “guerra” local dos nossos índios, eles lutam pela “sua” terra no solo que em realidade pertence a todos os trabalhadores rurais brasileiros. Esses agitadores índios, não é sem tempo, deveriam simplesmente ser tratados como cidadãos comuns. E nas nossas terras brasileira férteis, infelizmente isto não vem acontecendo, devido ao fato desses mesmos índios preferirem a confortável posição de viverem como tutelados em reservas indígenas, lugar onde na verdade podem permanecer praticando a vadiagem da caça e pesca, ou fazendo o que bem entendem com as riquezas naturais sem dar satisfações aos dirigentes máximos do país. Energicamente os ministros do Supremo Tribunal Federal, recentemente decidiram que

indígenas e se não for combatida essa iniciativa inócua pelas nossas autoridades na esfera federal; os índios tupinambás acabarão declarados donos do bairro carioca de copacabana e suas praias, enquanto que os índios aymorés serão os novos proprietários do vale do Anhangabaú paulista, enfim, o resto do nosso território nacional está correndo o risco de regredir e ser declarado uma terra de índios. O mais ridículo dessa retomada das terras, é o modus operandis que se faz de maneira truculenta e arbitrária. O princípio reintegratório da bugrada, fundamenta suas bases reintegratórias nas ossadas dos cemitérios supostamente de índios. Portanto, tornou-se o suficiente para se iniciar um processo de reintegração de posse indígena, os aludidos antropólogos encontrarem os restos mortais de algum bugre enterrado n'algum lugar. Acontecendo a exumação cadavérica, depois de periciada, imediatamente seus descendentes vivos se assenhoram das terras como verdadeiros vândalos, cobrando nelas os pedágios e matando passantes assim como faziam os ladrões assaltantes emboscados nas estradas do passado.

Diante do exposto, em nome da razão e dos avanços culturais modernos civilizados, os palacianos parlamentares brasileiros deveriam

considero-me no direito legal de tornar-me um dos proprietários das terras prósperas na região da transilvânia e como advogado não me sinto no dever de pedir indenização por danos morais aos descendentes do escritor inglês Bram Stoker, pelo tudo que ele inventou a respeito dos meus familiares no seu romance. Abordo esta secular revolta familiar, apenas para ilustrar e recomendar aos índios brasileiros, maior cautela nos pretensos direitos de propriedade. Afinal, os nossos ancestrais não nos tornaram eternos proprietários de qualquer coisa mundana, principalmente da terra. O que necessitamos, com maturidade responsável, é dar urgente finalidade social e produtiva a todos os quinhões brasileiros, inclusive aqueles ocupados por índios malandros e vadios, notadamente nas nossas fronteiras tupiniquins, onde a bugrada está exportando as madeiras nobres das nossas florestas e os produtos do subsolo, aquele mesmo que segundo a lei maior, pertence ao tesouro nacional. Todavia, essa briga pela posse da terra não é nova. Os bíblicos profetas Moisés, Abraão e seus descendentes foram nômades enquanto vivos e historicamente viveram no deserto. Entretanto, há séculos o islã beligerante guerreia geográfica e religiosamente pela

tutelados em reservas indígenas, lugar onde na verdade podem permanecer praticando a vadiagem da caça e pesca, ou fazendo o que bem entendem com as riquezas naturais sem dar satisfações aos dirigentes máximos do país. Energicamente os ministros do Supremo Tribunal Federal, recentemente decidiram que esses índios não mais irão colocar em risco a soberania nacional e autorizaram sumulando, o livre trânsito das forças armadas dentro das aldeias. E estas o farão quando nelas se fizer necessária a presença do exército brasileiro, sejam em quais forem as terras ocupadas pelos índios. Quanto a mim, sou daqueles que comungam com o mesmo pensamento, pois no século vinte e um, são bem poucos os indígenas que podem ser tipificados como selvagens. Portanto, a preservação de costumes que contrariem a modernidade, são retrocessos e devem acabar. Quanto a uma civilização indígena que não deu certo e em detrimento disso foi conquistada pela inteligência cultural dos brancos, também é retrógrada a atitude de querer preservá-la...

**Advogado criminalista, jornalista.*

E-mail: isane_isane@hotmail.com

Um Duro Golpe no Racismo, por Vitor Ferri Mauro

14 Julho 2011 - 17h05



No dia 27 de dezembro de 2008, o advogado criminalista Isaac Duarte de Barros Júnior publicou nas páginas de um dos jornais de maior circulação em nosso estado um artigo de opinião altamente ofensivo para com a população indígena, intitulado "Índios e o retrocesso...". O título em si já revela uma postura etnocêntrica, mas o conteúdo é ainda mais agressivo, desrespeitoso e repleto de leviandade.

No mencionado artigo, os povos originários da região do Cone Sul são insultados através de termos pejorativos como "bugre", "malandros", "vadios" e "agitadores". O advogado vai ainda mais além, ao afirmar que os índios "se assenhoram das terras como verdadeiros vândalos, cobrando nelas os pedágios e matando passantes assim como faziam os ladrões assaltantes emboscados nas estradas do passado".

As acusações não param por aí, Isaac diz: "nas nossas fronteiras tupiniquins [...] a bugrada está exportando as madeiras nobres das nossas florestas e os produtos do subsolo, aquele mesmo que segundo a lei maior, pertence ao tesouro nacional". Disse ainda que a civilização indígena "não deu certo e em detrimento disso foi conquistada pela inteligência cultural dos brancos". Defendeu a revogação da tutela do Estado sobre os índios e classificou de retrógrada a atitude de querer preservar a cultura indígena.

região do Cone Sul são insultados através de termos pejorativos como "bugre", "malandros", "vadios" e "agitadores". O advogado vai ainda mais além, ao afirmar que os índios "se assenhoram das terras como verdadeiros vândalos, cobrando nelas os pedágios e matando passantes assim como faziam os ladrões assaltantes emboscados nas estradas do passado".

As acusações não param por aí, Isaac diz: "nas nossas fronteiras tupiniquins [...] a bugrada está exportando as madeiras nobres das nossas florestas e os produtos do subsolo, aquele mesmo que segundo a lei maior, pertence ao tesouro nacional". Disse ainda que a civilização indígena "não deu certo e em detrimento disso foi conquistada pela inteligência cultural dos brancos". Defendeu a revogação da tutela do Estado sobre os índios e classificou de retrógrada a atitude de querer preservar a cultura indígena.

Certas afirmações do articulista convergem com a noção de antropólogos sociais do século XIX, que classificavam a humanidade em uma escala unilinear e ascendente em três estágios de evolução: selvageria, barbárie e civilização. Nesse esquema teórico, pensava-se que a civilização ocidental era o modelo mais perfeito de organização social, para o qual todos os demais povos do planeta deveriam se dirigir em seu processo evolutivo. Esse tipo de pensamento, pela fragilidade inerente, foi há muito tempo soterrado pelas teorias científicas, mas ainda permanece vivo na mente de algumas pessoas.

Concluo que o tal "retrocesso" aludido por Barros Jr. está, na verdade, alojado em suas próprias idéias, bastante anacrônicas para o século XIX.

O artigo em questão foi objeto de denúncia que o Ministério Público Federal (MPF) impetrou contra o autor, pela incursão no delito previsto no artigo 20, § 2º, da Lei nº 7.716/89; ou seja, praticar e induzir a discriminação e o preconceito de raça ou etnia através de meio de comunicação social. Crime para o qual a lei estipula a pena de dois a cinco anos de detenção, além de multa.



ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- 12:07 **COMPRIDO NO CAMPO**
PE pede pacificidade em cumprimento de mandado de reintegração em Cabreúva
- 15:00 **CARIMBO VERMELHO**
Posto é flagrado com 29% de etanol na gasolina após denúncia
- 15:45 **SÉRIA POLÍCIA**
Estado registra aumento de 32% no preço do milho
- 15:34 **VENDAS DE FÁBICA**
Mercados "zeram" estoque de ovos de chocolates em Dourados
- 15:23 **LAISZÉ-FABRI**
Justiça concede liberdade a mais um envolvido em "cartel do gás"
- 15:12 **BRASIL**
Prazo para que Facebook retire vídeos com calúnias sobre Marielle termina hoje
- 15:01 **DOURADOS**
Novos integrantes da CM são avaliados por acadêmicos de Educação Física da Unigran

VER TODAS AS NOTÍCIAS

Jornal Dourados News

região do Cone Sul são insultados através de termos pejorativos como "bugre", "malandros", "vadios" e "agitadores". O advogado vai ainda mais além, ao afirmar que os índios "se assenhoram das terras como verdadeiros vândalos, cobrando nelas os pedágios e matando passantes assim como faziam os ladrões assaltantes emboscados nas estradas do passado".

As acusações não param por aí, Isaac diz: "nas nossas fronteiras tupiniquins [...] a bugrada está exportando as madeiras nobres das nossas florestas e os produtos do subsolo, aquele mesmo que segundo a lei maior, pertence ao tesouro nacional". Disse ainda que a civilização indígena "não deu certo e em detrimento disso foi conquistada pela inteligência cultural dos brancos". Defendeu a revogação da tutela do Estado sobre os índios e classificou de retrógrada a atitude de querer preservar a cultura indígena.

Certas afirmações do articulista convergem com a noção de antropólogos sociais do século XIX, que classificavam a humanidade em uma escala unilinear e ascendente em três estágios de evolução: selvageria, barbárie e civilização. Nesse esquema teórico, pensava-se que a civilização ocidental era o modelo mais perfeito de organização social, para o qual todos os demais povos do planeta deveriam se dirigir em seu processo evolutivo. Esse tipo de pensamento, pela fragilidade inerente, foi há muito tempo soterrado pelas teorias científicas, mas ainda permanece vivo na mente de algumas pessoas.

Concluo que o tal "retrocesso" aludido por Barros Jr. está, na verdade, alojado em suas próprias idéias, bastante anacrônicas para o século XIX.

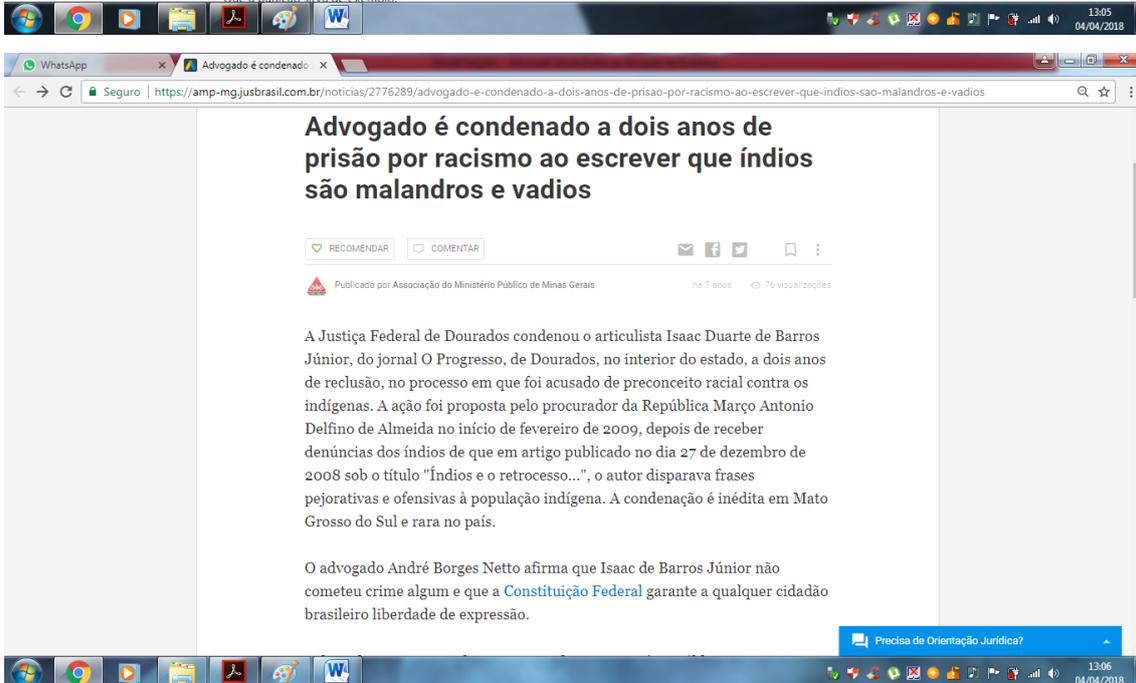
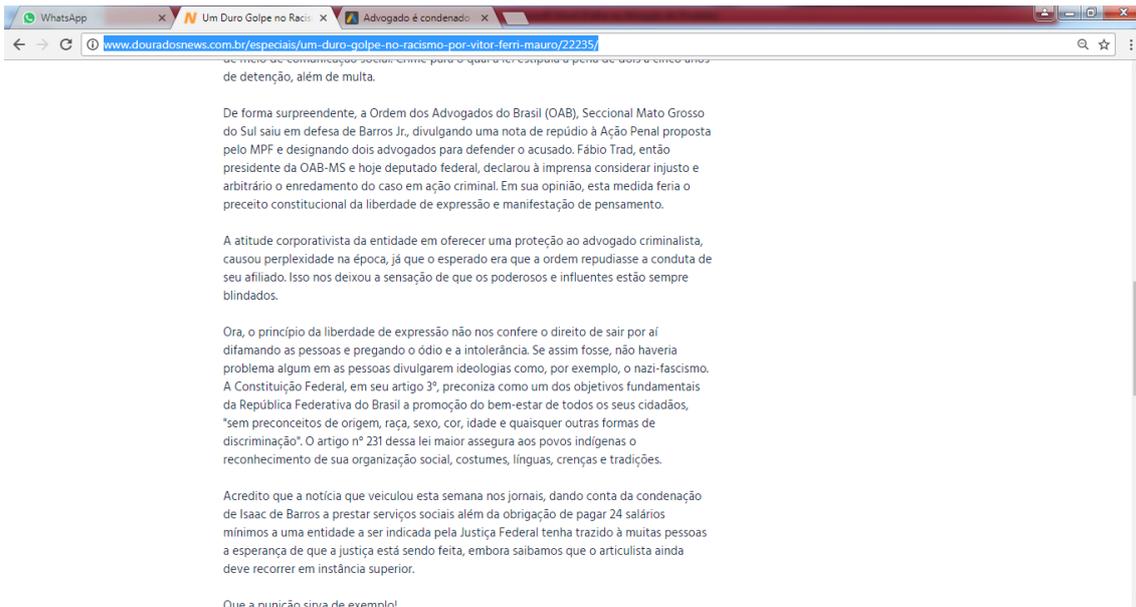
O artigo em questão foi objeto de denúncia que o Ministério Público Federal (MPF) impetrou contra o autor, pela incursão no delito previsto no artigo 20, § 2º, da Lei nº 7.716/89; ou seja, praticar e induzir a discriminação e o preconceito de raça ou etnia através de meio de comunicação social. Crime para o qual a lei estipula a pena de dois a cinco anos de detenção, além de multa.

- 15:00 **DOURADOS**
Novos integrantes da CM são avaliados por acadêmicos de Educação Física da Unigran
- 15:12 **BRASIL**
Prazo para que Facebook retire vídeos com calúnias sobre Marielle termina hoje
- 15:23 **LAISZÉ-FABRI**
Justiça concede liberdade a mais um envolvido em "cartel do gás"
- 15:45 **SÉRIA POLÍCIA**
Estado registra aumento de 32% no preço do milho
- 15:00 **CARIMBO VERMELHO**
Posto é flagrado com 29% de etanol na gasolina após denúncia
- 12:07 **COMPRIDO NO CAMPO**
PE pede pacificidade em cumprimento de mandado de reintegração em Cabreúva

VER TODAS AS NOTÍCIAS

Jornal Dourados News
04/2018 curtidas
17 curtidas
Curtir Página
Siga o primeiro de seus amigos e curta isso.

A TAXA CERTA PRA VOCÊ LUCRAR.
acqio
VENDA EM 12x RECEBA EM ATÉ 4 DIAS.
SOLICITE AGORA



WhatsApp x Advogado é condenado x

Seguro | <https://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/2776289/advogado-e-condenado-a-dois-anos-de-prisao-por-racismo-ao-escrever-que-indios-sao-malandros-e-vadios>

RECOMENDAR COMENTAR

Acho a decisão exagerada. O magistrado e o Ministério Público se apearam a trechos isolados do artigo. O texto é bastante crítico e o próprio Isaac revelou que tem respeito pela população indígena - declarou Borges Netto.

O próprio advogado concorda que o artigo contém "expressões bastante pesadas", mas que o articulista não cometeu crime algum. Num dos trechos do artigo, Isaac Duarte de Barros Júnior, que também é advogado, afirma: "...eles se assenhoram das terras como verdadeiros vândalos, cobrando nelas os pedágios e matando passantes". No texto, Isaac ainda chama os índios de "bugrada" e de "malandros e vadios". Em outro trecho, ele faz críticas à preservação da cultura indígena, ao afirmar que "a preservação de costumes que contrariam a modernidade são retrocessos e devem acabar. Quanto a uma civilização indígena que não deu certo e em detrimento disso foi conquistada pela inteligência cultural dos brancos, também é retrógrada a atitude de querer preservá-la".

Os argumentos apresentados pelo advogado André Borges Netto na defesa de Isaac Duarte não foram aceitos pelo juiz da 1ª Vara Federal de Dourados, Moisés Anderson Costa Rodrigues da Silva, que em sua sentença sobre o caso diz que a liberdade de expressão não é uma garantia absoluta, pois "a dignidade da pessoa humana, base do estado democrático de direito, prevalece sobre qualquer manifestação de pensamento que incite ao

WhatsApp Precisa de Orientação Jurídica? 13:06 04/04/2018

WhatsApp x Advogado é condenado x

Seguro | <https://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/2776289/advogado-e-condenado-a-dois-anos-de-prisao-por-racismo-ao-escrever-que-indios-sao-malandros-e-vadios>

RECOMENDAR COMENTAR

Isaac Duarte não foram aceitos pelo juiz da 1ª Vara Federal de Dourados, Moisés Anderson Costa Rodrigues da Silva, que em sua sentença sobre o caso diz que a liberdade de expressão não é uma garantia absoluta, pois "a dignidade da pessoa humana, base do estado democrático de direito, prevalece sobre qualquer manifestação de pensamento que incite ao preconceito ou à discriminação racial, étnica e cultural". Por isso, decidiu pela condenação do articulista.

O procurador da República Março Antonio Delfino disse que Isaac de Barros Júnior teve oportunidade de se retratar, mas o fez. O advogado André Borges disse que o articulista não se retratou por entender que não cometeu crime algum, e que por isso vai apresentar recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) em São Paulo. O procurador explica que além dessa ação criminal na qual foi condenado, Isaac responde também a uma ação cível em que o Ministério Público Federal pede indenização equivalente a um salário mínimo por indígena. Como o jornal que publicou o artigo tem circulação estadual, estima-se que a indenização chegue a R\$ 30 milhões. Março Antonio Delfino reconhece que o valor é alto e que, se houver decisão favorável, a justiça vai definir por um valor menor. Essa ação cível estava suspensa, por estar vinculada à ação criminal. Como já houve sentença condenando o articulista, o processo cível deve ser retomado. (Globo Online)

WhatsApp Precisa de Orientação Jurídica? 13:06 04/04/2018

V – Notícias que podem complementar a percepção sobre o posicionamento dos jornais

The screenshot shows a web browser displaying a news article on the CaarapoNews website. The URL is www.caaraponews.com.br/noticia/85319/em-protesto-por-demarcacao-indigenas-bloqueiam-trecho-da-br-262. The article is dated 15/08/2017 08h26 and is titled "Em protesto por demarcação, indígenas bloqueiam trecho da BR-262". The main image shows a road completely blocked by a line of trees and people. The text of the article states that indigenous people have blocked a section of BR-262 in Miranda, 201 km from Campo Grande, on the way to Aquidauana. The protest is peaceful, but the road is closed. The article also mentions that a PRF officer is at the scene, and the road is expected to be closed until the press arrives.

Em protesto por demarcação, indígenas bloqueiam trecho da BR-262

15/08/2017 08h26 - Atualizado em 15/08/2017 10h51

Campo Grande News

Rodovia está totalmente bloqueada. (Foto: Direto das Ruas)

Indígenas bloqueiam neste momento trecho da BR-262, em Miranda - distante 201 km de Campo Grande, no caminho para Aquidauana. No local já há mais de um quilômetro de congestionamento.

De acordo com a PRF (Polícia Rodoviária Federal), a interdição é total e os indígenas pedem demarcação de terra e estruturação da aldeia. O protesto é pacífico, mas eles afirmam que não vão liberar a via até a chegada da imprensa.

A interdição acontece no , km 527 no trevo de acesso a Taunay. A PRF segue no local para negociar com os manifestantes e controlar o trânsito.

WhatsApp Image...jpeg

Exibir todos

The screenshot shows a web browser displaying a news article on the CaarapoNews website. The URL is www.caaraponews.com.br/noticia/84942/armados-com-faco-es-cerca-de-15-indigenas-ameacam-fazendeiro-de-morte. The article is dated 01/08/2017 14h49 and is titled "Armados com facões, cerca de 15 indígenas ameaçam fazendeiro de morte". The main image shows a group of indigenous people standing in a field. The text of the article states that a farmer named J.C. (57) went to the Civil Police of Caarapó to register a death threat against him by a group of about 15 indigenous people from the Yikue tribe. The case occurred on Tuesday (31) at the entrance of Fazenda Santa Maria. The farmer is the owner of a property called Três Corações, near the indigenous reserve Yikue. The article also mentions that the farmer is offering a reward for the return of his animals and a 24-hour deadline for the indigenous people to leave the property.

Armados com facões, cerca de 15 indígenas ameaçam fazendeiro de morte

01/08/2017 14h49 - Atualizado em 02/08/2017 10h46

Caarapó News

Grupo de indígenas nesta segunda-feira (31), nas proximidades da fazenda Santa Maria. Foto: PM de Caarapó

O fazendeiro J.C. (57) procurou a delegacia de Polícia Civil de Caarapó para registrar uma denúncia de ameaça de morte contra sua pessoa por parte de um grupo de indígenas da aldeia Te Yikue. O caso aconteceu nesta segunda-feira (31), defronte a entrada da Fazenda Santa Maria.

Consta no Boletim de Ocorrência da Polícia Civil que o comunicante e vítima é proprietário de um sítio denominado Três Corações e da fazenda denominada Santa Luzia, propriedades que ficam próximas da reserva indígena Te Yikue, região onde ocorreram conflitos agrários.

O comunicante disse que por volta das 10h desta segunda-feira estava defronte a propriedade rural denominada Santa Maria, especificamente na porteira da propriedade, conversando com segurança que a protegiam para a retirada de animais, em razão de indígenas terem dado um prazo de 24 horas, para tirarem os semoventes, alegando que iriam invadir a sede da referida propriedade.

O fazendeiro afirma que em atendimento a um pedido dos administradores da fazenda 'R' e 'G', havia oferecido uma de suas propriedades para levarem os animais, e os deixarem em segurança, tendo em vista, o eminente turbacão e estuho daquela propriedade por parte dos indígenas.

Portanto, no momento em que dava orientação aos seguranças de como deveriam levar os animais, divistrou um grupo de aproximadamente 15 com facões e armas artesanais, que viraram em direção ao veículo do comunicante, que estava estacionado próximo da porteira da Fazenda Santa Maria, onde os indígenas gritavam "Espera aí J.C. que nós vamos te matar". É você que nós queremos!", também

WhatsApp Image...jpeg

Exibir todos

ocorrer peia manna, na area em disputa, onde Clodiouo caiu ferido.

Espera angustiante – Desde as primeiras horas da manhã, familiares de Clodiouo, como seu tio o cacique Karujá, esperavam pela chegada do corpo para fazer o velório na sede da fazenda Yvu, onde ocorreu o confronto. É ali que ele será enterrado, segundo Karujá.

Clodiouo é apenas mais um dos vários guarani-kaiowá que morreram nos últimos 20 anos em Mato Grosso do Sul em uma luta que parece muito longe do fim. Certamente não será o último. De Sidrolândia, na região central do Estado, a Japorã, no extremo sul, há territórios reivindicados pelos índios – todos titulados como propriedades de produtores rurais.

Em Caarapó, no entanto, os sobreviventes do confronto sangrento de segunda-feira, que mais uma vez só teve vítima do lado dos índios, decidiram cobrar o fim da matança e exigem do governo federal, do Ministério Público da Polícia Federal um atendimento mais eficiente, urgente e constante para que os criminosos paguem pela morte de Clodiouo e pelos ferimentos em outros sete índios.

Catando corpos - "Não adianta vir aqui só recolher corpo como fizeram ontem. Eu quero que alguém me responda: por que a Polícia Federal sempre diz que não tem viatura para nos atender?", afirmou ao **Campo Grande News** Nardo Avarandy, 54, que apontou um fazendeiro conhecido como Virgílio como o chefe do ataque de terça-feira.

Nardo manda um recado para quem acha que os índios pensam em desistir das terras: "eu, meu irmão, meu companheiro aqui, não estudamos, aprendemos com a vida, mas esses meninos que estão nesse local estudam, os pequenos estão na sétima série, oitava série, os maiores indo para a **faculdade** e o objetivo de todos é o mesmo, voltar para nossas terras. Não é antropólogo que fala que a terra é nossa, são nossos pais, nossos avós, nossos tios".

Cidades
23:34 **Mega-Sena acumula de novo e prêmio estimado para sábado é de R\$ 25 milhões**

Capital
23:12 **Rotina de casal de oficiais da PM é investigada pela Polícia Civil**

Caarapó
22:49 **MPF divulga informações preliminares sobre ataque a indígenas no mês passado**

Deodápolis
22:27 **Carga de 2 toneladas de maconha é encontrada em fundo falso de carreta**

Veículos
22:03 **Jaguar Land Rover inicia testes com veículos autônomos**

Todas as Notícias



BRASILCAP

02:00 15/07/2016

ocorrer peia manna, na area em disputa, onde Clodiouo caiu ferido.

Espera angustiante – Desde as primeiras horas da manhã, familiares de Clodiouo, como seu tio o cacique Karujá, esperavam pela chegada do corpo para fazer o velório na sede da fazenda Yvu, onde ocorreu o confronto. É ali que ele será enterrado, segundo Karujá.

Clodiouo é apenas mais um dos vários guarani-kaiowá que morreram nos últimos 20 anos em Mato Grosso do Sul em uma luta que parece muito longe do fim. Certamente não será o último. De Sidrolândia, na região central do Estado, a Japorã, no extremo sul, há territórios reivindicados pelos índios – todos titulados como propriedades de produtores rurais.

Em Caarapó, no entanto, os sobreviventes do confronto sangrento de segunda-feira, que mais uma vez só teve vítima do lado dos índios, decidiram cobrar o fim da matança e exigem do governo federal, do Ministério Público da Polícia Federal um atendimento mais eficiente, urgente e constante para que os criminosos paguem pela morte de Clodiouo e pelos ferimentos em outros sete índios.

Catando corpos - "Não adianta vir aqui só recolher corpo como fizeram ontem. Eu quero que alguém me responda: por que a Polícia Federal sempre diz que não tem viatura para nos atender?", afirmou ao **Campo Grande News** Nardo Avarandy, 54, que apontou um fazendeiro conhecido como Virgílio como o chefe do ataque de terça-feira.

Nardo manda um recado para quem acha que os índios pensam em desistir das terras: "eu, meu irmão, meu companheiro aqui, não estudamos, aprendemos com a vida, mas esses meninos que estão nesse local estudam, os pequenos estão na sétima série, oitava série, os maiores indo para a **faculdade** e o objetivo de todos é o mesmo, voltar para nossas terras. Não é antropólogo que fala que a terra é nossa, são nossos pais, nossos avós, nossos tios".

Cidades
23:34 **Mega-Sena acumula de novo e prêmio estimado para sábado é de R\$ 25 milhões**

Capital
23:12 **Rotina de casal de oficiais da PM é investigada pela Polícia Civil**

Caarapó
22:49 **MPF divulga informações preliminares sobre ataque a indígenas no mês passado**

Deodápolis
22:27 **Carga de 2 toneladas de maconha é encontrada em fundo falso de carreta**

Veículos
22:03 **Jaguar Land Rover inicia testes com veículos autônomos**

Todas as Notícias



BRASILCAP

02:00 15/07/2016

Downloads x Lágrimas, revolta e morte: x

www.campograndenews.com.br/cidades/interior/lagrimas-revolta-e-mortes-marcam-a-luta-dos-guarani-kaiowa-pela-terra

Nardo manda um recado para quem acha que os índios pensam em desistir das terras: "eu, meu irmão, meu companheiro aqui, não estudamos, aprendemos com a vida, mas esses meninos que estão nesse local estudam, os pequenos estão na sétima série, oitava série, os maiores indo para a **faculdade** e o objetivo de todos é o mesmo, voltar para nossas terras. Não é antropólogo que fala que a terra é nossa, são nossos pais, nossos avós, nossos tios".

CLIQUE PARA APLURAR



Motos queimadas, segundo os índios, durante o ataque dos produtores rurais (Foto: Hello de Freitas)

CLIQUE PARA APLURAR

Treinamento Funcional

BRASILCAP Ourocap Torcida Brasil. Está chegando o sorteio especial de até **R\$10 milhões**. **SAIBA MAIS**

Teve os documentos roubados?

+ de 20.000 imóveis disponíveis no site

HÁ 13 ANOS O MAIOR PORTAL DE VEÍCULOS DO MS

Tranquilo e favorável, mas com a polícia longe. É difícil transmitir aos loteros com

02:00 15/07/2016

Downloads x Lágrimas, revolta e morte: x

www.campograndenews.com.br/cidades/interior/lagrimas-revolta-e-mortes-marcam-a-luta-dos-guarani-kaiowa-pela-terra

disse o tenente-coronel Carlos Silva, comandante da Polícia Militar na região e que iria até próximo à **escola**, em busca das armas tomadas dos policiais na terça-feira.

Mas, os índios estavam mesmo dispostos a falar com a imprensa e não havia nenhum risco à segurança dos repórteres. Mesmo assim ainda incomodava aquele o falso clima de tranquilidade em pleno local onde uma pessoa morreu e sete ficaram feridas durante o ataque dos fazendeiros.

É a presença de policiais, tanto militares quanto federais, carregando armas longas automáticas, que deixa os guarani-kaiowá inquietos. "Para que essa arma desse tamanho, vai atirar em nós?", perguntou uma das lideranças a um policial do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar).

Até mesmo na escuridão – desde que longe da presença da polícia – os índios demonstram clima de amizade com repórteres, funcionários da Funai e com o representante do Ministério Público Federal.

Mas de tranquilo o clima em Caarapó não tem nada. Os índios já ocupam pelo menos quatro fazendas nos arredores da aldeia Tey Kuê e falam que entraram para ficar. Bois e máquinas estão sendo retiradas das propriedades, com a intermediação do procurador da República. As lavouras de cana estão todas sendo devoradas pelo fogo.

CLIQUE PARA APLURAR



Esta chegando o sorteio especial de até **R\$10 milhões**. **SAIBA MAIS**

02:00 15/07/2016

WhatsApp x O que querem e como p x Bloodbound - Nofe... x

WhatsApp https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/04/17/o-que-querem-e-como-pensam-as-liderancas-indigenas-de-ontem-hoje-e-amanha.htm

A partir da esq., o cacique Raoni, Davi Kopenawa e Sonia Guajajara

O mais famoso deles talvez seja Raoni, o líder caiapó com seu impressionante adorno no lábio inferior --o labret-- sinal de compromisso do guerreiro com a terra em que nasceu.

Discursando em sua língua nativa, apesar do português aprendido com os irmãos Villas Boas, há 40 anos empreende uma cruzada pelos direitos, não apenas de seu povo, mas de todos os parentes --maneira como os indígenas se referem aos que pertencem a outras etnias.

Desde 1989, quando deixou o Brasil pela primeira vez para uma turnê em 17 países com o apoio de Sting, o vocalista do grupo Police, não parou de correr o mundo em defesa da floresta amazônica, do Xingu, dos indígenas brasileiros.

"Eu quero que deixem um recado para todos vocês que são brancos, e eu quero que vocês ouçam minha palavra. Eu não aceito barragem nos rios que moramos, e não aceito extração de minérios em nossas terras", diz o ancião (ele tem por volta de 85 anos) no depoimento gravado para a Pública e traduzido por seu neto e herdeiro, Bepluk, pouco antes de embarcar para última Convenção sobre a Mudança do Clima da ONU (Organização das Nações Unidas), na Alemanha.

RAONI: "SE CONTINUAREM A DERRUBAR MATAS, VIRÁ MUITA COISA RUIM"

quer dar um upgrade na sua tv?

Nem tudo será entregue PT faz campanha para que Lula receba cartas na PF em Curitiba

1404 17/04/2018

- Busca - Dourados Ago... x Operação em Caarapó a... x Presos fazendeiros susp... x

www.douradosagora.com.br/noticias/cidades/operacao-apreende-armas-de-brinquedo-e-capsulas-delagradas

MENU

DIGITE E PRESSIONE ENTER...

3421-0018 | 9.9213-7137

A coordenação da operação esteve a cargo do Superintendente de Segurança Pública da SEJUSP, o Coronel PM Ary Carlos Barbosa e do Superintendente de Inteligência da SEJUSP - Delgado Antônio Carlos Costa Mayer, que estão baseados na Delegacia da cidade de Caarapó/MS.

Segundo o Coronel PM Carlos Barbosa, a ação da SEJUSP na cidade de Caarapó é muito importante no tocante a integração das forças e garante uma presença mais incisiva do Estado nas questões de segurança pública.

"O planejamento operacional idealizado para o desdobramento dessa operação, visou trazer uma maior sensação de segurança aos munícipes carapoenses, tendo ações dos órgãos de segurança pública imbuídos na missão em todas as vertentes, tanto no policiamento ostensivo, preventivo e repressivo, quanto nas ações de polícia judiciária, fortalecendo esses órgãos e contribuindo para uma segurança de qualidade", disse o coronel.

Envie seu Comentário

11:38 19/05/2017

VI – Comentários dos internautas sobre o conflito por terras no MS

Envie seu Comentário

1 comentário

Classificar por **Mais antigos** ▾



Adicionar um comentário...



Dourados

Bolsonaro 2018!

Curtir · Responder · 18 de agosto de 2016 09:42

Plugin de comentários do Facebook

The screenshot shows a web browser window with the following content:

- Browser Tabs:** WhatsApp, O que querem e como p..., Bloodbound - Nosfer...
- Address Bar:** Seguro | <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/04/17/o-que-querem-e-como-pensam-as-liderancas-indigenas-de-ontem-hoje-e-amanha.htm>
- Main Article:**
 - Image:** A person in a green shirt with text overlay: "Eu não quero barragem nos rios que moramos."
 - Text:**

Igualmente conhecido internacionalmente é o xamã Davi Kopenawa, o líder dos ianomâmis, um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil, com uma população de 25 mil pessoas que vive no Brasil (entre Roraima e Amazonas) e mais 15 mil na Venezuela.

Nessa entrevista para a Pública, ele relembra as ameaças sofridas pelo povo, entre elas a invasão de 40 mil garimpeiros em 1986, autorizada pelo então presidente da Funai, Romero Jucá (MDB-RR), ao seu território.

Foi também através de uma cruzada internacional, em companhia de outras lideranças como o próprio Raoni, que os ianomâmis conseguiram finalmente demarcar sua terra e deter o genocídio de seu povo.

"Agora tá pior, muito pior pra nós, presidente Temer, ele não é honesto", diz na entrevista gravada em Brasília, depois de uma palestra para estudantes indígenas da UnB (Universidade de Brasília).
 - Section Header:** **LÍDER IANOMÂMI DIZ QUE SITUAÇÃO ESTÁ PIOR E TEMER "NÃO É HONESTO"**
- Sidebar Advertisement:**
 - Text:** Lixo no paraíso. Pesquisadores encontram plástico de 20 países em Noronha e Abrolhos.
 - Image:** Advertisement for **dá um americanas.com** featuring two men and a soccer ball. Text: "TVs 4K e mais centenas de ofertas imperdíveis."
- Taskbar:** Windows logo, Internet Explorer, Chrome, File Explorer, VLC, Word. System tray: PT, 14:04, 17/04/2018.

WhatsApp x STF defere recurso da Fu x Policia irá despejar acamp x MS: Índios rejeitam acordo x Policia irá despejar acampamentos Guarani e Kaiowá nesta segunda em Caarapó (MS) | Cimi

Seguro | <https://m.correioestado.com.br/cidades/stf-defere-recurso-da-funai-e-suspende-reintegracao-em-area-indigena/325382/>

CORREIO DO ESTADO

Leonora Ferreira - Trabalha na empresa Prof de yoga
TORÇO POR VCS GUERREIROS KAIOWÁS GUARANIS PARA QUE A JUSTIÇA SEJA FEITA E PAREM DE INVADIR SUAS TERRAS DE MATAR SUA GENTE ESSES FAZENDEIROS INVASORES DE TERRAS DOS POVOS INDÍGENAS
Curtir · Responder · 24 · 1 d

Fabio Gomes - Professor de História no Projeto A.J.A. em Escola Estadual Presidente Tancredo Neves
Todo apoio à luta dos Povos Indígenas de MSI
Demarcação já! !!
Curtir · Responder · 18 · 1 d

Arão Almeida - Boa Vista
Demarcação Já, e deles
Curtir · Responder · 2 · 1 d

Paulo Belizario - Diretor em Seduc-ma como Professor e Diretor
força estamos torcendo por vcs
Curtir · Responder · 2 · 1 d

Marcia C. H. Lemos
Precisa divulgar mais, dar muita visibilidade, mais de 100 policiais? O que é isto? Direitos humanos, ONU e amnesty internacional, divulguem isso.
Curtir · Responder · 1 d

Anna Dietzsch - Harvard University
chega de grileiro, de ruralista, de "donos de terra"
Curtir · Responder · 1 d

Deise Marques Dos Santos - Trabalha na empresa Gestão Pública Online
Um dia as gerações futuras vão agradecer aos indígenas, pois só haverá biodiversidade onde houver aldeias indígenas.
Curtir · Responder · 1 d

PT 01:36 11/04/2018